

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

25 ABRIL 1.º MAIO

Grandes manifestações em Lisboa, Porto e muitos outros locais assinalarão em todo o País estas duas datas gloriosas

Pág. 5

REUNIÃO DA COMISSÃO POLÍTICA DO CC DO PCP

A Comissão Política do PCP, reunida nas passadas segunda e terça-feira, apelou à participação massiva nas próximas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, tendo-se ainda detido especialmente na análise das seguintes questões: o agravamento e a aceleração do processo contra-revolucionário; os desastrosos acordos com a CEE e a campanha demagógica em torno deles desenvolvida pelo Governo; o prosseguimento da luta pela demissão do Governo PS/PSD e por uma alternativa democrática.

Pág. 3



JORNADAS DE LUTA

Acções de luta e movimentações sindicais, hoje e amanhã, sexta-feira:

- Rodoviária Nacional e Transtejo: greves de 24 horas.
- Cimpor, Covina, Secil e Cive: paralisações
- CP: concentração nacional.
- Segurança Social: concentração
- EPAC e organismos de coordenação económica (JNPP, JNV, JNF e IAPO): concentração no Terreiro do Paço.
- Empresas das áreas da Amadora, Sacavém, Vila Franca de Xira, Alcântara, Xabregas: concentrações.
- Carris, CTM e CNN, EPNC, EDP, Metro, Petrolgal, Portucel, Tabaqueira: plenários e concentrações.
- Distrito de Setúbal: paralisação das principais empresas (amanhã), acções de esclarecimento nos dias 18 e 19, três marchas de trabalhadores para a cidade de Setúbal (amanhã).
- EPAL: hoje, plenário geral.
- Distrito de Évora (dias 19 e 20): marcha de desempregados, partindo de 5 localidades e culminando com concentração em Évora, dia 20, pelas 15 horas, na Praça do Giraldo.
- Distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal (dias 19 e 20): 14 colunas de desempregados marcham em direcção às capitais de distrito

Ver páginas 5 e 7 do 1.º caderno e páginas 2/3 do Suplemento

Conferência Nacional do PCP

Avia de DESENVOLVIMENTO PARA VENCER A CRISE

Medidas para a defesa e dinamização do Sector Empresarial do Estado

Política de desenvolvimento industrial

A participação dos trabalhadores

Pág. 6

CEE

No debate na AR deputados do PCP põem a nu as intenções do Governo, desmascaram os seus objectivos e mostram qual é...

A VERDADE SOBRE OS ACORDOS

Pág. 3



Enquanto em Almada a organização concelhia do PCP está a postos para a sua 4.ª Assembleia (sábado e domingo, na Cova da Piedade), em Setúbal a campanha de fundos para a construção do novo Centro de Trabalho da DORS está agora na sua verdadeira fase de arranque. Na OR de Lisboa a campanha do Vitória prossegue com diversas iniciativas, incluindo a divulgação e venda da nova rifa e a exposição-venda de artes plásticas (na Casa do Alentejo até 3 de Maio). No Porto foi adquirido um novo CT para a organização local do Partido. No âmbito da campanha de difusão da Imprensa, que decorre no distrito do Porto, vai realizar-se no sábado uma grande venda pública do «Avante!».

Pág. 4

Conferência Nacional sobre o Poder Local e as eleições para as autarquias

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, no uso do mandato que lhe foi conferido pela reunião do Comité Central de 17 e 18 de Março, deliberou em 16 de Abril marcar a data de 26 de Maio para a realização da Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as eleições autárquicas.

A Conferência realizar-se-á no Pavilhão dos Desportos em Lisboa.

SEMANA

10 Quarta-feira

40 ANOS DEPOIS
 Numa clara atitude de ingenuidade, o Banco Mundial exige a alteração do quadro institucional das empresas públicas. É lançado em Lisboa o apelo às conversações do 40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo. O concurso para a colocação dos professores efectivos decorre em clima de grande confusão, o que pode vir a comprometer o próximo ano lectivo. Em Mem-Martins, os trabalhadores da Messa exigem a viabilização e a laboração plena da empresa. Segundo a União dos Sindicatos do Porto, o Governo incentiva o oportunismo e a permissividade patronal nos salários em atraso. Na Dinamarca, os trabalhadores voltam a manifestar-se contra o pacote anti-operário. A partir do mar, Israel bombardeia aldeias do sul do Líbano. Um Conselho militar provisório assume o Governo no Sudão. Na RFA, a coligação governamental debate-se instintivamente devido às posições divergentes sobre o plano da «guerra das estrelas» da administração Reagan.

11 Quinta-feira

Exército da GNR protege entrega de reserva em Alcáçovas, no concelho de Viana do Alentejo. Ernâni Lopes reconhece que o PCP defende a constituição na Assembleia da República. Em colóquio sobre o sistema de informações, conclui-se que o que está com a sua implementação, é a liberdade. A lei da rocha chega à Assembleia da República, impedindo o deputado de «Os Verdes» de falar. A Associação Portuguesa de Escritores condena o novo código de direitos de autor. Os trabalhadores da Lisnave exigem o pagamento dos salários em atraso. Para a APU, o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Viana do Castelo tem objectivos eleccionários. Depois de dois meses de obras, mas ainda com futuro incerto, reabre a escola Veiga Beirão, em Lisboa. O Iraque bombardeia cidades iranianas. Unidades do exército de ocupação israelita abandonam a região de Nabiatiin, no Sul do Líbano. Washington recusa proposta da Nicarágua para o retamento das conversações entre os dois países. Os Estados Unidos recusa na proposta para cimeira com a URSS. A revista «Stern» acusa o chanceler alemão-federal, Helmut Kohl, de corrupção.

12 Sexta-feira

Mais uma vez com um exército da GNR às portas da povoação, o povo de Alcáçovas manifesta-se em defesa da Reforma Agrária. Segundo Carlos Brito, em entrevista a «o diário», a adesão à CEE terá consequências extremamente lesivas. Mário Cláudio e o seu livro «Amadeo» são distinguidos com o prémio da Associação Portuguesa de Escritores. O PCP regressa ao Centro de Trabalho «Aníbal Cunha», no Porto, de onde fora despejado por uma força da PSP. Organizações sindicais de Espanha, França e União Soviética enviam ao Governo o seu protesto contra os salários em atraso. Segundo a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, a iniciativa «Os Portugueses e o Mundo» procura promover concepções nacional-fascistas. A República Popular e Democrática da Coreia propõe negociações a Seul. Tribunal constitucional aprova lei sobre o aborto em Espanha. Os contrarrevolucionários que actuam na Nicarágua alvejam bispo nicaraguense. 12 feridos e 30 presos é o primeiro balanço da repressão que se abateu sobre a jornada nacional de protesto contra a ditadura de Pinochet, no Chile.

13 Sábado

Salientando que 200 mil trabalhadores foram vítimas deste flagelo, o Tribunal de Opinião Pública sobre salários em atraso condena o Governo e o patronato. No encontro distrital de Lisboa promovido pelo PCP sobre o tema, conclui-se que com este Governo não há saúde e que os nossos índices sanitários não colocam ao nível do terceiro mundo. Os sindicatos põem plano nacional de formação profissional. Em Aveiro, os activistas sindicais do distrito insurgem-se contra o «pacote laboral» preparado pelo Governo PS/PSD. Em Madrid, a explosão ocorrida num restaurante faz 18 mortos e mais de 80 feridos. As funções vitais de Trancoso Neves estão em degradação progressiva, sendo o seu estado considerado praticamente irreversível. Marrocos e Mauritânia restabelecem relações diplomáticas. Termina, no Panamá, mais uma reunião do Grupo da Contadora. Por se ser comunista, pode-se ser despedido na RFA.

14 Domingo

O presidente do Conselho de Gestão do Banco Português do Atlântico está a promover a formação de mais um banco privado. O Conselho Nacional do PSD é suspenso a meio sem ter chegado a qualquer conclusão. Para a Comissão Política do MDP/CDE, as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio serão «momentos altos na luta contra o Governo». O IV Encontro Nacional de Deficientes decide apresentar queixa contra o Estado português, junto de tribunais internacionais, por «violação acintosa e reiterada dos direitos dos deficientes». Reúne no Porto a 2.ª Assembleia de Debate da Juventude Comunista Portuguesa. Os presidentes das duas câmaras do distrito de Setúbal denunciam as «calúnias e atoardas» do PS. Segundo o último boletim médico, a medicina já não pode salvar o presidente brasileiro, Tancredino Neves. A população do Peru vota para o presidente e para o parlamento, com o exército de prevenção nas ruas. Dois jovens negros são assassinados pela polícia sul-africana após o funeral de 31 vítimas da repressão fascista e racista. Reagan vai homenagear soldados nazis na RFA.

15 Segunda-feira

Em carta a Soares, os militantes do PS que trabalham na CTM afirmam que se sentem «gozados» e «traídos». O Conselho de Ministros reconhece que o contrato celebrado entre o Governo e a NP tem cláusulas ilegais. Os trabalhadores da Lisnave estão em greve pelo pagamento dos salários. Os jornalistas açoreanos denunciam a ofensiva judicial contra os jornais onde trabalham. Segundo um estudo da ACAP, regista-se uma enorme quebra na venda de veículos comerciais. Os trabalhadores da empresa concluem, com um plenário, as comemorações do 10.º Aniversário da Nacionalização da Siderurgia Nacional. Para a Direcção da Organização Regional do Minho do PCP, o PS e o PSD boicotam a prometida criação do concelho de Vizela. O funeral de Tancredino Neves já está preparado. Na África do Sul, a polícia assassina oito jovens negros. Segundo uma sociedade norte-americana, sessenta por cento dos bancos dos EUA caminha para a falência.

16 Terça-feira

O PCP afirma, em nota da sua Comissão Política, haver razões «nacionais e institucionais» que recomendam a «pronta demissão e substituição» do actual Governo. Os trabalhadores da CTM comemoram com um almoço de confraternização o 10.º aniversário da nacionalização da sua empresa. O Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos Têxteis rejeita o pacote laboral congeminado pelo Governo. Sindicato dos Jornalistas denuncia situação de «legalidade» na RDP. África do Sul realinha intenção de retirar as suas tropas de Angola.

Editorial

DEPOR O GOVERNO PARA REVIVER ABRIL

É numa fase intensa do movimento popular de massas que dentro de poucos dias o povo português vai de novo reviver a data gloriosa de 25 de Abril de 1974. Factores actuais convergentes lhe dão relevo. Poucas vezes, no movimento processo da Revolução portuguesa, as comemorações do feito heróico dos Capitães de Abril se revestiram de tanta actualidade, importância histórica e tão enorme significado político. Uma nova etapa da nossa existência nacional foi iniciada, criou-se para o nosso povo e no País a possibilidade excepcional de edificar para as gerações vindouras uma pátria mais feliz e livre.

O 25 de Abril abriu para o futuro dos portugueses uma porta que é imperioso manter aberta. E mantê-la aberta é, no momento actual, uma tarefa central de todos os democratas e patriotas. Nestes onze anos de regime democrático — nove dos quais sob a pérfida ofensiva das forças hostis à democracia, favorecidas pela instrumentalização de sectores consideráveis do poder político e do aparelho de Estado — o 25 de Abril demonstrou a sua vitalidade, solidez e enraizamento populares. Defrontando obstáculos de monta, a Revolução portuguesa mostrou, apesar disso, as suas reais potencialidades, pôde comprovar na prática a validade das grandes soluções apontadas.

E tudo isso que está em jogo no momento actual e é tudo isso que é de suma importância defender e consolidar contra as investidas dos inimigos de Abril.

Hoje, na condução do Estado, Portugal tem a sua frente um Governo bicéfalo, anti-Abril, apostado como nenhum outro no processo da contra-revolução e da recuperação capitalista acelerada.

A clique governante PS/PSD, chefiada por um político de duas caras que se creditou como um físi servidor dos interesses monopolistas e do «reganismo» em Portugal, deu nos últimos dias um novo e perigoso impulso à ofensiva de destruição das conquistas democráticas do povo português, das realidades políticas, económicas e sociais que o processo de Abril implantou, deu passos que ameaçam perigosamente as liberdades, a independência nacional e a paz dos portugueses.

As três questões de grande actualidade política examinadas pela Comissão Política do CC do PCP na sua reunião de 15 e 16 (de que publicamos uma «Nota» neste número do «Avante!») colocam-se com força ao nosso movimento operário, popular e democrático, põem na ordem do dia a unificação, a unidade e a convergência de esforços de todos os portugueses patriotas.

O agravamento e aceleração do processo contra-revolucionário, os acordos concluídos pelo Governo PS/PSD de adesão à CEE e, por outro lado, o prosseguimento da luta pela demissão do Governo e por uma alternativa democrática são questões que não podem deixar de impregnar de maneira saliente as comemorações do 25 de Abril e na semana seguinte do 1.º de Maio.

A aceleração do processo contra-revolucionário, calendarizado no celebrado acordo de 11 de Dezembro de 84 entre o PS e o PSD e agora despoletado numa nova escalada pelos acordos de adesão à CEE, é um facto verificado nas novas investidas contra a Reforma Agrária, contra o sector público e nacionalizado, contra os direitos e liberdades dos trabalhadores e do povo em geral.

A violência mostra de novo a cara nos campos do Alentejo. O latifundismo tenta de novo avançar de automáticas apontadas com a cobertura de blindados e no atropelo aberto da legalidade democrática. O Governo tenta destruir experiências sociais das mais promissoras e possibilidades das mais válidas da nossa produção agrícola e pecuária consubstanciadas nas UCP's/Cooperativas do Alentejo e do Ribatejo, tenta impor pela violência e pela grosseira violação da legalidade o desemprego, a fome e a miséria tradicionais do latifúndio e da época fascista.

A resistência dos trabalhadores e das populações de

Arraiolos, Évora, Alcáçovas, Vidigueira, Serpa, Plas e outras localidades à nova ofensiva de esbulhamento e destruição das UCP's, suscita a activa solidariedade de todos os democratas portugueses, coloca a necessidade de opor uma barreira de luta às investidas fascistas do Governo de Soares. A jornada de resistência da Reforma Agrária do dia 18 de Maio constituirá uma potente acção contra a política agrária do Governo PS/PSD e o seu executor Álvaro Barreto.

Sob o acicate da adesão à CEE o Governo intensifica simultaneamente a ofensiva contra os pequenos e médios agricultores, procura abrir à ruína concorrencia dos grandes produtores agrícolas da CEE as frágeis estruturas da nossa agricultura.

Em Trás-os-Montes, no Minho, no Douro milhares de pequenos e médios rendeiros e proprietários exigem do Governo em potentes acções de massas o escoamento da batata, a abertura dos matadouros, preços compensadores para o leite e outras sentidas reivindicações. No Alto Ribatejo as populações rurais lutam activamente contra a eu-capitalização das suas terras, no vale do Tejo e do Sorraia os seareiros de campanha do tomate reclamam contra os brutais aumentos dos arrendamentos por hectare.

Nos campos do Norte, Centro e Sul o Governo de direita chefiado por Mário Soares encontra pela frente a crescente resistência das populações.

A ofensiva contra as empresas públicas e nacionalizadas intensificou-se no plano económico e social e no plano legislativo, com todo o seu cortejo de desemprego, fome e falências.

Prepara-se a destruição das barreiras à livre concorrência dos monopólios industriais e comerciais da CEE no próprio mercado nacional. O aceno do aumento das exportações é uma miragem e corresponderá a uma distorção da economia nacional.

Sectores tradicionais e básicos da nossa produção industrial como os têxteis, a siderurgia, os transportes marítimos, a metalomecânica, a indústria naval, as conservas de peixe, os cimentos e outros estão vitalmente ameaçados pela política de servidão aos interesses dos grandes monopólios da Europa capitalista e dos Estados Unidos praticada e congemina pelo Governo PS/PSD.

O plano de Veiga Simão de reprivatização das empresas públicas e estatais mais rentáveis está em plena execução e suscita a resistência e a luta dos trabalhadores e a inquietação e insegurança de milhares de pequenos e médios industriais e comerciantes.

No sector bancário, a banca nacionalizada, conduzida pela actividade sabotadora de gestores da confiança dos antigos banqueiros expropriados pelo 25 de Abril e da finança internacional, é usada como trampolim e suporte financeiro dos novos bancos privados já em actividade ou em organização.

Ameaçados nos seus postos de trabalho, alguns já atirados para o desemprego — como os trabalhadores da CTM, da GNR, e muitos da Lisnave, da MDF, da Messa, da Sorefame, da Cometa, da Cimpor, da Rodoviária e de outras empresas —, os trabalhadores multiplicam as suas acções, procuram entrar o processo de diminuição dos salários reais e de agravamento da exploração e da repressão patronal e estatal, lutam pelo melhoramento das suas condições de vida, numa palavra, buscam repor Abril no mundo do trabalho.

O drama e o crime dos salários em atraso suscita a crescente indignação e solidariedade de vastos sectores da opinião democrática. O Tribunal de Opinião Pública do último fim-de-semana no Porto representa uma severa condenação da escandalosa inoperância e cumplicidade do Governo Soares e Machelo no agravamento deste agudo problema social.

A Nota da Comissão Política do CC alerta para a intensificação da ofensiva do Governo «recesso de dispor de pouco tempo para concretizar os seus planos de restauração monopolista», desmascara a vasta operação demagógica de Mário Soares para mistificar a

opinião pública.

O simulacro do melhoramento das relações com os países socialistas a que se entrega o ministro Jaime Gama, a entrada para a CEE e as miríficas promessas de modernização da nossa economia são aspectos em que se desenvolve a vasta manobra demagógica de Mário Soares e da clique governante.

A «operação CEE» que Soares empencha de cores risonhas processa-se em negociações altamente gravosas para Portugal e numa vergonhosa capitulação dos nossos interesses nacionais e da nossa soberania.

Mário Soares, cego pela ambição de Belém, não hesita em ludibriar o povo português quanto às consequências nefastas que resultariam para Portugal do processo de integração no Mercado Comum.

O PCP ao manifestar a sua oposição à adesão à CEE não defende uma política isolacionista em relação aos países que a compõem e a própria Comunidade como tal, como pretendem Mário Soares, os soaristas, os barões do PSD e do CDS.

As propostas saídas da Conferência Nacional sobre a via para vencer a crise situam as nossas relações com todos os países, incluindo os da CEE, os Estados Unidos, os países socialistas e os do Terceiro Mundo, numa base de independência, de mútuo respeito e reciprocas vantagens.

O Governo sonegou informações aos deputados portugueses no debate parlamentar da adesão à CEE e silenciou proposadamente experiências conhecidas — como a da Grécia — que desmentem as rosadas opiniões do Primeiro-Ministro.

Os quatro anos de integração da Grécia na CEE representaram um recuo generalizado das actividades económicas e da situação social dos gregos.

Portugal teria ainda menos possibilidades de resistir aos efeitos demolidores da integração. Cerca de metade da captação do PIB, uma inflação três vezes superior, uma dívida externa cerca de três vezes maior à da Grécia ao entrar na CEE.

A Grécia foi inundada de produtos oriundos dos outros países da CEE e os gregos verificaram estupefactos que os seus produtos agrícolas eram ainda menos competitivos que os da França e da Itália no seu mercado interno.

A sua dívida externa passou de 2000 milhões de dólares em 1981 para 11 000 milhões em 1984. Portugal, como se sabe, fechou o ano com uma dívida externa de 15 600 milhões de dólares. Qual seria a realidade daqui a quatro anos?

Na Grécia a produção de vinho caiu de 5,36 milhões de hectolitros em 1976/80 para 4,5 milhões em 1982/83. As suas exportações para os restantes Estados membros caiu verticamente. De 400/500 mil hectolitros em 76/79 para 120 mil em 1982.

Os têxteis foram o ramo industrial mais atingido. Esta é a realidade dos pequenos países como Portugal nos tentáculos da CEE.

O que nos esperaria no domínio das pescas seria castrófico. No desenvolvimento do processo de adesão dos dois países ibéricos Portugal ficaria cada vez mais dependente de Espanha.

Isto é calado por Soares, pelos soaristas, pelos barões do PSD, do CDS, da CIP, cujos chefes prometeram no último fim-de-semana apoiar a candidatura de Soares a Belém na jantada de Vale de Cambra.

Este quadro que a «Nota» da Comissão Política ajuda a compreender como, em que condições, Portugal vai comemorar a data libertadora do 25 de Abril e o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Como nela se diz justamente, é necessário que «as datas gloriosas do 25 de Abril e do 1.º de Maio sejam assinaladas com grandes jornadas de luta» pela demissão do Governo, «por uma alternativa democrática que de solução aos problemas dos portugueses e de Portugal».

Assembleia da República

Até deputados PSD se envergonharam

A Assembleia da República apreciou, na passada terça-feira, a impugnação da admissibilidade da Proposta de Lei 102/III, apresentada pelo PCP, a qual estabelece o quadro normativo em que empresas públicas, ainda que nacionalizadas, podem dispor de elementos autónomos do seu património e em que podem ser transformadas em empresas de economia mista.

Na Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias, onde o recurso baixou para ser apreciado verificou-se que os representantes do PSD não quiseram dar o seu aval ao parecer, tendo na discussão admitido claramente a existência de ofensas à Constituição na proposta do Governo.

Dai que os trabalhos se tivessem atrasado e o parecer do AR a meio da tarde. Face à recusa dos restantes o parecer acabou por ser elaborado por um deputado do PS, o qual no texto apenas salienta que «não ficou demonstrada a existência de ofensas à Constituição», sem qualquer outra argumentação mais convincente do que esta. O parecer, apesar das reticências que provocou nos restantes deputados, nomeadamente na sua elaboração, acabou contudo por ser aprovado pelo PS, PSD, CDS e ASDI.

Na intervenção que proferiu no plenário, onde o recurso foi rejeitado pela maioria governamental com o CDS e a ASDI a rebobeio, o deputado comunista Octávio Teixeira fez a denúncia da Proposta do Governo que se pretende aprovar e que mais não serve do que dar de mão beijada as empresas públicas e nacionalizadas à exploração do grande capital, salientando que o que na verdade se visa é, exclusivamente, a revisão de facto do princípio da irreversibilidade das nacionalizações e a restauração do exacto e personalização do poder do capital monopolista vigente antes de 25 de Abril de 1974.

Acresce que a Proposta de Lei 102/III — referiu ainda Octávio Teixeira — faz acompanhar todo este negócio político de um grande negócio financeiro, e que o direito de preferência atribuído aos ex-monopolistas pode ser realizado com a entrega de títulos de indemnização «até à concorrência do respectivo valor nominal». Ou seja, os ex-monopolistas não só se tornam donos e senhores das empresas nacionalizadas, como vejam os títulos das indemnizações valorizados dos 180500 a que são cotados na Bolsa para os

1000\$00 do valor nominal, isto é, os títulos de indemnização de 1222 indemnizados da classe XII seriam valorizados dos actuais 18,5 milhões de contos de valor actual para 102,8 milhões de contos.

Destacando a seguir que a Proposta, para além de abrir ao capital privado todos os sectores que ainda lhe estas-



vam vedados, alienando ao mesmo tempo os sectores rentáveis das empresas nacionalizadas, Octávio Teixeira acrescentou:

Este golpe contra a Constituição é o negócio mais chorado de sempre para os ex-monopolistas. E é a primeira prestação que o candidato presidencial Mário Soares quer pagar desde já enquanto promete para mais tarde a entrega do que reste da Constituição.

No período de antes da Ordem do Dia, interveio o deputado comunista Gaspar Martins para falar da reunião do Tribunal de Opinião Pública sobre Salários em Atraso, que no sábado passado se realizou no Porto.

Citando alguns números, diria que os salários em atraso no ano de 1984 afectaram mais de 200 mil trabalhadores de todo o País, em cerca de mil empresas e que só no distrito do Porto, entre Junho de 83 e Fevereiro deste ano foram lançados nesta situação mais de 30 mil trabalhadores de 203 empresas. Acrescentou, igualmente, que naquele distrito, em Fevereiro último, a dívida aos trabalhadores ultrapassava um milhão e 800 mil contos.

E citou numerosos casos pessoais perante uma parte da Assembleia desmotivada para o assunto. O que é isso de salários em atraso? devem ter-se interrogado os deputados do PS, PSD, CDS e ASDI que ainda recentemente decidiram aumentar os seus já chorudos vencimentos para quantitativos imorais. Naquele local — mas também só naquele local — o Governo é bom pagador.

Comunicado conjunto PCP-FLN do Barhein

A convite do Partido Comunista Português, visitou Portugal, entre 9 e 11 de Abril, uma delegação da Frente de Libertação Nacional do Barhein, composta por Abdulla Alrahshid e Mohamed Ali, membros da Direcção.

A delegação da FLN do Barhein expressou a sua solidariedade à luta dos comunistas portugueses e do povo português em defesa das conquistas de Abril e do regime democrático.

As duas delegações puseram em relevo as vitórias alcançadas nas últimas décadas pela luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. Concordearam em que o agravamento da tensão internacional e o aumento dos perigos de guerra resultam da política militarista agressiva com que o imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano e os círculos mais reacçãoários da NATO, procuram fazer retroceder o desenvolvimento do processo revolucionário e impor ao mundo o seu domínio. Condenaram a instalação na Europa dos novos mísseis nucleares norte-americanos e as

Reunião geral em Faro

No próximo sábado, com início às 16 horas, decorrerá na capital algarvia, uma reunião geral de militantes comunistas do concelho de Faro, que vão debater a actual situação política e social e aspectos relativos às jornadas do 25 de Abril e 1.º Maio.

Conferência Económica Sessões em Portimão, Silves e Lagos

A Direcção Regional do Algarve do PCP promove um conjunto de sessões para debate das conclusões e resultados da Conferência Nacional do PCP sobre a situação económica do País. O deputado e economista Octávio Teixeira será o animador dessas iniciativas, assim programadas: amanhã, dia 19, às 21 horas, no Clube União, em Portimão; sábado, dia 20, às 15 horas na Sociedade Filarmónica Silvense, em Silves; e às 21 e 30, nos «Artistas», em Lagos.

tentativas de militarização do cosmos, salientando a necessidade de intensificar a luta pelo desarmamento e o desanuviamento do continente europeu como o plano mundial, destacando a este respeito a importância das propostas e iniciativas da URSS e dos países da comunidade socialista e do amplo movimento popular pela paz. O 40.º Aniversário da derrota do fascismo hitleriano lembra aos povos a necessidade de se unirem na luta pela defesa da paz para impedirem uma nova guerra mundial que poria em perigo a própria Humanidade. Sublinharam que para fazer frente à agressividade do imperialismo e defender a paz é de fundamental importância a unidade do movimento comunista internacional e o fortalecimento da amizade, da cooperação e da solidariedade recíproca entre os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional e os países progressistas.

As duas delegações denunciaram os planos do imperialismo norte-americano e dos dirigentes sionistas de Israel visando sufocar o movimento de libertação nacional e social dos povos árabes, impor a sua hegemonia em toda a região, pilhar as suas riquezas e transformá-la numa plataforma avançada contra a URSS e os países socialistas.

Expressaram a sua firme solidariedade para com a justa luta dos povos do golfo contra as tentativas de intervenção militar directa dos EUA na área e consideraram que os interesses dos povos do golfo exigem o fim imediato em bases justas e democráticas da guerra destrutiva irano-iraquiana.

Ambas as delegações consideraram de maior importância para a paz e a luta dos povos do golfo e da Península Arábica o desmantelamento de todas as bases militares e retirada das tropas estrangeiras. Valorizaram as propostas da URSS e da RPD do Iemen para transformar toda a região numa área de paz e estabilidade.

As duas delegações condenaram com particular firmeza os novos planos conspirativos do imperialismo, do sionismo e da reacção árabe para enfraquecer, dividir e liquidar a Resistência Palestiniana. Consideraram da maior importância para o futuro da luta do povo palestino e do movimento de libertação dos povos árabes o restabelecimento da unidade da OLP e a sua aliança com a Síria, as forças patrióticas e progressistas do Líbano e de outros países árabes.

As duas delegações consideraram que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente passa pela retirada das tropas de Israel do Sul do Líbano e de todos os territórios árabes ocupados desde 1967 e pelo reconhecimento dos direitos nacionais palestinos, incluindo o da criação de um Estado palestino soberano e independente. Deram o seu apoio à realização de uma Conferência Internacional, com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a OLP.

As duas delegações manifestaram a sua solidariedade a todos os povos em luta pela liberdade, o progresso social, a independência nacional, contra o racismo, o fascismo, o sionismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo.

As duas delegações expressaram a sua vontade de continuar a agir para reforçar e desenvolver os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e a FLN do Barhein.

Lisboa, Abril de 1985

Avante!
 Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDE, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa. Tel. 77 98 28 77/98 25 76/97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alameda de Bairo, 13 - 7000 Évora. Tel. 28361

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa. CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa. CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Esva, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 25394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda 91.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 95/77 67 60

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heaska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tipagem média, do mês de Fevereiro: 40 227

Assembleia da República

A maioria e a CEE

Meter os pés pelas mãos celebrar novos tachos — e outras vergonhas

Do debate que decorreu na Assembleia da República, sobre a eventual adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, só uma certeza ficou quanto às vantagens que desse processo advêm. E foi o Primeiro-Ministro Mário Soares que o disse, ao encerrar o debate. Transcrevemo-lo de seguida para que se saiba e não venham acusar-nos, amanhã, de sectarismo e pretendermos escamotear a verdade. Aí vai:

Finalmente vamos poder participar nas estruturas e instituições comunitárias, com quadros portugueses numerosos e ter deputados no Parlamento Europeu. Caberão, com efeito, a Portugal, 24 deputados do Parlamento Europeu designados, numa primeira fase, por esta Assembleia e depois eleitos directamente. Além de um comissário, cinco vogais no Conselho, um juiz no Tribunal de Justiça, um juiz no Tribu-

nal de Contas, 12 membros no Comité Económico e Social, três membros do Comité Consultivo, dois membros no Comité Científico do Euratom, um membro no Conselho de Governadores e um membro no Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimentos, enumeração que está longe de esgotar os cargos disponíveis para Portugal nos órgãos que asseguram as tarefas comunitárias.

E esta, hem? Andam por aí os comunistas a dizer que a integração vai provocar a ruína na agricultura, o encerramento de pequenas e médias empresas, o descalabro nas pescas, o aumento do desemprego e o decréscimo das exportações e vem o Primeiro-Ministro e, assim, de barato, dá-nos logo 51 postos de trabalho, pagos em francos belgas, que têm a vantagem de não deslizarem tanto como o escudo para a desvalo-

rização. Quem é que tem um Primeiro-Ministro amigo, quem é?

Mas não se ficaram por aí os comunistas e insistentemente quiseram desvirtuar o debate na Assembleia da República. Então não é que queriam que se fizesse um estudo aprofundado do impacto da adesão nos diferentes sectores da economia portuguesa e um conhecimento pormenorizado dos meandros das negociações governamentais com os responsáveis da CEE, como a deputada comunista lida de Figueiredo teve a coragem de dizer.

Ou seja, queria saber o que os nossos agricultores vão fazer às suas batatas quando se venderem aqui as batatas espanholas mais baratas, ou as laranjas, ou as maçãs. E o que vai suceder ao vinho, que a CEE tem com tal fartura que dá para embriagar toda a Comunidade. Isto para não falarmos de

outras coisas como as pescas, as conservas, os têxteis, a Siderurgia, etc., etc. Até queriam saber — pasme-se! — como decorrem as actuais negociações com a Espanha.

Felizmente, que o Primeiro-Ministro teve o bom senso de não entrar por essa forma de aviltamento do debate e soube responder a esta e a todas as aleivosias que precederam a sua intervenção. Revelando uma concisão a toda a prova, Mário Soares dizia:

«Entramos na Europa porque acreditamos no nosso destino europeu. E garantiu: Um novo futuro se abre agora e assim aos portugueses que precisam de saber construir, com trabalho, persistência e amor.»

E diria mesmo mais: «Tudo depende de nós: temos agora um horizonte nacional de esperança, que importa saber concretizar.» Ao ouvir estas palavras a

Nação respirou aliviada. Agora sim, com a adesão à CEE, temos alguma coisa — pelintras que nós éramos — temos um horizonte nacional, que não é um horizonte nacional qualquer, mas sim de esperança.

O debate caracterizou-se portanto por esta tónica. Os deputados comunistas insistindo em factos concretos, o Governo e os deputados da coligação governamental, com o CDS a reboque, respondendo banalidades e esquivando-se às perguntas. Debate sim, mas não tanto.

Pelo que se segue se pode ver o poder de finta do Governo e dos seus deputados que, do tempo global atribuído para o debate, teve 8 horas e 20 minutos, contra duas horas e dez minutos atribuídos ao PCP e ao MDP. O deputado do Partido «Os Verdes» foi impedido de falar. No lugar ficou, amordaçado com um pano preto, em sinal de protesto.

Deputados comunistas no debate sobre a desastrosa integração na CEE

Esta é a verdade!

● É a CEE que o diz...

Na própria Comunidade se reconhece que predominam condições políticas na aceitação final das cláusulas de adesão e de que o mínimo que se pode dizer é que elas são severas para Portugal. Quando a CEE fala em severidade e o Primeiro-Ministro fala em vitória é caso para desconfiar, e não da CEE! (Ilda Figueiredo)

● 16 milhões de desempregados

Como refere a documentação oficial da CEE «a adesão de países ibéricos acentuará os pontos negros da comunidade. Os desempregados são relativamente mais numerosos nos países candidatos e os seus três milhões de desempregados juntar-se-ão aos 13,6 milhões actualmente existentes nos dez países da CEE». (Ilda Figueiredo)

● Têxteis, conservas, tomate e vinhos

O Governo cedeu tanto que cedeu mesmo em questões essenciais até agora apontadas como a prioridade do País, nomeadamente o aumento das exportações. Sectores exportadores competitivos ficaram sujeitos a restrições diversas. Desde logo o caso dos têxteis e vestuário que continuarão sujeitos a contingentações durante mais três ou quatro anos, as conservas de peixe, especialmente as sardinhas, que em relação a dois terços das exportações continuarão a pagar direitos aduaneiros, encontrando-se numa situação idêntica às exportações de concentrado de tomate e os vinhos. (Ilda Figueiredo)

● Subsídios para prejuízos — não para investir

É acima de tudo insultuoso que nos venham dizer que o País ganha com isso, que a troca da ruína da agricultura vamos receber da CEE muitos milhões. Segundo os números da CEE temos prometido por um decénio um subsídio de 8 milhões/ano que à partida a própria CEE calcula só cobrir pouco mais de 1/3 dos sobrecustos com que a agricultura será prejudicada. E há o empréstimo de 125 milhões para os seis anos posteriores à adesão, que sintomaticamente é apontado como servindo para compensar as previsíveis incidências da assunção da política agrícola comum sobre a balança de pagamentos! (Ilda Figueiredo)

● Fim das relações luso-africanas

A dependência soma-se a ameaça do maior afunilamento de sempre das nossas relações com o exterior. O acordo proíbe Portugal de concluir ou prolongar acordos comerciais bilaterais para países terceiros que não sejam do campo socialista e quanto a estes, segundo o que diz o Governo nos «dossiers» não poderá ser mantida nenhuma disposição comercial, quer ela seja ou não compatível com as regras de política comercial comum. O acordo afasta Portugal de qualquer política autónoma em relação à África vibrando um golpe histórico contra o futuro das nossas relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa. (Ilda Figueiredo)

● A pesca e as águas territoriais

Neste momento nem sequer está estabelecido que a zona das 12 milhas, o chamado mar territorial, seria exclusivamente explorado por barcos portugueses. A única coisa negociada é que os barcos dos actuais dez membros da CEE não pescarão nas nossas 12 milhas. No que respeita à Espanha nada está assegurado. (Carlos Espadinha)

● A CEE não é a Europa

A CEE não é a Europa. Fora da CEE estão países como, por exemplo, a Áustria, a Noruega, a Finlândia, a Suíça e a Suécia que, inclusivamente, têm resistido à crise capitalista melhor que a maioria dos países da CEE. E não consta que esses países se encontrem «bisonhos e sozinhos». (Carlos Carvalhas)

● Damos ferro, pirites — e até urânio!

O que se verificaria era a ruína de vastos sectores da economia portuguesa, com relevo para as pequenas e médias empresas, o abandono dos grandes projectos de inegável interesse nacional e a absorção de sectores básicos da economia nacional.

Teríamos o abandono definitivo do aproveitamento nacional do ferro de Moncorvo e das pirites do Alentejo, o definhamento da Siderurgia Nacional e da Indústria Naval, a consumação da entrega às multinacionais, que já se está a realizar, do cobre de Neves-Corvo e da metalurgia do cobre, a pilhagem dos nossos recursos mineiros, inclusivamente do urânio para o qual, pelos acordos negociados, a CEE teria de imediato o direito de opção da sua agência de aprovisionamento... (Carlos Carvalhas)

● Nem Alqueva, nem beterraba sacarina

Com a conclusão das negociações ficaram também completamente claras as razões por que nunca avançou o Alqueva e os projectos de beterraba sacarina. Com as cedências deste Governo, Portugal só poderia vir a ter no futuro uma unidade de beterrabeira pois para mais não dá a quota de 60 000 toneladas que os negociadores alegadamente subscreveram. (Carlos Carvalhas)

● Um emprego a menos cada 2 minutos

Como irá um sector tão débil como o nosso sector agrícola suportar o impacto da Política Agrícola Comum? Entre mortos e feridos quantos escaparão? E os que sobreviverem que interesses servirão?

Entre 1975 e 1980, na Comunidade, foram extintos 1,7 milhões de empregos, ao ritmo de 1 em cada 2 minutos. No caso português que alternativa temos ou podemos construir no curto e médio prazos para enfrentar tal situação? (Rogério de Brito)

● Liquidação da pequena agricultura

O número de explorações agrícolas na Comunidade tem diminuído ao ritmo de 2% ao ano, sendo as explorações com menos de 20 hectares aquelas que têm desaparecido. No caso português são exactamente estas que, ocupando menos de 40% da superfície agrícola, têm assegurado quase 70% do nosso PAB, sem esquecer que os latifúndios que o Governo vem reconstituindo, ocupando mais de 30% da superfície agrícola, nunca produziram mais que 15 a 16% do PAB. (Rogério de Brito)

● Vamos queimar o nosso vinho

Quando hoje se assiste às reacções dos agricultores franceses com uma agricultura mais forte que a nossa, perante a invasão dos hortofrutícolas espanhóis, destruindo produtos e queimando camiões, não podemos deixar de nos interrogar sobre as consequências para Portugal da livre circulação dos produtos agrícolas. (...)

Quantos milhares de hectolitros de vinho serão obrigatoriamente queimados, recebendo os produtores apenas 50% ou menos do preço dos vinhos correntes? (Rogério de Brito)

● Uma operação política e eleitoralista

A partir de 1983 as negociações passaram a ser dominadas pelo calendário eleitoral e pela obsessão de se obter uma data boa para esse calendário, fosse a que preço fosse, o que acabou por conduzir às gravíssimas cedências que o povo português irá sofrer se a adesão se concretizar nesses termos. É o tal choque que o Primeiro-Ministro tanto gosta de falar e que em português também se traduz por desastre. (Carlos Brito)

● As mentiras do Governo

Não surpreende por isso que a coligação governamental com o CDS a reboque tenham pretendido que o debate, em vez de servir para esclarecer os termos dos acordos negociados em Bruxelas e as suas desastrosas consequências para Portugal e para os portugueses, seja utilizado, precisamente, para escondê-las e escamoteá-las sob uma torrente de retórica e consabidos «slogans» de «fé nas comunidades» e «confiança na integração», de mistura com algumas disputas sob quem se lembrou primeiro da CEE e de ataques caluniosos e provocatórios ao PCP. (Carlos Brito)

Por que é que isto acontece? Por que é que o Governo e a coligação, com o CDS a reboque, têm medo de aprofundar os termos concretos do acordo? É porque as condições acordadas em Bruxelas são benéficas para a economia nacional, favoráveis à nossa situação social e promissoras para o nosso futuro desenvolvimento? (Carlos Brito)

Tratando-se do Primeiro-Ministro é esta a altura para lhe perguntar o que é feito da sua promessa eleitoral de renegociar todos os «dossiers» já encerrados pelo anterior governo da AD? (Carlos Brito)

● O fim para a pesca

O choque representa para as pescas a entrega na prática da nossa ZEE à gestão discricionária da Comunidade, o que significará para os pescadores portugueses que actualmente pouco pescam nessa zona, dadas as insuficiências da nossa frota pesqueira, que amanhã não poderão lá pescar porque a zona estará sobrecoberta pelas frotas espanholas e dos outros países da CEE. Em contrapartida, os pescadores portugueses não vão ter acesso às zonas económicas exclusivas dos outros países da Comunidade por se encontrarem já em situação de sobrepesca. (Carlos Brito)

● O desastre para a indústria

O choque representará para a indústria, dentro de 7 anos, a concorrência brutal dos países da Comunidade e dos chamados países terceiros. Importantes produtos da indústria nacional serão batidos no próprio mercado interno pela indústria dos países desenvolvidos de alta tecnologia e pela indústria dos países subdesenvolvidos de baixos salários. Isto significará a falência e a liquidação de milhares de pequenas e médias empresas, o atrofamento definitivo das indústrias de base e de equipamento pesado. (Carlos Brito)

● A burla do desenvolvimento

Pela nossa parte demonstramos que as fortes esperanças que muitos depositam no desenvolvimento regional são, em grande parte, miragem sem consistência, pois, entre outras razões a experiência de 28 anos de Mercado Comum mostra que a tendência não é para a atenuação das assimetrias regionais, mas para acentuar as desigualdades do desenvolvimento regional. (Carlos Brito)

● Há alternativas

Houve quem se pronunciasse pela opção integracionista com a alegação de que para ela não havia alternativa. É a outra forma de levar a água ao moinho da CEE e desculpar as escandalosas cedências nas negociações ou então elogiá-las, como também aconteceu. (...) Mas há alternativas para o povo português e há quem estude e trabalhe para enriquecê-las e quem lute para as levar à prática. É nesta linha de preocupações e esforços que se insere a recente Conferência Nacional do PCP intitulada «A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise». (...) Alguns que se autopromoveram à condição de sábios da nossa economia, mas que não são capazes de analisá-la senão por detrás das lentes do grande capital, vão clamar que o que propomos é impossível, demagógico, irrealizável. Da nossa parte lembramos que quando há nove anos se iniciou a política de recuperação capitalista, nós dissemos que ela ia conduzir a desastrosos resultados económicos e sociais que o País sofre actualmente e estão à vista de todos. Dizemos agora que se este projecto de adesão à CEE se concretizar a situação agravar-se-á muito mais e serão ainda muito maiores os sofrimentos que serão impostos ao nosso povo. (Carlos Brito)

● A última palavra

A última palavra pertence ao povo português. (Carlos Brito)

PCP

Nota da Comissão Política

A Comissão Política do Comité Central do PCP, reunida a 15 e 16 de Abril, analisou os mais recentes desenvolvimentos da situação nacional.

A Comissão Política teve-se especialmente no exame de três questões de grande actualidade política: 1.º o agravamento e a aceleração do processo contra-revolucionário; 2.º os desastrosos acordos concluídos pelo Governo PS/PSD com o Mercado Comum e a campanha demagógica que em torno deles desenvolveu; 3.º, o prosseguimento da luta pela demissão do Governo PS/PSD e por uma alternativa democrática.

1.

Em relação à primeira questão, a Comissão Política concluiu que o Governo PS/PSD sentindo-se ameaçado pela luta popular e recoso de dispor de pouco tempo para concretizar os seus planos de restauração monopolística, acelera a todo o vapor a ofensiva, em termos práticos e legislativos, contra a Reforma Agrária, as empresas públicas e as nacionalizações, os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral e as liberdades democráticas.

As práticas anticonstitucionais e antidemocráticas acompanhadas pelo Governo PS/PSD desde a sua ascensão, mas algumas das suas mais recentes actuações distinguem-se mesmo assim pela forma aberta e frontal com que violam a Constituição e a legalidade democrática.

São especialmente escandalosas a este respeito algumas iniciativas legislativas em curso, como:

— No plano do ataque às transformações socioeconómicas: o chamado pacote agrícola e especialmente a lei da destruição completa da Reforma Agrária e a lei da reprivatização das empresas públicas mesmo que directamente nacionalizadas;

— No plano do agravamento das condições sociais e do ataque aos direitos dos trabalhadores: a lei das rendas que a Assembleia agrava todos os dias e as leis da facilitação total dos despedimentos e antigreve, bem como as campanhas de condicionamento e de pressão que estão a ser desenvolvidas para a sua aprovação a toda a pressa;

— No plano da ofensiva contra os direitos e liberdades dos cidadãos e a democracia política: os preparativos para a aprovação final da célebre lei da segurança interna, as medidas de censura introduzidas no código de direitos de autor, o projecto de proibição da propaganda política e partidária, as tentativas de alteração da legislação eleitoral liquidando o princípio constitucional da proporcionalidade e facilitando as bulas e chapeladas.

Neste momento, desenvolve-se, também, uma perigosa operação, onde se reúnem as forças políticas e patronais mais reaccionárias apoiadas por gradas figuras do imperialismo, que, tomando por eixo a candidatura presidencial de Mário Soares, procura concretizar uma nova fase qualitativa do processo contra-revolucionário com uma segunda revisão inconstitucional da Constituição.

Desta forma, Mário Soares não só se confirma o verdadeiro líder da direita no desempenho das funções de Primeiro-Ministro, como a sua candidatura presidencial é cada vez mais a candidatura da direita e da extrema-direita, instrumento das forças contra-revolucionárias e dos seus planos subversivos contra o Portugal de Abril.

Ao mesmo tempo que aceleram e agravam a ofensiva contra-revolucionária e preparam novos planos para depois de 14 de Julho, data a partir da qual o Presidente da República ficará constitucionalmente impedido de dissolver a Assembleia da República, o Governo e todas as forças reaccionárias procuram numa baixa manobra política condicionar até lá a liberdade de intervenção do Presidente da República tomando como pretexto a ratificação parlamentar dos acordos com o Mercado Comum.

Mas a verdade é que não há nada do ponto de vista legal ou institucional que dê fundamento a esta releve operação política. Pelo contrário, se os acordos com a CEE chegarem ao ponto de serem ratificados este ano pela Assembleia da República, podem ser-lhe perfeitamente em Outubro, Novembro ou Dezembro por uma nova Assembleia saída de eleições legislativas antecipadas, que têm sido várias reclamadas por diversas forças sociais e políticas, incluindo da área do Governo.

2.

A decisão política relativa à entrada de Portugal no Mercado Comum constitui um verdadeiro acto de capitulação nacional que compromete o presente e hipoteca o futuro do nosso povo e do País.

O Governo está a desenvolver uma colossal obra de mistificação da opinião pública, deformando da maneira mais mentirosa e descarada os verdadeiros termos dos acordos que negociou com a CEE e as suas desastrosas repercussões em importantes áreas da vida nacional.

A entrada no Mercado Comum não tem quaisquer vantagens económicas para Portugal.

O que o Governo pretende com a entrada no Mercado Comum é levar por diante a sua operação contra-revolucionária de restauração dos monopólios e dos latifúndios fascistas e uma operação propagandística do lançamento da campanha de M. Soares para as eleições presidenciais.

Ao contrário do que o Governo afirma, os acordos já concluídos pelo Governo com o Mercado Comum são altamente gravosos para a economia portuguesa e para a independência nacional.

Os tão propagados financiamentos que se obteriam são um autêntico logro. O empréstimo de 125 milhões de contos é para cobrir o «previsível» agravamento da balança de pagamentos resultante dos prejuízos da integração só no sector agrícola.

Para a agricultura e a limitação das produções, a liberalização da importação de cereais, o arranque dos produtores directos na vinha, a queima de bons vinhos e a importação livre de vinhos, a limitação a um mínimo não rentável da produção de beterraba sacarina.

Nas pescas é a entrega da ZEE ao Mercado Comum, a perspectiva da invasão das 12 milhas pelos armadores espanhóis, a proibição dos acordos bilaterais.

Para a indústria é a importação livre de todos os produtos, a contingentação e pagamento de direitos para os têxteis e as conservas portuguesas, a condenação da expansão da siderurgia e da indústria naval.

Para o comércio externo é a total dependência portuguesa, com a proibição de acordos bilaterais ao nível do Estado e a perda de condições vantajosas com a EFTA.

Os acordos abrem a economia portuguesa ao assalto dos monopólios estrangeiros através de investimentos que no fundamental deixam de necessitar de autorização do Governo.

3.

A perigosa evolução da situação política interna e os ruinosos acordos feitos pelo Governo com o Mercado Comum voltam a colocar a demissão do Governo PS/PSD como uma imperiosa necessidade para poupar o povo português a maiores sofrimentos e o País a mais graves desastres.

A Comissão Política do Comité Central do PCP sublinha, no entanto, que a demissão do Governo não é apenas uma necessidade objectiva, tornou-se uma exigência popular e democrática de tal amplitude que assume um carácter verdadeiramente nacional.

Não há qualquer razão do ponto de vista do interesse do País e das instituições que aconselhe a manutenção do Governo PS/PSD. Todas as razões nacionais e institucionais recomendam a sua pronta demissão e substituição.

O Governo já nem pode reclamar sequer a legitimidade da sua maioria parlamentar, pois a Assembleia da República na sua actual composição deixou manifestamente de corresponder à vontade maioritária dos portugueses.

A dissolução da Assembleia da República (e a realização de eleições legislativas antecipadas) reclamadas por diversas forças sociais e políticas, surge assim não apenas como absolutamente legítima, mas como a medida institucional mais adequada à alteração do quadro partidário que se verifica no País, às graves decisões que o nosso Povo é chamado a tomar sobre o seu futuro e à criação das condições para uma alternativa política.

O Governo PS/PSD e os seus grupos parlamentares em colaboração com o CDS na Assembleia da República agravaram a um ponto extremo a ofensiva contra as condições de vida do nosso Povo, as conquistas de Abril e o regime democrático-constitucional e tornaram ainda maior e mais pesada a submissão do nosso país ao imperialismo.

Mas existem soluções institucionais para a situação. Há saídas e políticas alternativas como provou a recente Conferência Nacional do PCP (A Via de desenvolvimento para vencer a crise) e há forças bastantes para concretizar uma alternativa política. Uma vez mais a resposta tem de ser encontrada na intensificação da luta popular de massas e no reforço da cooperação e da unidade dos democratas.

A Comissão Política do CC do PCP apela, com este espírito, à classe operária, a todos os trabalhadores, a todos os democratas e patriotas para que as datas gloriosas do 25 de Abril e do 1.º de Maio sejam assinaladas com grandes jornadas de luta que constituam uma afirmação inequívoca e decisiva da exigência de demissão do Governo e da vontade de ver criadas as condições políticas e institucionais para uma alternativa democrática que dê solução aos problemas dos portugueses e de Portugal.

PCP

SETÚBAL CAMPAÑA DE FUNDOS C.T. DORS-PCP

Novo Centro de Trabalho tem campanha em marcha

Os mais de 35 mil membros da Organização Regional de Setúbal do PCP têm desde há algumas semanas uma outra responsabilidade na sua acção: as tarefas da campanha de fundos para a construção do novo Centro de Trabalho do Partido. Iniciada há cerca de dois meses, é agora que a campanha conhece a sua verdadeira fase de arranque, multiplicando-se os esforços de divulgação e de preparação das iniciativas nos 13 concelhos do distrito.

Embora se esteja no princípio, uma coisa é certa: o êxito da campanha será a concretização não só de um velho sonho dos comunistas setubalenses, como uma necessidade imperiosa que se coloca à organização do Partido. Com efeito, a nível de Centros de Trabalho, o PCP não possui na cidade do Sado, que agora comemora o seu 125.º aniversário, as condições necessárias para o seu regular funcionamento: é a dispersão das instalações, é a reduzida capacidade de instalações e salas de trabalho e, pior que tudo, o estado a que chegou o velho edifício do n.º 35 da Avenida 5 de Outubro, apesar dos esforços de conservação e arranjo.

De tudo isto e naturalmente de como está organizada e quais são os objecti-



Aqui se construí um novo e funcional Centro de Trabalho. A demolição da velha casa que desde 1975 tem funcionado como CT do Partido e o arranque das obras ocorrerá ainda no 1.º semestre deste ano. A campanha de fundos já começou!

vos da campanha se falou num encontro entre a Direcção do «Avante!» e três camaradas que estão a acompanhar a iniciativa (Teodósio, Dias, e José Luis), a que nos referiremos em pormenor na próxima semana. A estrutura orgânica e a coordenação da campanha, a consciência da grave situação social que se vive no distrito (20 mil trabalhadores com salários em atraso) e também do grande prestígio do PCP, a principal força política da região; o início das obras (arrancam ainda no 1.º semestre deste ano); as iniciativas e os exemplos já registados (do recente almoço de confraternização no Seixal com cerca de 800 pessoas à apanha do ferro-velho e do papelão em vá-

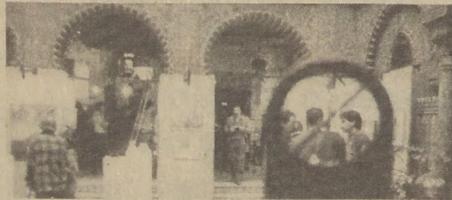
rios concelhos); a importância das abordagens e da iniciativa dos mil escudos por militante; o trabalho de informação e propaganda em torno da campanha; e a «integração» de mais esta responsabilidade no conjunto das múltiplas tarefas que o ano de 1985 destina aos militantes comunistas — foram alguns dos principais aspectos em debate no encontro realizado em Setúbal com a reportagem do «Avante!», que visitou o velho CT da Avenida 5 de Outubro, a demolir brevemente para dar lugar a um edifício moderno, simples e funcional, que albergará a Direcção Regional e os seus diversos serviços, incluindo a SIP, a Comissão Concelhia de Setúbal e a Direcção Distrital da JCP.

Campanha para a vitória!
Compra e Obras PARA O PARTIDO AVANTE COM ABRIL

Segundo o último apuramento (11 de Abril) a campanha para a aquisição e obras do Centro Vitória estava já muito perto dos 60 mil contos. Um vasto conjunto de iniciativas (não falando já da 2.ª rifa) está programado, num esforço que vai continuar e que concretizará um velho sonho dos comunistas: a compra, o restauro e a adaptação funcional dum edifício que faz parte da história da cidade de Lisboa.

Aqui deixamos o quadro do último apuramento:

Alenquer	213 132\$00	C. L. L.	16 941 308\$70
Arruda dos Vinhos	86 928\$00	Bancários	2 394 115\$00
Azambuja	125 155\$50	Seguros	973 765\$00
Cadaval	29 343\$00	Sect. Público	1 472 792\$50
Mafrá	220 183\$00	Transportes	3 886 742\$00
Lourinhã	54 293\$00	Função Pública	1 580 061\$50
Sobral	157 178\$00	Saúde	2 764 942\$00
Torres Vedras	390 816\$50	Informação	558 860\$00
Amadora	2 464 659\$50	Intelectual	3 367 562\$50
Cascais	1 890 203\$00	Sect. Sindical	1 019 192\$00
Carnaxide	1 279 072\$00	SIP/DORL	522 173\$00
Ceiras	577 187\$50	JCP	13 000\$00
Sintra	1 236 249\$00	C. T. Vitória	200 813\$00
Queluz	1 462 172\$50	Livraria Vitória	38 859\$50
Loures - Ocíd.	2 513 671\$00	DORL	4 482 538\$50
Loures - Ori.	3 095 400\$50	TOTALS	59 451 839\$40
Vila F. de Xira	3 439 470\$70		



Tem decorrido com assinalável êxito, quer pela participação de visitantes, quer pelo volume de vendas, a exposição-venda de artes plásticas patente na Casa do Alentejo, na Rua das Portas de Santo Antão, em Lisboa. A expo-venda decorre até 3 de Maio e constitui desde já um significativo contributo para a campanha de fundos «O Vitória para o Partido».

ALMADA Tudo a postos para a 4.ª da organização concelhia

Às 15 horas do próximo sábado, dia 20, na SFUAP, Cova da Piedade, terão início os trabalhos da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP, iniciativa aguardada e preparada com entusiasmo participação em todos os organismos e freguesias.

No primeiro dia, a Assembleia prolonga-se até às 19 e 30. No domingo reatara os trabalhos às 9 e 30, prosseguindo até cerca das 18 horas. Meia hora depois começará a sessão final, com um comício aberto à população e em que discursará o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido.

Até à hora em que prepara-

mos este breve apontamento, estavam previstas cerca de 60 intervenções das organizações do Partido no concelho.

Recorde-se que a 4.ª Assembleia dos comunistas de Almada reunirá cerca de 500 delegados e 1000 convidados.

Os delegados irão discutir e votar o relatório elaborado previamente pela Comissão Concelhia cessante, documento que dinamizou uma intensa actividade preparatória, com numerosas reuniões e plenários em que foram apresentadas cerca de 400 propostas de alteração e aditamento ao texto, para todos os seus seis capítulos. Outra responsabilidade que caberá aos delegados é a eleição da nova Comissão

Concelhia do Partido, órgão que dirigirá a actividade partidária até à 5.ª Assembleia. Referindo-se ao trabalho de direcção e concretamente às suas tarefas essenciais, o projecto de relatório sublinha que o reforço e a renovação, dentro do possível e do conveniente, da composição da Comissão Concelhia, deverão ter em conta os seguintes critérios: continuar em termos quantitativos com composição semelhante, rejuvenescer, reforçar a maioria operária, ter membros com disponibilidade para o trabalho do Partido, não ser um organismo representativo de vários sectores, mas que tenha uma larga representatividade.

A situação e as lutas a

Encontro de comunistas com outros

Cerca de meia centena de democratas participaram num encontro, no Centro de Trabalho Vitória, na passada segunda-feira, organizado pela DORL do PCP, no qual foram debatidas a situação política actual e a sua gravidade, assim como os objectivos e propostas dos comunistas não apenas quanto à conjuntura política e social mas também sobre as perspectivas que se abrem com as próximas eleições autárquicas. Orientaram o encontro os camaradas Octávio Pato, do Secretariado do CC e da Comissão Política, e José Casanova, da Comissão Política do Comité Central. Na mesa encontravam-se, além destes, outros dirigentes do Partido — Aurélio Santos, Martins Coelho e António Abreu, do CC, Octávio José, da Direcção Nacional da JCP e Maria da Luz Afonso, do executivo eleitoral da DORL.

O camarada Octávio Pato, intervindo em primeiro lugar, referiu-se em traços gerais à actual situação política, sublinhando a sua gravidade e denunciando o verdadeiro plano subversivo do regime democrático em que se empenham o actual Governo e as forças políticas que o apoiam. O dirigente comunista salientou, nesse plano, o pacote legislativo com objectivos fascizantes que se encontra em fase de aprovação ou está na torja, plano que tanto a nível laboral como a nível da limitação das liberdades como na via de destruição das conquistas económicas de Abril visa subverter completamente o regime democrático.

Octávio Pato referiu-se ainda à questão da «adesão à CEE» e à grande operação demagógica de «modernização», veiculada em verdadeiro «massacre» pela comunicação social que serve o Governo, operação destinada a encobrir as negociações gravosas para o povo português no campo da agricultura, das pescas, das conservas. O camarada lembrou o contributo valioso da re-

cente Conferência Nacional do PCP no sentido de encontrar a via de desenvolvimento para vencer a crise, concluindo que a tarefa central de todos os democratas é a luta pela demissão do Governo, urgentemente, e a formação de um governo democrático de salvação nacional que assegure ao País uma alternativa democrática.

O caminho da luta

Afirmando, por um lado, que a base social e política deste Governo se tem vindo a restringir, Octávio Pato chamou a atenção para o erro que seria aguardar que fossem as próprias contradições internas do Executivo e do seio de cada um dos partidos governamentais que levassem à «queda» do Governo, pois este tudo fará para manter-se no Poder até que o Presidente da República perca a possibilidade constitucional de o demitir. Assim apontou o caminho da luta unida dos trabalhadores e dos democratas como a via determinante para a demissão do

Executivo de Mário Soares.

O amplo movimento de massas que se desenvolve, incluindo não só as grandes mas também as mais pequenas lutas, o crescente descontentamento de cada vez mais amplas camadas da população, a resistência que tem vindo a fortalecer-se em oposição à ofensiva governamental contra Abril têm mostrado, sublinhou o dirigente comunista, que todas estas acções não são de carácter passivo e defensivo e se têm registado vitórias obrigando o Governo e os partidos que o apoiam a recuar. Sem a luta, há muito que as conquistas de Abril seriam coisas do passado e não realidades ainda vivas.

Salientando que mais lutas se organizam, com realce para as jornadas de 18 e 19 de Abril, para as comemorações do 25 de Abril e para o 1.º de Maio, Octávio Pato concluiu que, com a luta, a alternativa democrática é possível, que está ao alcance do povo português. Tal alternativa, que terá de contar com a força dos comunistas — partido que continua a crescer e a fortalecer-se —, não poderá ser, no entanto, construída apenas com a participação de um partido — qualquer que seja. O aparecimento de um novo partido, que poderá contribuir de modo importante para a reformulação do vázez partidário, não é, por si só, condição para a alternativa que deve sair da colaboração de todos os democratas, acentuou Octávio Pato. E sublinhou que o PCP está disposto a trabalhar sem quaisquer preconceitos ou ideias feitas com todos os que desejam sincera-

Porto — Organização local adquiriu novo CT

Há cerca de dois meses, as páginas do «Avante!» denunciaram com firmeza uma grave provocação contra o PCP na cidade do Porto. A 13 de Fevereiro, forças da PSP ocupavam o conhecido Centro de Trabalho em Anibal Cunha. Envolvidos na atitude provocatória encontravam-se o ministro Sebastião e o governador civil, como apoio do Governo, PS/PSD. O objectivo era claro. Mas os comunistas não caíram na «armadilha». Não se deu campo de manobra às atitudes de violência. Os militantes do PCP saíram. O Ministério da Educação, que reivindicava o edifício (ocupado em 74 pelo Partido e que durante o fascismo serviu de instalação à Mocidade Portuguesa), ficava com as chaves. O Partido exigiu desde a primeira hora o cumprimento da legalidade vigente. E recusou-se a retirar os materiais e equipamentos do interior do edifício.

Rapidamente o escândalo e a indignação alastraram na cidade e no País. Entretanto, no passado dia 28 de Março — é passamos a citar uma nota divulgada pela Direcção Regional do PCP, divulgada no passado dia 12

(sexta-feira) — «A DORP recebeu um ofício do secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário em que "repondo um procedimento correcto que deve existir entre organismos responsáveis" (sic) devolve as chaves do Centro de Trabalho de Anibal Cunha notificando o partido para a entrega das instalações». Ao lhe serem devolvidas as chaves na sexta-feira à tarde, o Partido era informado que teria apenas três dias para devolver o edifício já vazio.

«A reposição da legalidade, fruto da persistente denúncia e luta levada a cabo pelo PCP no plano político e jurídico, constitui uma importante vitória não só dos comunistas como da própria democracia e confirma o carácter provocatório e fascizante da ocupação policial em 13 de Fevereiro passado. O CT de Anibal Cunha ficará para sempre na história dos comunistas e do povo do Porto. O PCP cumprirá, como sempre afirmou e reunidas como estão hoje as formalidades legais, o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, embora tudo tenha feito no plano jurídico para que fosse reconhecido o seu legítimo direi-

to à permanência em Anibal Cunha. A DORP do PCP continuará a diligenciar a correcta solução do pagamento do pavilhão do PCP e de outras benfeitorias ali realizadas», salienta nota.

Depois de referir que «a reacção não só não conseguiu levar a cabo a sua manobra provocatória contra o PCP como não conseguirá também privar a organização local do Porto de ter o seu Centro de Trabalho», a DORP anuncia com grande alegria a compra, na cidade, de «um novo Centro de Trabalho para sede do Comité Local do Porto que em breve estará em condições de entrar em pleno funcionamento. Tal facto, de grande alcance político, revela a grande força e implantação do PCP, a sua determinação inabalável de defender a liberdade e a democracia e a sua confiança na capacidade do nosso povo decidir o seu futuro e de construir, pelo trabalho e pela luta, um país livre e democrático a caminho do socialismo», conclui a DORP.

Uma festa

Cerca de um milhar de pessoas, camaradas e amigos que

habitualmente desenvolviam a sua actividade naquele CT ou que de alguma forma estiveram ligados a ele, foram no sábado à noite a Anibal Cunha para jantar (a ementa como não poderia deixar de ser foi «fritas à moda do Porto»), ou simplesmente confraternizar num ambiente de alegria e de luta e de confiança no futuro.

Após o jantar usaram da palavra o camarada Angelo Veloso, da Comissão Política do CC, e a camarada Helena Medina, membro do CC e da DORP, responsável pela organização local do Porto que, depois de se referir ao significado da realização do jantar no CT de Anibal Cunha, exactamente dois meses depois da ocupação policial, afirmou:

«Quando nos entregaram ontem, sexta-feira à tarde, as chaves do nosso Centro de Trabalho, repondo assim a legalidade, ofendendo-nos para o devolvemos três dias passados apenas 3 dias, pensaram que iríamos de imediato meter ombros à enorme e pesada tarefa de retirar de Anibal Cunha as muitas toneladas de bens e materiais do Partido. Mas não foi isso que fizemos. As primeiras 24 horas dedicamo-las a

trabalhar mas incluindo o transporte de materiais para dentro do nosso Centro de Trabalho, para que os comunistas realizassem uma grande e bonita festa de despedida do que será sempre para todos nós o Centro de Trabalho de Anibal Cunha». E mais adiante referiu: «Um outro objectivo das forças reacçãoárias era privar os comunistas do Porto de um importantíssimo instrumento de trabalho. Mas também esse objectivo não foi alcançado. Os comunistas do Porto, com a ajuda de todo o nosso Partido, tem um novo Centro de Trabalho junto do Campo 24 de Agosto e que dentro em breve estará em pleno funcionamento. Este facto é um motivo de justo orgulho e de grande alegria de toda a organização do Partido, dos trabalhadores e da população do Porto».

Vários outros camaradas, quadros das empresas e das organizações de freguesia, deram os seus testemunhos da importância daquele Centro de Trabalho. A festa prosseguiu, animada, com a presença de Samuel e fadistas do Porto. Durante a festa aderiram ao Partido 6 novos militantes.

Convívio dos Gráficos

No Centro de Trabalho da Trindade Coelho, vai realizar-se no próximo sábado, dia 20, um almoço de confraternização do organismo dos Gráficos comunistas de Lisboa.

Plenário da organização da Feira

Com a participação do camarada Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do PCP, os militantes comunistas da organização concelhia da Feira (distrito de Aveiro) reúnem-se no próximo sábado, dia 20, em plenário marcado para as 15 horas no Centro de Trabalho do Partido.

Sessão-convívio no Sobralinho

Na sequência de uma tradição que se tem enraizado, a organização do PCP no Sobralinho (Averca) promoveu no último domingo uma sessão-convívio comemorativa do 25 de Abril. Fez uma intervenção alusiva aquela data e à situação política actual o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do PCP. A sessão foi animada com canções e exhibições cénicas e musicais dos Pioneiros de Portugal e reuniu cerca de uma centena de participantes.

Plenário concelhio na Covilhã

«Reforçar o PCP, alargar a APU. O concelho da Covilhã precisa de uma Câmara APU» — o lema diz já muito do que se irá debater no encontro de quadros comunistas daquele concelho beirão, marcado para o próximo domingo, dia-21, a partir das 10 horas, na Escola Central da Covilhã. Em contacto com o «Avante!», a Comissão Concelhia do Partido sublinha que este plenário se insere num vasto plano de trabalho programado por aquele organismo do Partido para o ano de 1985.

Sessão com Carlos Brito na Damaia

O dirigente comunista Carlos Brito, membro da C. Política do PCP, participa na iniciativa de convívio e esclarecimento promovida pelos comunistas da freguesia da Damaia (Amadora), para o próximo domingo 21, no Centro de Trabalho local. Depois dum almoço de confraternização, haverá, cerca das 15 horas, uma sessão em que o presidente do Grupo Parlamentar do PCP abordará o actual momento político.

Assembleia da Célula da «Estrela Vermelha»

Pela primeira vez esteve reunida em Assembleia a Célula do PCP da Cooperativa «Estrela Vermelha», de Santiago do Cacém (distrito de Setúbal). A iniciativa decorreu no passado sábado, tendo

também participado os camaradas Américo Leal e Vítor Machado. A organização do Partido, a luta de massas e a defesa da Reforma Agrária, a vida da Cooperativa, o aumento da produção, a comemoração do 10.º aniversário da Cooperativa (9 de Junho) e a ligação às estruturas unitárias foram alguns dos aspectos que estiveram em evidência no debate realizado na Assembleia.

Falando ainda de Santiago do Cacém, referiu-se que também no sábado decorreu uma jornada de confraternização que evocou o 64.º aniversário do Partido. Estiveram presentes 150 pessoas, incluindo o camarada Américo Leal, do CC, e Sérgio Martins presidente do município local.

Brandoa: uma Assembleia combativa

Os comunistas da freguesia da Brandoa, no concelho da Amadora, realizaram no último domingo a sua 2.ª Assembleia da Organização. Durante todo o dia, o pavilhão polivalente da localidade viveu um ambiente de viva participação no debate da Assembleia, que registou 36 intervenções. Os 155 delegados presentes aprovaram o relatório e elegeram a nova Comissão de Freguesia do PCP, constituída por 47 elementos (23 por cento são mulheres). José Casanova, membro da Comissão Política do Partido, fez a intervenção de encerramento da Assembleia. Uma última nota: o interesse manifestado pelos participantes (delegados e convidados) quanto à exposição fotográfica que esteve patente no pavilhão sobre a transformação da freguesia da Brandoa com a gestão democrática da APU.

Sessão de esclarecimento do PCP na Casa do Povo de Vizela

Realizou-se no último sábado, na Casa do Povo de Vizela, uma sessão de esclarecimento do PCP em que participaram os camaradas António Lopes, membro suplente da Comissão Política, António Vieira, membro da Comissão Concelhia de Guimarães, e Joaquim Duarte da Silva e José Manuel Miranda, membros da Comissão de Zona de Vizela do PCP. António Lopes iniciou a sua intervenção referindo-se à situação política nacional, salientando a sua íntima ligação ao problema da criação do concelho de Vizela. Neste sentido, referiu que «a maioria PS/PSD na Assembleia da República e o seu Governo não resolve nenhum dos graves problemas nacionais, antes os vai agravando a todos, e tem vindo sucessivamente a adiar a concretização da velha aspiração dos vizelenses, tornando cada vez mais saliente que, na realidade, não a desejam satisfazer. Se até hoje não o disseram claramente é porque para tal ainda lhes chega a vergonha e porque receiam nitidamente o desenvolvimento da luta dos vizelenses». Sobre as possíveis saídas para a criação do concelho de Vizela, António Lopes disse: «Tal como para a resolução dos graves problemas nacionais, a criação do concelho de Vizela passa pela demissão do actual Governo, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas que possibilitem a criação de uma alternativa democrática à maioria reacçãoária PS/PSD na Assembleia da República e ao seu Governo», que classificou como «cabeça de fila das forças mais retrógradas da sociedade portuguesa».

Sobre as eleições, António Lopes defendeu a necessidade, quer no caso de eleições legislativas antecipadas, quer para as próximas

eleições autárquicas, de os vizelenses contribuírem com a sua participação nas campanhas eleitorais e votos para o reforço dos deputados e eleitos nas autarquias do PCP, condição essencial à criação de uma alternativa democrática capaz de responder à resolução dos graves problemas nacionais e, nomeadamente, à satisfação das reivindicações do povo de Vizela.

Faça à opinião manifestada por participantes na sessão de esclarecimento de que, com grande probabilidade, o povo de Vizela virá a recusar a realização de quaisquer actos eleitorais na sua via enquanto não for criado o concelho, António Lopes, ao mesmo tempo que manifestou o respeito e a compreensão do PCP pela luta do povo de Vizela, defendeu que a realização de eleições em Vizela, não votando os vizelenses nos partidos que traíram a causa de Vizela (PS, PSD e CDS) e votando naqueles que sempre a têm defendido e constituem a alternativa democrática ao actual Governo (na qual tem papel decisivo o PCP), é a posição que melhor serve os interesses do povo de Vizela e, naturalmente, os próprios interesses do povo português.

1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo

Está marcado para o primeiro fim-de-semana de Maio (dias 4 e 5), na cidade de Évora, a 1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo, iniciativa de excepcional relevo na actividade dos comunistas alentejanos, que a estão a preparar com o entusiasmo e a determinação próprios dos trabalhadores comunistas. Nos três distritos alentejanos, Portalegre, Évora e Beja, a Assembleia está no ordem do dia, prevenindo-se uma boa participação no debate do documento e na eleição dos delegados. A 1.ª Assembleia da ORA decorrerá nos pavilhões do Rossio de S. Brás, com o lema «com o PCP mais forte, desenvolver o Alentejo no caminho de Abril». Nas suas próximas edições, o «Avante!» dará a devida atenção à iniciativa em preparação.

Plenário da DORL: solidariedade com a Reforma Agrária

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP realizou no passado sábado a sua 3.ª reunião plenária deste ano, tendo debatido a situação política e social e tomado as medidas adequadas quanto às tarefas decorrentes.

A luta em defesa do sector empresarial do Estado, a situação laboral e social, a defesa das liberdades, as comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio a necessidade de intensificar a reclamação da demissão do Governo antipovoal, antidemocrático e antinacional, a difusão das conclusões da recente Conferência Nacional do PCP sobre «A via do desenvolvimento para vencer a crise», o reforço geral do Partido, o reforço do trabalho unitário e a preparação das eleições autárquicas foram temas em foco na reunião.

O Plenário da DORL do PCP, traduzindo os sentimentos dos mais de 50 000 comunistas de Lisboa, distrito onde vivem e trabalham cerca de 200 000 naturais do Alentejo, manifestou a sua profunda preocupação e indignação pela nova ofensiva ilegal e repressiva que está a ser desencadeada contra a Reforma Agrária, de

que são exemplos flagrantes os recentes acontecimentos em Alcáçovas e Sousel, e decidiu manifestar aos heróicos trabalhadores das UCP's e Cooperativas e ao valente povo da zona da Reforma Agrária a inteira solidariedade dos comunistas e do povo de Lisboa.

A DORL protesta energicamente contra os novos ataques ilegais e brutais do Governo PS/PSD, às ordens dos latifundiários e manipulando as forças militarizadas, contra a Reforma Agrária, colocando-se neste domínio também fora da lei e da justiça, para destruir o aparelho produtivo da Nação e agravar ainda a já insuportável situação social do povo trabalhador.

Finalmente, a Direcção Regional apela a todas as organizações do Partido, ao movimento operário e popular aos intelectuais progressistas, a todos os democratas de Lisboa, para que manifestem de imediato, por todas as formas legais, das mais diversas formas, o seu protesto contra os novos crimes perpetrados e em preparação pelo Governo PS/PSD contra essa conquista, consagrada e defendida pela Constituição, que é a Reforma Agrária, e para que prestem por todas as formas a sua solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária.

Naturais de Ferreira do Zêzere

Realiza-se amanhã, dia 19 de Abril, às 21.00 horas, no CT Vitória, em Lisboa, uma reunião com camaradas naturais ou ligados ao concelho de Ferreira do Zêzere e residentes na região da Grande Lisboa. Participará na reunião o camarada Fernando Oliveira, da DORSA do PCP.

Porto: bons resultados na difusão da imprensa

«Um pouco por todo o lado, mas sobretudo nos concelhos do Porto, Gondomar, Gaia e Maia, a campanha de difusão do Avante! e de O Militante avança, aumentando o número daqueles que lêem a imprensa do Partido. Nestes concelhos, as reuniões de difusores, as bancas de rua, os porta-a-porta e outras iniciativas têm sido importantes formas de animação da campanha, com resultados visíveis nos números relativos à difusão dos últimos meses» — com o título «a campanha avança», assim abre o conjunto de informações do último número (Abril) do jornal da campanha de difusão da imprensa do Partido, que decorre na Organização Regional do Porto. O extraordinário exemplo da venda militante no concelho da Maia, a lista dos 10 melhores difusores (Veríssimo, Jerónimo, Geraldo, David, Ribeiro, Alfeu, Soares, Duarte, Cunha, Barros), a sessão-debate com Dias Lourenço, realizada no último sábado no CT da Boavista, e as experiências da campanha, além do gráfico com os resultados obtidos até 31 de Março, constituem motivos de leitura neste último jornal da campanha, que destaca ainda a venda pública do «Avante!», marcada para o próximo sábado, com bancas de rua e iniciativas tipo «porta-a-porta».

Hoje, na Marinha Grande

A situação política e social, as conclusões da Conferência Económica do PCP e as tarefas que se colocam ao Partido serão temas em debate na reunião de militantes, também aberta a simpatizantes, que se realiza esta noite (quinta-feira), a partir das 21 e 30, no Centro de Trabalho do PCP na vila da Marinha Grande (distrito de

4.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE ALMADA

ALMADA Tudo a postos para a 4.ª Assembleia da organização concelhia

Às 15 horas do próximo sábado, dia 20, na SFUAP, Cova da Piedade, terão início os trabalhos da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP, iniciativa agendada e preparada com entusiasmo participação em todos os organismos e freguesias.

No primeiro dia, a Assembleia prolonga-se até às 19 e 30. No domingo reatará os trabalhos às 9 e 30, prosseguindo até cerca das 18 horas. Meia hora depois começará a sessão final, com um comício aberto à população e em que discursará o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido.

Até à hora em que prepara-

mos este breve apontamento, estavam previstas cerca de 60 intervenções das organizações do Partido no comício.

Recorde-se que a 4.ª Assembleia dos comunistas de Almada reunirá cerca de 500 delegados e 1000 convidados.

Os delegados irão discutir e votar o relatório elaborado previamente pela Comissão Concelhia carente, documento que dinamizou uma intensa actividade preparatória, com numerosas reuniões e plenários em que foram apresentadas cerca de 400 propostas de alteração e aditamento ao texto, para todos os seus seis capítulos. Outra responsabilidade que caberá aos delegados é a eleição da nova Comissão

Concelhia do Partido, órgão que dirigirá a actividade partidária até à 5.ª Assembleia. Reforçando-se ao trabalho de direcção e concretamente às suas tarefas essenciais, o projecto de relatório sublinha que o reforço e a renovação, dentro do possível e do conveniente, da composição da Comissão Concelhia, deverão ter em conta os seguintes critérios: continuar em termos quantitativos com composição semelhante, juvenescer, reforçar a maioria operária, ter membros com disponibilidade para o trabalho do Partido, não ser um organismo representativo de vários sectores, mas que tenha uma larga representatividade.

Outro documento estará também em análise na Assembleia dos comunistas almadenses, a força política com grandes responsabilidades no concelho. É o documento dos objectivos para 1985, onde se apontam tarefas e perspectivas de trabalho nas diversas frentes: células de empresa, criação de novos organismos e reforço dos existentes em termos qualitativos e de acção, assembleias, trabalho de direcção, Centros de Trabalho, imprensa do Partido, fundos (com destaque para a participação do concelho na campanha para o novo CT da DORS), etc.

Para apoio aos delegados foi elaborada uma publicação de vivo interesse em que se dá

uma caracterização do concelho de Almada numa interessante panorâmica histórica, política e cultural. É um contributo para um melhor conhecimento do laborioso concelho da Margem Sul.

Refira-se ainda que antes do comício de encerramento da Assembleia haverá um momento de animação com o Grupo Cénico de Teatro da Incrível Almadense, que apresentará um espectáculo diversificado com poemas, canto e quadros de revista. Além de Blanqui Teixeira, a direcção do Partido estará representada na 4.ª ADCA pelos camaradas Carlos Ramalhes, suplente da C. Política, e João Bernardino, do CC e da DORS.

Comemorações p... do 25 de Abril

As comemorações do 25 de Abril estão já preparadas em dezenas de localidades, demonstrando-se com esta vitalidade de que Abril está vivo, tem que ser defendido e há quem o defenda. Em Lisboa, a Comissão Promotora apelou para a participação naquela que será, certamente, uma grandiosa manifestação. A concentração far-se-á às 14 e 30 no Marquês de Pombal, para depois, às 15 horas, se partir em direcção ao Rossio.

No Porto também haverá desfile, logo a seguir ao cortejo de carros alegóricos que tem por tema a Constituição. No entanto, as comemorações começam logo na noite de 24, naquela que é a Passagem do Ano da Liberdade. De-

pois, haverá manhã desportiva e a Corrida da Liberdade e ainda uma Grande Festa Popular.

Além destas três iniciativas, o 25 de Abril será comemorado em numerosas aldeias, vilas e cidades do nosso país, como, por exemplo, em Viseu, Vila Franca de Xira, Cascais, Paços de Ferreira, Idanha-a-Nova, Alpiarça, Santiago do Cacém, Amarante, Felgueiras, Gondomar, Melres, Rio Tinto, S. Cosme, S. Pedro da Cova, Lousada, Lustosa, Maia, Águas Santas, Marco, Toudosa, Matosinhos, Lavra, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Muitas outras iniciativas estão previstas.

Apesar de ser bastante ela testemunho do ser encarado aniversário de Abril.

Unidade

Uma das cas dominas iniciativas é ter unitário, te, por exer Coimbra on uma nota de são Promo além do apo so do Gove Distrito de Reitoria da e da Câmara estão prese organizações lho, enquan num a re sões de vá ras popular damente r

16 941 908570
2 394 115300
973 765800
1 472 792350
3 886 742500
1 580 061550
2 764 942500
558 860500
3 367 562550
1 019 192500
522 173800
13 000500
200 813500
38 859550
4 482 538550
59 451 839540

A situação e as lutas a travar

Encontro de comunistas com outros democratas

Cerca de meia centena de democratas participaram num encontro, no Centro de Trabalho Vitória, na passada segunda-feira, organizado pela DORL do PCP, no qual foram debatidas a situação política actual e a sua gravidade, assim como os objectivos e propostas dos comunistas não apenas quanto à conjuntura política e social mas também sobre as perspectivas que se abrem com as próximas eleições autárquicas. Orientaram o encontro os camaradas Octávio Pato, do Secretariado do CC e da Comissão Política, e José Casanova, da Comissão Política do Comité Central. Na mesa encontravam-se, além destes, outros dirigentes do Partido — Aurélio Santos, Martins Coelho e António Abreu, do CC, Octávio José, da Direcção Nacional da JCP e Maria da Luz Afonso, do executivo eleitoral da DORL.

Executivo de Mário Soares.

O amplo movimento de massas que se desenvolve, incluindo não só as grandes mas também as mais pequenas lutas, o crescente descontentamento de cada vez mais amplas camadas da população, a resistência que vem vindo a fortalecer-se em oposição à ofensiva governamental contra Abril têm mostrado, sublinhou o dirigente comunista, que todas estas acções não são de carácter passivo e defensivo e se têm registado vitórias obrigando o Governo e os partidos que o apoiam a recuar. Sem a luta, há muito que as conquistas de Abril seriam coisas do passado e não realidades ainda vivas.

Saliendo-se em oposição à ofensiva governamental contra Abril, o encontro, sublinhou o dirigente comunista, que todas estas acções não são de carácter passivo e defensivo e se têm registado vitórias obrigando o Governo e os partidos que o apoiam a recuar. Sem a luta, há muito que as conquistas de Abril seriam coisas do passado e não realidades ainda vivas.

mente a democracia, tal como o vem fazendo não apenas com os seus aliados na APU — com o MDP, os Verdes e muitos independentes que, no caso das autarquias representam mais de 50 por cento dos participantes nas listas eleitas.

mero de eleitos.

No entanto, conforme também sublinhou, o trabalho, a honestidade e a competência dos eleitos do Povo Unido, lema da APU, são qualidades reconhecidas por cada vez mais amplas camadas da população e os ataques de forças ligadas ao Governo — inquiridos a partir de nada, por exemplo — revelam o medo que essas forças têm do prestígio crescente da APU, e visam criar a confusão nas populações.

O camarada Octávio Pato, intervindo no primeiro lugar, referiu-se em traços gerais à actual situação política, sublinhando a sua gravidade e denunciando o verdadeiro plano subversivo do regime democrático em que se empenham as forças políticas que o apoiam. O dirigente comunista salientou, nesse plano, o pacote legislativo com objectivos fascizantes que se encontra em fase de aprovação ou está na forja, plano que tanto a nível laboral como a nível da limitação das liberdades como na via de destruição das conquistas económicas de Abril visa subverter completamente o regime democrático.

Salientando que mais lutas se organizam, com realce para as jornadas de 18 e 19 de Abril, para as comemorações do 25 de Abril e para o 1.º de Maio, Octávio Pato concluiu que, com a luta, a alternativa democrática é possível; que está ao alcance do povo português. Tal alternativa, que terá de contar com a força dos comunistas — partido que continua a crescer e a fortalecer-se — não poderá ser, no entanto, construída apenas com a participação de um partido — qualquer que seja. O aparecimento de um novo partido, que poderá contribuir de modo importante para a reformulação do xadrez partidário, não é, por si só, condição para a alternativa que deve sair da colaboração de todos os democratas, acentuou Octávio Pato. E sublinhou que o PCP está disposto a trabalhar sem quaisquer preconceitos ou ideias feitas com todos os que desejam sincera-

O regime ameaçado

No período de debate que se seguiu, onde muitos participantes intervieram, ouviram-se algumas vozes que revelaram certa descrença no poder do movimento de massas e na sua influência determinante na luta em defesa das conquistas de Abril e da democracia. Outras criticaram a passividade do Presidente da República a quem não faltam motivos e sobejaram ocasiões de demitir o Governo e de dissolver a Assembleia da República. Todos, porém, na diversidade dos pontos de vista ali expressos, sublinharam os perigos que o regime democrático atravessa e apontaram como o perigo mais sério a permanência no Poder deste Governo.

Apagar a boa imagem da APU é, porém, tarefa difícil. E o trabalho realizado pelos eleitos comunistas e pelos seus aliados nestes dois anos de mandato neste distrito de Lisboa, apesar dos constantes boicotes, não é de molde a ser esquecido. José Casanova lembrou as 160 grandes obras realizadas no distrito por administração directa, as 15 obras levadas a cabo com trabalho voluntário, as 40 novas escolas construídas, os parques infantis, as creches, as zonas verdes, os 70 cursos de alfabetização de adultos sob o patrocínio das autarquias APU, o auxílio prestado pela AECOD que permitiu a realização de 230 obras que custaram 12 mil contos.

O caminho da luta

Afirmando, por um lado, que a base social e política deste Governo se tem vindo a restringir, Octávio Pato chamou a atenção para o erro que seria aguardar que fossem as próprias contradições internas do Executivo e do seio de cada um dos partidos governamentais que levassem à «queda» do Governo, pois este tudo fará para manter-se no Poder até que o Presidente da República perca a possibilidade constitucional de o demitir. Assim apontou o caminho da luta unida dos trabalhadores e dos democratas como a via determinante para a demissão do

que são exemplos flagrantes os recentes acontecimentos em Alcáçovas e Sousel, e decidiu manifestar aos heróicos trabalhadores das UCP's e Cooperativas e ao valente povo da zona da Reforma Agrária a inteira solidariedade dos comunistas e do povo de Lisboa.

A DORL protesta energicamente contra os novos ataques ilegais e brutais do Governo PS/PSD, às ordens dos latifundiários e manipulando as forças militarizadas, contra a Reforma Agrária, colocando-se neste domínio também fora da lei e da justiça, para destruir o aparelho produtivo da Nação e agravar ainda a já insuportável situação social do povo trabalhador.

O camarada José Casanova falou depois sobre as perspectivas que se colocam aos comunistas, aos seus aliados da APU e aos democratas em geral com as próximas eleições para as autarquias. Referindo-se ao forte ataque que, o Governo tem desferido sobre o poder local democrático, através de diplomas que visam liquidá-lo, aquele dirigente do PCP salientou a preparação de uma nova lei eleitoral que, entre outras coisas, pretende reduzir substancialmente o nú-

mero de eleitos.

No entanto, conforme também sublinhou, o trabalho, a honestidade e a competência dos eleitos do Povo Unido, lema da APU, são qualidades reconhecidas por cada vez mais amplas camadas da população e os ataques de forças ligadas ao Governo — inquiridos a partir de nada, por exemplo — revelam o medo que essas forças têm do prestígio crescente da APU, e visam criar a confusão nas populações.

que são exemplos flagrantes os recentes acontecimentos em Alcáçovas e Sousel, e decidiu manifestar aos heróicos trabalhadores das UCP's e Cooperativas e ao valente povo da zona da Reforma Agrária a inteira solidariedade dos comunistas e do povo de Lisboa.

A DORL protesta energicamente contra os novos ataques ilegais e brutais do Governo PS/PSD, às ordens dos latifundiários e manipulando as forças militarizadas, contra a Reforma Agrária, colocando-se neste domínio também fora da lei e da justiça, para destruir o aparelho produtivo da Nação e agravar ainda a já insuportável situação social do povo trabalhador.

Finalmente, a Direcção Regional apelou a todas as organizações do Partido, ao movimento operário e popular aos intelectuais progressistas, a todos os democratas de Lisboa, para que manifestem de imediato, por todas as formas legais, das mais diversas formas, o seu protesto contra os novos crimes perpetrados e em preparação pelo Governo PS/PSD contra essa conquista, consagrada e defendida pela Constituição, que é a Reforma Agrária, e para que prestem por todas as formas a sua solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária.

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.

que são exemplos flagrantes os recentes acontecimentos em Alcáçovas e Sousel, e decidiu manifestar aos heróicos trabalhadores das UCP's e Cooperativas e ao valente povo da zona da Reforma Agrária a inteira solidariedade dos comunistas e do povo de Lisboa.

A DORL protesta energicamente contra os novos ataques ilegais e brutais do Governo PS/PSD, às ordens dos latifundiários e manipulando as forças militarizadas, contra a Reforma Agrária, colocando-se neste domínio também fora da lei e da justiça, para destruir o aparelho produtivo da Nação e agravar ainda a já insuportável situação social do povo trabalhador.

Finalmente, a Direcção Regional apelou a todas as organizações do Partido, ao movimento operário e popular aos intelectuais progressistas, a todos os democratas de Lisboa, para que manifestem de imediato, por todas as formas legais, das mais diversas formas, o seu protesto contra os novos crimes perpetrados e em preparação pelo Governo PS/PSD contra essa conquista, consagrada e defendida pela Constituição, que é a Reforma Agrária, e para que prestem por todas as formas a sua solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária.

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.

que são exemplos flagrantes os recentes acontecimentos em Alcáçovas e Sousel, e decidiu manifestar aos heróicos trabalhadores das UCP's e Cooperativas e ao valente povo da zona da Reforma Agrária a inteira solidariedade dos comunistas e do povo de Lisboa.

A DORL protesta energicamente contra os novos ataques ilegais e brutais do Governo PS/PSD, às ordens dos latifundiários e manipulando as forças militarizadas, contra a Reforma Agrária, colocando-se neste domínio também fora da lei e da justiça, para destruir o aparelho produtivo da Nação e agravar ainda a já insuportável situação social do povo trabalhador.

Finalmente, a Direcção Regional apelou a todas as organizações do Partido, ao movimento operário e popular aos intelectuais progressistas, a todos os democratas de Lisboa, para que manifestem de imediato, por todas as formas legais, das mais diversas formas, o seu protesto contra os novos crimes perpetrados e em preparação pelo Governo PS/PSD contra essa conquista, consagrada e defendida pela Constituição, que é a Reforma Agrária, e para que prestem por todas as formas a sua solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária.

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.

que são exemplos flagrantes os recentes acontecimentos em Alcáçovas e Sousel, e decidiu manifestar aos heróicos trabalhadores das UCP's e Cooperativas e ao valente povo da zona da Reforma Agrária a inteira solidariedade dos comunistas e do povo de Lisboa.

A DORL protesta energicamente contra os novos ataques ilegais e brutais do Governo PS/PSD, às ordens dos latifundiários e manipulando as forças militarizadas, contra a Reforma Agrária, colocando-se neste domínio também fora da lei e da justiça, para destruir o aparelho produtivo da Nação e agravar ainda a já insuportável situação social do povo trabalhador.

Finalmente, a Direcção Regional apelou a todas as organizações do Partido, ao movimento operário e popular aos intelectuais progressistas, a todos os democratas de Lisboa, para que manifestem de imediato, por todas as formas legais, das mais diversas formas, o seu protesto contra os novos crimes perpetrados e em preparação pelo Governo PS/PSD contra essa conquista, consagrada e defendida pela Constituição, que é a Reforma Agrária, e para que prestem por todas as formas a sua solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária.

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.

que são exemplos flagrantes os recentes acontecimentos em Alcáçovas e Sousel, e decidiu manifestar aos heróicos trabalhadores das UCP's e Cooperativas e ao valente povo da zona da Reforma Agrária a inteira solidariedade dos comunistas e do povo de Lisboa.

A DORL protesta energicamente contra os novos ataques ilegais e brutais do Governo PS/PSD, às ordens dos latifundiários e manipulando as forças militarizadas, contra a Reforma Agrária, colocando-se neste domínio também fora da lei e da justiça, para destruir o aparelho produtivo da Nação e agravar ainda a já insuportável situação social do povo trabalhador.

Finalmente, a Direcção Regional apelou a todas as organizações do Partido, ao movimento operário e popular aos intelectuais progressistas, a todos os democratas de Lisboa, para que manifestem de imediato, por todas as formas legais, das mais diversas formas, o seu protesto contra os novos crimes perpetrados e em preparação pelo Governo PS/PSD contra essa conquista, consagrada e defendida pela Constituição, que é a Reforma Agrária, e para que prestem por todas as formas a sua solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária.

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.



Contra o desemprego e a miséria Jornada de luta da Reforma Agrária

14 colunas de desempregados marcham amanhã e sábado em direcção às capitais de distrito

Uma grande jornada de luta ficará a assinalar nos próximos dias 19 e 20 (amanhã e sábado), nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, a firme disposição dos trabalhadores agrícolas contribuírem para modificar a terrível situação de desemprego, miséria e fome que assola as suas regiões e que resulta da ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária.

Esta acção, cuja iniciativa partiu dos sindicatos agrícolas, coincide nos distritos de Évora e Beja com uma greve no sector agrícola no dia 20 e assumirá a forma de marchas constituídas por colunas de desempregados que partirão de 14 locais em direcção às capitais de distrito.

Na opinião dos trabalhadores, o quadro de desemprego actualmente existente nos distritos do Alentejo e Ribatejo não constitui uma fatalidade, antes resulta exclusivamente da política de destruição massiva contra as UCP's/Cooperativas levadas a cabo pelo Governo.

Fosse outra a orientação do Executivo, nomeadamente não permitindo o abandono ou subaproveitamento de centenas de herdades, barragens e albufeiras; cessando os ataques e devolvendo as terras, máquinas e outros bens ilegalmente usurpados; revendo todas as ilegalidades impunemente cometidas; dando seguimento à barragem do Alqueva e ao plano de regadio do Alentejo, e outro panorama, radicalmente diferente, caracterizaria a agricultura naqueles distritos.

Entretanto, têm-se realizado nas UCP's/Cooperativas plenários e reuniões para analisar a situação decorrente dos ataques mais recentes desferidos pelo Ministério da Agricultura e encontrar as formas mais adequadas à defesa das unidades de produção.

Segundo as últimas informações de que dispomos nenhuma UCP aceita as reservas ou majorações recentemente atribuídas, constituindo uma inabalável vontade dos trabalhadores cultivar e pôr a produzir as terras que lhes foram roubadas.

Com chegada a Évora, a Praça do Giraldo, às 15 horas de sábado, as cinco colunas deste distrito partem todas na véspera, às nove horas, de Portel, Alandroal, Estremoz, Mora e Vendas Novas.

No distrito do Baixo Alentejo são quatro as colunas que partem no dia 19, às 10 horas, de

Trabalhadores

Função Pública: sérias ameaças sobre o

— O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública Açores, que anunciou para anteontem uma concentração junto ao Ministério da Saúde em Lisboa, e reivindicações relacionadas com as carreiras de pessoal daquele departamento do Governo, afirmou ao Ministério da Agricultura, que uma «nota jurídica de alteração do quadro de pessoal numa das suas «-gerais — refere, citando, «uma diminuição de 34 de pessoal dos quadros, o que se traduz na perda anual de 137 844 200500». Acentuando que «os três deverão continuar atentos» e que «juntos encontrem solução», o Sindicato da FP do Sul e Açores perguntou outras questões, onde irão ser integrados trabalhadores de diversas categorias profissionais que não aparecem no quadro, designadamente o da «Direcção-Geral dos Centros».

Professores: negociação obrigatória após cinco meses

— Caracterizada como «reivindicação do movimento sindical docente», a Federação Nacional dos Professores exige «a revalorização material das carreiras» do ensino superior, cuja Secretaria de Estado se a iniciar, contrariando assim o disposto no decreto -A/84 respeitante à negociação colectiva. O secretário FENPROF insistiu recentemente nessa negociação o que «deve obedecer aos seguintes pressupostos: 1) de dedicação exclusiva, com percentagem de 50% (sobre a respectiva letra) igual para todas as categorias de negociação do aumento, de acordo com o disposto no -lei de negociação colectiva; 3) retroactividade do aumento a 1 de Janeiro deste ano».

Delegação da CGTP-IN na República Popular da China

— Quilta-feira da semana passada, o deputado de informação da Inter anunciou que «se encontra em desdém do passado dia 9, uma delegação oficial da CGTP qual fazem parte Manuel Carvalho da Silva, membro do Conselho Executivo, e Augusto Silva, chefe do departamento de informação da Central.

Delegação da CGTP-IN na República Popular da China

— Quilta-feira da semana passada, o deputado de informação da Inter anunciou que «se encontra em desdém do passado dia 9, uma delegação oficial da CGTP qual fazem parte Manuel Carvalho da Silva, membro do Conselho Executivo, e Augusto Silva, chefe do departamento de informação da Central.

Aniversários de nacionalizações

— Empresa EDP, a CP e a Siderurgia Nacional têm vindo a comemorar estes dias o décimo aniversário das nacionalizações gramas variados da responsabilidade das organizações sindicais dos trabalhadores (ORTS) destacam a importância do sector empresarial do Estado (SEE) e a necessidade da sua defesa contra o assalto comandado pelo lucro, que pretende reconstituir o domínio do grande capitalista sobre a economia portuguesa.

Aniversários de nacionalizações

— Empresa EDP, a CP e a Siderurgia Nacional têm vindo a comemorar estes dias o décimo aniversário das nacionalizações gramas variados da responsabilidade das organizações sindicais dos trabalhadores (ORTS) destacam a importância do sector empresarial do Estado (SEE) e a necessidade da sua defesa contra o assalto comandado pelo lucro, que pretende reconstituir o domínio do grande capitalista sobre a economia portuguesa.

4ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHA DE ALMADA

Assembleia



Outro documento estará também em análise na Assembleia dos comunistas almadenses, força política com grandes responsabilidades no concelho. É o documento dos **objectivos para 1985**, onde se apontam tarefas e perspectivas de trabalho nas diversas frentes: células de empresa, criação de novos organismos e reforço dos existentes em termos qualitativos e de acção, assembleias, trabalho de direcção, Centros de Trabalho, imprensa do Partido, fundos (com destaque para a participação do concelho na campanha para o novo CT da DORS), etc.

Para apoio aos delegados foi elaborada uma publicação de vivo interesse em que se dá

uma caracterização do concelho de Almada numa interessante panorâmica histórica, política e cultural. É um contributo para um melhor conhecimento do laborioso concelho da Margem Sul.

Refira-se ainda que antes do início do encerramento da Assembleia haverá um momento de animação com o Grupo Cénico de Teatro da In- crível Almadaense, que apresentará um espectáculo diversificado com poemas, canto e quadros de revista. Além de Blanqui Teixeira, a direcção do Partido estará representada na 4.ª AOC pelos camaradas Carlos Ramalhes, suplente da C. Política, e João Bernardino, do CC e da DORS.

Comemorações populares do 25 de Abril

As comemorações do 25 de Abril estão já preparadas em dezenas de localidades, demonstrando-se com esta vitalidade que Abril está vivo, tem quem o defenda e há quem o defenda. Em Lisboa, a Comissão Promotora apelou para a participação naquela que será, certamente, uma grandiosa manifestação. A concentração far-se-á às 14 e 30 no Marquês de Pombal, para depois, às 15 horas, se partir em direcção ao Rossio.

No Porto também haverá desfile, logo a seguir ao cortejo de carros alegóricos que tem por tema a Constituição. No entanto, as comemorações começam logo na noite de 24, naquela que é a Passagem do Ano da Liberdade. De-

pois, haverá manhã desportiva e a Corrida da Liberdade e ainda uma Grande Festa Popular.

Além destas três iniciativas, o 25 de Abril será comemorado em numerosas aldeias, vilas e cidades do nosso país, como, por exemplo, em Viseu, Vila Franca de Xira, Cascais, Paredes, Esmoriz, Idanha-a-Nova, Alpiarça, Santiago do Cacém, Amarante, Felgueiras, Gondomar, Melres, Rio Tinto, S. Cosme, S. Pedro da Cova, Lousada, Lustosa, Maia, Águas Santas, Marco, Tóutosa, Matosinhos, Lavra, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Muitas outras iniciativas estão previstas.

Apesar de a listagem ser bastante incompleta, ela testemunha o entusiasmo com que está a ser encarado este 11.º aniversário do Portugal de Abril.

Unidade

Uma das características dominantes destas iniciativas é o seu carácter unitário, bem patente, por exemplo, nas de Coimbra onde, segundo uma nota da sua Comissão Promotora e para além do apoio já expresso do Governo Civil do Distrito de Coimbra, da Reitoria da Universidade e da Câmara Municipal, estão presentes 51 organizações do Concelho, enquanto se continuam a recolher adesões de várias estruturas populares (designadamente nos últimos



dias), como, por exemplo, as do Clube de Campismo e Caravanismo de Coimbra, do MDM, do Grémio Operário, da JF de Arzila, dos Ranchos Folclóricos «Mocidade de Antozede», «Amadores do Mondego» e da Casa do Povo de S. Paulo de Frades e os Ranchos In-

fantes de «Camélias de Tortunhos» e «Rosas de St.ª Isabel». As comemorações previstas (e sem prejuízo de novas colaborações e adesões) começam na noite de 24 e prolongam-se por todo o dia de 25 de Abril, contando com a presença do Grupo de Música Popular Renas-

cença, Grupo de Cordas e Cantares de Coimbra, Teatro Infantil pelo Grémio Operário, espectáculo com Paulo de Carvalho, para além de arraiais populares, marchas, carros alegóricos, festival de folclore, Quilma Simbólica do Fascismo, evocações, desporto, etc., etc.

Travar os democratas

mente a democracia, tal como o vem fazendo não apenas com os seus aliados na APU — com o MDP, os Verdes e muitos independentes que, no caso das autarquias representam mais de 50 por cento dos participantes nas listas eleitas.

O regime ameaçado

No período de debate que se seguiu, onde muitos participantes intervieram, ouviram-se algumas vozes que revelaram certa descrença no poder do movimento de massas e na sua influência determinante na luta em defesa das conquistas de Abril e da democracia. Outras criticaram a passividade do Presidente da República a quem não faltam motivos e sobram ocasiões de demitir o Governo e de dissolver a Assembleia da República. Todos, porém, na diversidade dos pontos de vista ali expressos, sublinharam os perigos que o regime democrático atravessa e apontaram como o perigo mais sério a permanência no Poder deste Governo.

O camarada José Casanova falou depois sobre as perspectivas que se colocam aos comunistas, aos seus aliados da APU e aos democratas em geral com as próximas eleições para as autarquias. Referindo-se ao forte ataque que o Governo tem desferido sobre o poder local democrático, através de diplomas que visam inutilizá-lo, aquele dirigente do PCP salientou a preparação de uma nova lei eleitoral que, entre outras coisas, pretende reduzir substancialmente o nú-

mero de eleitos.

No entanto, conforme também sublinhou, o trabalho, a honestidade e a competência dos eleitos do Povo Unido, lema da APU, são qualidades reconhecidas por cada vez mais amplas camadas da população e os ataques de forças ligadas ao Governo — inquiridos a partir de nada, por exemplo — revelam o medo que essas forças têm do prestígio crescente da APU, e visam criar a confusão nas populações.

Apagar a boa imagem da APU é, porém, tarefa difícil. E o trabalho realizado pelos eleitos comunistas e pelos seus aliados nestes dois anos de mandato neste distrito de Lisboa, apesar dos constantes boicotes, não é de molde a ser esquecido. José Casanova lembrou as 160 grandes obras realizadas no distrito por administração directa, as 15 obras levadas a cabo com trabalho voluntário, as 40 novas escolas construídas, os parques infantis, as creches, as zonas verdes, os 70 cursos de alfabetização de adultos sob o patrocínio das autarquias APU, o auxílio prestado pela AECOD que permitiu a realização de 230 obras que custaram 12 mil contos.

O crescimento da APU, ao longo dos anos — passando de uma maioria nas 15 câmaras do distrito em 1976 para 5 nas eleições de 1982 e de 19 das 190 freguesias para 60 —, o bom trabalho realizado em prol das populações são razões para que se encare com confiança, também neste plano, o futuro.

Terra



Contra o desemprego e a miséria

Jornada de luta da Reforma Agrária

14 colunas de desempregados marcham amanhã e sábado em direcção às capitais de distrito

Uma grande jornada de luta ficará a assinalar nos próximos dias 19 e 20 (amanhã e sábado), nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, a firme disposição dos trabalhadores agrícolas contribuírem para modificar a terrível situação de desemprego, miséria e fome que assola as suas regiões e que resulta da ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária.

Esta acção, cuja iniciativa partiu dos sindicatos agrícolas, coincide nos distritos de Évora e Beja com uma greve no sector agrícola no dia 20 e assumirá a forma de marchas constituintes por colunas de desempregados que partirão de 14 locais em direcção às capitais de distrito.

Na opinião dos trabalhadores, o quadro de desemprego actualmente existente nos distritos do Alentejo e Ribatejo não constitui uma fatalidade, antes resulta exclusivamente da política de destruição massiva contra as UCP's/Cooperativas levadas a cabo pelo Governo.

Fosse outra a orientação do Executivo, nomeadamente não permitindo o abandono ou subaproveitamento de centenas de herdades, barragens e albufeiras; cessando os ataques e devolvendo as terras, máquinas e outros bens ilegalmente usurpados; revendo todas as ilegalidades impunemente cometidas; dando seguimento à barragem do Alqueva e ao plano de regadio do Alentejo, e outro panorama, radicalmente diferente, caracterizaria a agricultura naqueles distritos.

Entretanto, têm-se realizado nas UCP's/Cooperativas plenários e reuniões para analisar a situação decorrente dos ataques mais recentes desferidos pelo Ministério da Agricultura e encontrar as formas mais adequadas à defesa das unidades de produção.

Segundo as últimas informações de que dispomos nenhuma UCP aceita as reservas ou majorações recentemente atribuídas, constituindo uma inabalável vontade dos trabalhadores cultivar e pôr a produzir as terras que lhes foram roubadas.

Com chegada a Évora, à Praça do Giraldo, às 15 horas de sábado, as cinco colunas deste distrito partirão todas na véspera, às nove horas, de **Portel, Alandroal, Estremoz, Mora e Vendas Novas**.

No distrito do Baixo Alentejo são quatro as colunas que partem no dia 19, às 10 horas, de

Ferreira do Alentejo, Mértola, Vidigueira e Serpa, estando prevista a chegada à cidade de Beja às 14 horas do dia 20.

A Setúbal, à Praça do Bocado, as colunas provenientes de Grândola e Alcácer chegarão às 17 horas de sexta-feira.

Para Portalegre convergirão, ao princípio da tarde de sábado, quatro colunas de desempregados que percorrerão as distâncias que separam

Ponte de Sor, Avis, Elvas e Sousel daquela cidade.

No distrito de Santarém realiza-se no dia 19 uma jornada de esclarecimento junto das populações que inclui diversas e variadas acções.

Antes da chegada às capitais de distrito o percurso das referidas colunas será ainda assinalado com concentrações e comícios nos vários concelhos.

Trabalhadores

Função Pública: sérias ameaças sobre o emprego

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, que anunciou para anteontem uma concentração nacional junto ao Ministério da Saúde em Lisboa, em luta por reivindicações relacionadas com as carreiras de pessoal dependente daquele departamento do Governo, afirma, em relação ao Ministério da Agricultura, que uma «nota justificativa» de alteração do quadro de pessoal numa das suas direcções — refere, citando, «uma diminuição de 342 lugares de pessoal dos quadros, o que se traduz na economia anual de 137 484 200\$00». Acentuando que «os trabalhadores deverão continuar atentos» e que «juntos encontraremos a solução», o Sindicato da FP do Sul e Açores pergunta, entre outras questões, onde irão ser integrados trabalhadores de diversas categorias profissionais que não aparecem no novo quadro, designadamente o da «Direcção-Geral dos Serviços Centrais».

Professores: negociação obrigatória aguarda há cinco meses

Caracterizada como «reivindicação antiga do movimento sindical docente», a Federação Nacional dos Professores exige «a revalorização material das carreiras docentes» do ensino superior, cuja Secretaria de Estado se recusa a iniciar, contrariando assim o disposto no decreto-lei 45-A/84 respeitante à negociação colectiva. O secretariado da FENPROF insistiu recentemente nessa negociação obrigatória que «deve obedecer aos seguintes pressupostos: 1) subsídio de dedicação exclusiva, com percentagem de 50 por cento (sobre a respectiva letra) igual para todas as categorias; 2) negociação do aumento, de acordo com o disposto no decreto-lei de negociação colectiva; 3) retroactividade do aumento referido a 1 de Janeiro deste ano».

Delegação da CGTP-IN na República Popular da China

Quarta-feira da semana passada, o departamento de informação da Inter anunciou que «se encontra em Pequim, desde o passado dia 9, uma delegação oficial da CGTP-IN, da qual fazem parte Manuel Carvalho da Silva, membro da comissão executiva, e Augusto Silva, chefe do departamento internacional». A visita de uma semana efectuou-se no convite da Federação dos Sindicatos daquele país e «insere-se no plano geral de alargamento das relações de amizade da CGTP-IN com as estruturas sindicais suas congéneres a nível mundial e, em particular, no intercâmbio de experiências entre os movimentos sindicais dos dois países», refere o departamento de informação da Central.

Aniversários de nacionalizações

Empresas como a EDP, a CP e a Siderurgia Nacional têm vindo a comemorar por estes dias o décimo aniversário das nacionalizações. Programas variados da responsabilidade das organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) destacam a importância nacional do sector empresarial do Estado (SEE) e a necessidade da sua defesa contra o assalto comandado pelo Governo, que pretende reconstituir o domínio do grande capital monopolista sobre a economia portuguesa.

8 de Maio

40.º aniversário da Vitória sobre o nazi-fascismo

No próximo dia 8 de Maio vai realizar-se, em Lisboa, uma sessão solene do 40.º Aniversário da Vitória sobre o Nazi-fascismo. Esta iniciativa é promovida pela Campanha Nacional do Desarmamento, estrutura que engloba numerosas personalidades dos campos político, cultural e científico.

No apelo-declaração, assinado já por dezenas de personalidades, afirma-se, nomeadamente, que, «com força crescente, milhões de homens e mulheres das mais diversas correntes de opinião, fazem ouvir em todo o mundo a sua voz, conjugando esforços e acções a fim de que seja de imediato travada a presente corrida aos armamentos na

Terra e impedida, enquanto é tempo, a sua extensão ao espaço cósmico, preservado o desanuviamento e aberto o caminho para o desarmamento geral, simultâneo e controlado».

É, pois, conscientes da crucialidade que o momento que atravessamos representa para a Paz, e «por fidelidade ao ideal libertador do 25 de Abril», que os signatários do apelo exortam a população a celebrar o 40.º aniversário da derrota do nazi-fascismo e do militarismo japonês.

Os signatários mostram-se convictos de que «o entendimento e cooperação de todos os democratas tornam-se ne-

cessários e prementes para defender e consolidar a democracia, a soberania e a independência nacional».

Em suma, para os signatários, a comemoração do 40.º aniversário prende-se com as comemorações do 11.º aniversário da Revolução de 25 de Abril, uma vez que o mesmo ideal presidiu às duas vitórias. O ideal da paz e da democracia, contra a guerra e o totalitarismo.

Na sessão que se realiza no próximo dia 8 de Maio, estarão presentes individualidades da União Soviética e dos Estados Unidos. Os promotores das comemorações estão ainda à espera da resposta de individualidades francesas ou britânicas.

Juventude

Assembleia de Debate discutiu autárquicas e desemprego

«A Assembleia de Debate da Juventude Comunista Portuguesa — órgão criado no 2.º Congresso com o objectivo de aprofundar a discussão dos problemas que se colocaram à juventude portuguesa — «apela a todos os jovens para que contribuam com as suas opiniões e a sua criatividade e para que participem na construção de um poderoso movimento juvenil de apoio à APU, que se exprimirá de formas específicas e abertas, de acordo com as realidades locais e regionais e que sirva os interesses e aspirações juvenis».

Este órgão dos jovens comunistas esteve reunido, no passado fim-de-semana no Porto, para abordar a intervenção da juventude nas eleições autárquicas e problemas de emprego, do desemprego e da formação profissional.

Relativamente às autárquicas, os jovens comunistas concluíram que, «ao preparar desde já as eleições autárquicas, os jovens comunistas e muitos outros jovens preparam-se também para a participação activa

noutas importantes batalhas políticas que se desenvolvem e aproximam».

Os participantes nesta Assembleia salientam que o desenvolvimento do movimento juvenil permite antever a participação de muitos milhares de jovens — lado a lado com os jovens comunistas — «numa dinâmica unitária e popular de apoio à APU».

A Assembleia de Debate constatou que o desemprego atinge maioritariamente os jovens e que o crescimento deste facto «é o resultado directo da política de recuperação capitalista que impõe a recessão económica como traço fundamental da política económica governamental e tem como objectivo principal a destruição das grandes conquistas de Abril, designadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária».

Por isso, os jovens afirmam que «é falsa a «cassete» governamental de que não há alternativa a esta política de desperdício das capacidades da juventude portuguesa. Ainda

recentemente — salientam — a Conferência Nacional do PCP sobre a Via do Desenvolvimento para Vencer a Crise demonstrou que Portugal não só pode, como tem a necessidade, de aproveitar o imenso potencial de energia que é a jovem geração».

Os jovens de autarquias, sindicatos, empresas, colectividões, associações de estudantes e de outros sectores ligados à juventude que participam nesta 2.ª Assembleia de Debates da JCP, ao afirmar que «a juventude portuguesa constitui uma importante força social que possui energias, criatividade e entusiasmo capaz de dar um magnífico contributo nas importantes batalhas políticas que se avizinham», apelam para que os jovens participem activamente nas comemorações do 25 de Abril, do 1.º de Maio e do 40.º aniversário da derrota do nazifascismo, uma vez que essa participação é uma «forma extraordinária de lutar pela concretização dos mais nobres ideais do Ano Internacional da Juventude».

Trabalhadores-estudantes em luta contra o desemprego

O Secretariado dos Trabalhadores-Estudantes do ensino secundário do Porto decidiu recentemente continuar a lutar contra o desemprego e pela atribuição do subsídio aos jovens que procuram o primeiro emprego.

Na mesma reunião, foi decidido continuar a luta pelo cumprimento do estatuto de Trabalhador-Estudante, pela abertura das cantinas no período noturno, por uma razoável rede de transportes durante o período das aulas e contra o aumento do preço dos livros e

material escolar.

Os trabalhadores-estudantes mostram-se também na disposição de continuar a lutar pela

eliminação do numerusclausus e do 12.º ano e pela defesa e autonomia do movimento associativo nocturno.

Convívio na Voz do Operário

Por iniciativa do Comité Local de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa, realizou-se este sábado um convívio da Juventude.

Esta iniciativa, que se realiza na Voz do Operário, em Lisboa, integra-se nas comemorações do 11.º aniversário do

25 de Abril promovidas pela organização.

Segundo os organizadores, esta festa «será um ponto de encontro e convívio de todos os jovens que queiram participar».

O convívio começa às 21 e 30 e custa apenas 100 paus...

Leiria). O camarada Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido, participará nesta iniciativa.

Debate em V. Nova de Ourém

O economista Sérgio Ribeiro será um dos participantes no debate sobre as conclusões da recente Conferência do Partido, «a via do desenvolvimento para vencer a crise», que se realizará no próximo domingo, dia 21, nas instalações do Ciclo Preparatório da Vila Nova de Ourém, a partir das 17 horas. A iniciativa é da Comissão Concelhia do PCP.

Encontro de quadros no Forte da Casa

Promovido pela organização do Forte da Casa (Vialonga/V. Franca de Xira), vai realizar-se no próximo sábado, dia 20, um encontro de quadros subordinado ao lema «reforçar o Partido, para continuar Abril». O encontro está marcado para as 14 e 30 horas, na 2.ª fase do Forte da Casa, lote 95 c.v., e contará com a participação do camarada Abílio Martins, do Comité Central.

Plenário da DORAL

A análise da situação política e social da região algarvia, questões de organização partidária e as tarefas dos comunistas para a acção de massas no Algarve são pontos em agenda para o próximo plenário da DORAL do PCP, a realizar no domingo, a partir das 10 horas.

Adriano não está esquecido em Avintes e no País

Numa iniciativa da Comissão de Freguesia de Avintes do PCP e de numerosas associações e colectividades daquela freguesia, decorreu no passado fim-de-semana uma homenagem à memória de Adriano Correia de Oliveira.

«Cantar Adriano em Abril» foi o lema da iniciativa, que começou dia 12 à noite com a inauguração de uma exposição sobre aspectos da vida do cantor comunista e um espectáculo de teatro. Um dos pontos mais altos desta evocação aconterecerá no sábado à noite, numa sessão solene onde vários amigos e conhecidos profundos da vida e obra de Adriano falaram sobre o cantor. Manuel Neto, José Manuel Mendes, Vital Moreira, Louisa Henriques e Óscar Lopes foram alguns dos oradores que, juntamente com os muitos conterrâneos de Adriano que participaram na sessão, evocaram o artista e o lutador.

A romagem ao cemitério de Avintes foi outro dos momentos de grande e profunda participação, quer de avintesenses quer de outra gente que ali se destacou em homenagem ao cantor. A romagem foi encabeçada por uma «guarda de honra» dos Bombeiros de Avintes e nela se fizeram representar, com os seus estandartes, muitas colectividades da freguesia. Na ocasião, tomaram a palavra um representante da comissão promotora da homenagem e, em nome do PCP, o camarada Carlos Fraião, do Comité Central.

PCP

Medidas para a defesa e dinamização do sector empresarial do Estado

Após dez anos de existência, as empresas nacionalizadas continuam no centro da luta entre os que pretendem afundar o País para reconstruir monopólios e latifúndios e os que pretendem desenvolver Portugal e a sua economia para vencer a crise.

O SEE continua a deter, apesar dos ataques a que tem sido sujeito, um papel determinante no desenvolvimento económico do País que resulta de 4 aspectos centrais: 1.º, da sua extensão e peso na economia nacional; 2.º, da sua importância qualitativa; 3.º, da sua articulação com instrumentos decisivos da política económica e com o aparelho de Estado; 4.º, da sua influência noutras formações económicas.

A importância do SEE e a sua influência decisiva no sistema económico nacional deriva sobretudo do facto de deter os sectores básicos, aqueles que quer pela natureza da sua produção, quer pela posição estratégica que ocupam nas relações intersectoriais, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e ulterior alargamento da produção agrícola, da pesca e dos vários ramos da indústria.

Pelos números oficiais disponíveis mais recentes (de 1982), no SEE, sendo o emprego de 7,3% em relação à população activa portuguesa, o VAB atingiu cerca de 24% do produto nacional e o investimento (FBCF) 32,3%, apesar das empresas viverem uma situação de efectivo estrangulamento financeiro em consequência da política de direita dos últimos anos.

Torna-se evidente que, pela sua importância quantitativa e qualitativa, esta importante formação do sistema económico português, o SEE, não pode continuar à mercê de uma política de autêntica espoliação da riqueza nacional, nem da incompetência e corrupção resultantes dessa política. (...)

As dificuldades e o Governo

(...) Pelo trabalho preparatório e pelas intervenções aqui produzidas, esta Conferência comprova, mais uma vez, que as efectivas dificuldades existentes nas empresas nacionalizadas e públicas não derivam da sua pretensa inviabilidade mas, pelo contrário, dos ataques lançados a partir do Governo, às ordens e ao serviço do grande capital.

O Governo cria dificuldades e tenta ainda servir-se delas para justificar as suas tentativas de desmantelamento e reprivatização das empresas nacionalizadas. É caso para dizer que lançam os «fogos» (são os «incendiários») mas querem apresentar-se como «bombeiros» da situação. Não só não são «bombeiros» como é sabido «não se apagam fogos com gasolina».

Os «incendiários» das empresas nacionalizadas têm de ser julgados e punidos. O Governo e a sua clientela têm de ir para a rua e com urgência. As dificuldades nas empresas nacionalizadas têm de ser vencidas e podem ser vencidas, fundamentalmente porque o SEE tem todas as condições para intervir eficazmente numa política económica que vise o desenvolvimento do País, a saída da crise, a melhoria das condições de vida do povo português.

Para tanto, no imediato, é necessário:

- o pagamento das dívidas do Estado e a entrada de capital estatutário em moldes adequados à sua estrutura e actividade;
- o estabelecimento de programas de recuperação económica, articulados com a dinamização da economia nacional e com uma política de relações externas que fomente e diversifique as exportações;
- a nomeação de gestores

competentes, honestos e identificados com as potencialidades do sector e dispostos a aproveitá-las tendo em conta e mobilizando a participação dos trabalhadores, inclusive dando posse aos gestores por estes eleitos;

— o rectificar de decisões e medidas inconstitucionais e ilegais.

Mas, para que o SEE possa cumprir cabalmente o seu papel de alavanca fundamental no indispensável relançamento da economia, é necessário definir e pôr em prática uma política global orientada nesse sentido.

O funcionamento do SEE tem necessariamente de desenvolver-se no quadro da planificação económica nacional, corrigindo distorções, diminuindo a irracionalidade e a anarquia da produção, fazendo esta corresponder cada vez mais às necessidades do País.

Por outro lado, o SEE pode e deve ser um instrumento de capital importância para a obtenção da pretendida e indispensável racionalidade social quanto à produção e distribuição, o SEE pode e deve ser um instrumento de capital importância no êxito do Plano democrático que dirija, coordene, unifique e oriente a economia nacional. (...)

«Estado-patrão»?

(...) A correcta gestão do SEE não faz do Estado um patrão. Esta questão não tem cabimento. Efectivamente, ou o Estado controla e regula a economia através do plano económico e de outros instrumentos, entre os quais o SEE, ou são os grupos capitalistas nacionais e estrangeiros a fazê-lo.

O Estado não deve gerir empresas, estas têm de ser geridas pelos seus órgãos competentes segundo critérios que lhe sejam próprios, os quais não podem ser os da maximização do lucro mas sim do máximo benefício social global, o que se traduzirá pela sua con-

tribuição para os objectivos económicos e sociais, tal como especificados no Plano.

É fácil de entender que não está em causa qualquer incapacidade, ou capacidade, do Estado ser «patrão» — isso é uma falsa questão que pretende esconder o fundamental.

Ainda ao nível da gestão, há

Carlos Ramildes

que cumprir o princípio básico que impõe o respeito pelo equilíbrio financeiro com uma adequada remuneração do capital investido. Há, pois, que assegurar a reprodução do capital e pôr a acumulação nestas empresas ao serviço do desenvolvimento económico nacional.

A gestão das empresas nacionalizadas deve ainda orientar-se, prioritariamente, para um racional aproveitamento dos recursos nacionais e desenvolver as condições necessárias ao aproveitamento das potencialidades existentes no País. É também necessário que a racionalidade económica seja um objectivo permanente, elaborando-se programas estratégicos de redução de custos, contemplando as economias de energia e matérias-primas, melhoria dos métodos e processos, aumento da produtividade e da qualidade.

A política de investimento a prosseguir deverá resultar da conjugação das propostas e desenvolvimento empresarial oriundas de cada empresa no processo de planificação e dar-lhe corpo num verdadeiro Plano de Desenvolvimento Económico e Social a prazo.

Os investimentos e a escolha das técnicas devem processar-se de acordo com critérios claramente definidos ao nível da planificação económica nacional, de forma a garantir a coerência entre o funcionamento das empresas e os objectivos económicos e sociais do Plano. (...)



Sair da crise

(...) A implementação de grandes projectos nacionais como o Alqueva, o PSN, o PAIP, a metalurgia do cobre e a renovação das frotas da Marinha Mercante e pescas, entre outros, é não só da máxima importância para a defesa e dinamização do SEE, como para o desenvolvimento do País, capaz de permitir vencer a crise. Por seu turno, a política de preços para o SEE não deve permitir que a mais-valia criada nas empresas seja transferida para o sector privado, nem que a rentabilidade do SEE seja obtida da ineficiência social. O estabelecimento dos preços deve assegurar a necessária rentabilidade das empresas. Ao estabelecer preços sociais deve o Governo definir as respectivas compensações e subsídios.

A definição da política de preços tem sempre de estar ligada à necessária racionalidade económica e financeira das empresas, melhoria da gestão, etc. Ao contrário da prática dos governos de direita, o Estado não deve servir-se conjuntamente do SEE, descapitalizando-o, impedindo a realização de investimentos necessários, dificultando ou condicionando a obtenção de créditos.

Todas estas medidas que entendemos necessárias para a defesa e dinamização do SEE decorrem de uma das três condições prévias indispensáveis para a recuperação e o desenvolvimento económicos,

o fim da ofensiva contra as conquistas económico-sociais de Abril e a dinamização, sem discriminação, das diversas formações económicas.

Se levadas à prática as medidas defendidas pelo PCP para as empresas nacionalizadas, também o sector privado será altamente beneficiado. O SEE não se opõe às restantes formações económicas. Pelo contrário, o seu bom funcionamento e o reforço do seu papel na economia são necessários para a dinamização da actividade das empresas das outras formações económicas, nomeadamente as PME's do sector privado.

Na posição de fornecedor de bens e serviços o SEE deve orientar a sua intervenção no mercado no sentido de proporcionar as melhores condições de qualidade, preço e assistência técnica aos seus clientes. Como cliente o SEE poderá contribuir decisivamente para a expansão das empresas fornecedoras, melhoria da sua gestão e nível tecnológico, mediante uma política devidamente orientada nesse sentido.

O aumento do investimento e da produção no sector nacionalizado gera o aumento do investimento e da produção nos restantes sectores. Uma correcta escolha e coordenação dos investimentos do SEE evitará a importação de muitos equipamentos que poderão ser produzidos pela indústria nacional.

A defesa e dinamização do SEE é de grande importância para o desenvolvimento e controlo planificado da produção, para o aumento da produção nacional, o saneamento financeiro do País e o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral.

Os problemas nacionais têm solução. O indispensável desenvolvimento do País para vencer a crise só é possível se se defender e dinamizar o SEE. (...)



Política de desenvolvimento industrial

Uma política de desenvolvimento não é apenas necessária e possível mas constitui a única saída para vencer a crise e permitir o progresso económico e social do nosso país. O desenvolvimento industrial pressupõe a definição de uma política que assegure as seguintes acções:

- planificar e coordenar a actividade económica;
- definir as principais orientações do desenvolvimento nos sectores mais importantes;
- promover uma política de desenvolvimento tecnológico

Carlos Silva Carvalho

intimamente ligada ao planeamento económico;

- organizar e defender a produção nacional, considerando, nomeadamente, a defesa do SEE e a resolução dos problemas e dificuldades das PME's;
- alargar o mercado interno, através de uma política de fomento da produção nacional de produtos importados e da melhoria da distribuição do rendimento;
- fomentar a participação e iniciativa dos trabalhadores.

O desenvolvimento deverá resultar da planificação e coordenação das actividades económicas, visando o aproveitamento dos recursos nacionais, a satisfação das necessidades sociais e a correcção dos atrasos e desequilíbrios sectoriais e regionais.

Para este efeito é necessária a criação ou dinamização dos organismos de apoio, coordenação e controlo da economia e, ainda, a elaboração de planos económicos sectoriais e regionais, assegurando a compatibilização dos diversos projectos e programando a sua execução de forma a garantir uma eficaz utilização dos recursos humanos e materiais do País.

Um dos problemas fundamentais a ser considerado no âmbito da planificação é o da avaliação e selecção de projectos, investimentos e tecnologias, que deverão ser avaliados não apenas segundo a sua rentabilidade interna (lucro)

mas, também, do ponto de vista da maior vantagem para toda a sociedade. (...)

(...) A melhoria da estrutura sindical só é possível com o desenvolvimento das indústrias de base (siderurgia, metalurgia não ferrosa e química de base, entre outras), através do aproveitamento dos recursos nacionais do sector mineiro, como o ferro de Moncorvo, as pirites do Alentejo, a metalurgia do zinco e do tungsténio, etc., e ainda nomeadamente o aproveitamento das potencialidades do sector petroquímico.

re da metalomecânica, material de transporte, máquinas-ferramentas, material eléctrico e electrónico. Este apoio deverá basear-se no planeamento e coordenação das actividades referidas e num grande esforço de desenvolvimento tecnológico. (...)

Ultrapassar a dependência

(...) Relativamente às indústrias de bens de consumo deverá programar-se a produção nacional de produtos importados com prioridade para os bens mais necessários e de maior largo consumo no País, aproveitando para a indústria nacional a dinâmica da procura induzida pelo desenvolvimento económico e melhoria do nível de vida das populações.

Para ultrapassar a actual situação de dependência e atraso tecnológico é necessária a elaboração de um plano de desenvolvimento tecnológico intimamente ligado ao planeamento económico, antecipando as necessidades do sistema produtivo e criando condições para a nossa indústria satisfazer ao máximo essas necessidades.

O desenvolvimento tecnológico da nossa indústria pressupõe ainda a articulação das estruturas de I, D e D com a produção e o estabelecimento de formas de apoio tecnológico às empresas, através, nomeadamente, da formação de pessoal qualificado em todos os níveis e de serviços regionais de apoio e divulgação tecnológica.

No campo da articulação das estruturas de I, D e D com a produção devemos acentuar o esforço que será necessário realizar nas seguintes áreas para o desenvolvimento das capacidades em tecnologia processual em particular nos sectores ligados ao aproveitamento dos recursos naturais (sectores mineiros, agro-alimentar, indústrias da floresta, pescas, etc.): desenvolvimento das capacidades de engenharia no sentido de dominar a concepção e a gestão de pro-

jectos; produção de equipamentos; tecnologias multisectoriais como a metalurgia, metalomecânica, electrotecnia, electrónica, instrumentação, automação, programação, biotecnologia. (...)

Lançar projectos

(...) Os graves problemas com que se debate a economia nacional, a gravíssima situação de muitas empresas e sectores, com taxas de ocupação baixíssimas, exigem que sejam tomadas medidas urgentes para a resolução das situações, particularmente difíceis, como nos têxteis, vidro, construção naval, metalomecânica, siderurgia, certos sectores da química, etc.

Assim, para ultrapassar esta situação, é necessário:

- o lançamento de grandes projectos de interesse nacional já suficientemente estudados e em fase de avanço imediato ou a curto prazo como o Alqueva, a beterraba açucareira, a expansão da SN, a realização de fábricas complementares do complexo petroquímico de Sines e do BTX em Matosinhos, a primeira fase do aproveitamento integrado das pirites alentejanas, centrais hidroeléctricas e térmicas;
- o lançamento de projectos do sector agrícola e das pescas e das indústrias ligadas a estas áreas no âmbito do desenvolvimento regional, criação

de complexos agro-industriais e organização do sector pesqueiro;

— a realização de programas de produção nacional de produtos importados e o desenvolvimento das exportações visando a máxima utilização das capacidades produtivas instaladas.

A organização e defesa da indústria nacional não é possível sem a concretização do papel determinante que cabe ao SEE e de medidas de apoio às PME's.

O SEE permitirá avançar com a realização de importantes projectos de interesse nacional, da dinamização da actividade das diversas formações económicas e constitui o instrumento fundamental e decisivo

de complexos agro-industriais e organização do sector pesqueiro;

— a realização de programas de produção nacional de produtos importados e o desenvolvimento das exportações visando a máxima utilização das capacidades produtivas instaladas.

A organização e defesa da indústria nacional não é possível sem a concretização do papel determinante que cabe ao SEE e de medidas de apoio às PME's.

O SEE permitirá avançar com a realização de importantes projectos de interesse nacional, da dinamização da actividade das diversas formações económicas e constitui o instrumento fundamental e decisivo

do Estado para orientar e controlar a economia de acordo com os interesses do País e dos trabalhadores.

O apoio às PME's deverá traduzir-se numa política de crédito adequada à produção e ao investimento, na coordenação da actividade de sectores como o vidro, têxteis, calçado, metalomecânica, alimentares, entre outros, no sentido de promover a especialização da produção e racionalizar os circuitos comerciais. O apoio tecnológico deverá promover, em particular, a formação profissional e a implantação nas empresas de programas de redução de custos e melhoria da qualidade.

O desenvolvimento da indústria exige igualmente o máximo

aproveitamento das potencialidades do mercado interno, o que permitirá a melhoria da estrutura industrial, a redução dos desequilíbrios entre sectores e a redução da componente importada da nossa produção, nomeadamente nos investimentos e nas exportações.

O mercado interno tem de ser considerado uma riqueza potencial do nosso país e uma sólida base para o desenvolvimento industrial, mediante a crescente satisfação das necessidades materiais do nosso povo. A concretização de uma política de desenvolvimento não é, pois, possível sem a melhoria da distribuição do rendimento, da defesa da nossa indústria, visando o alargamento do mercado. (...)

A participação dos trabalhadores

(...) A prática política e administrativa dos sucessivos governos existentes após a entrada em vigor da Constituição, tem contrariado as garantias quanto aos direitos de participação dos trabalhadores. E, assim, muitos destes direitos nunca passaram do papel.

Nuns casos, por falta de diplomacia regulamentadores, outros por ostensivo desprezo e mesmo violação dos preceitos constitucionais e, outros ainda, porque os direitos dos trabalhadores são descaracterizados, restringidos ou mesmo anulados.

Sobre isto, muitos e muitos exemplos se poderiam apresentar, o que alongaria a nossa intervenção, pelo que iremos referir apenas alguns:

- o Governo não respeita as deliberações e os pareceres do Conselho Nacional do Plano e procura esvaziar as suas funções;
- o Governo não cumpre a lei ao não constituir o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, o Conselho Nacional de Saúde e o Instituto Nacional das Empresas em Autogestão;
- o Governo limita arbitrariamente e inconstitucionalmente o direito de participação dos trabalhadores ao esvaziar de conteúdo o papel das suas organizações representativas em organismos como: o Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o INATEL, o Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, etc.;
- o Governo opõe-se ilegalmente à participação das organizações sindicais no Fundo do Desemprego e no Instituto Nacional de Estatística;
- o Governo limita e reduz o

direito das ORT's em participar na elaboração da legislação do trabalho e na participação e execução da Reforma Agrária;

• o Governo e o patronato reduzem e em muitos casos anulam os direitos das CT's e Coordenadoras de CT's no âmbito da actividade do controlo de gestão;

• há mais de 5 anos que o Governo impede ilegalmente a entrada em funções dos gestores eleitos pelos trabalhadores nas Empresas do Sector Empresarial do Estado.

A «concertação» social...

Para além deste panorama de discriminação das organizações dos trabalhadores,

Eduarda Fernando

onde ressalta a posição de classe, acresce ainda que quando o Governo quer dar a aparência de que cumpre os preceitos constitucionais, logo de seguida desencadeia mecanismos discriminatórios para com a CGTP-IN e de apadrinhamento e protecção aos divisionistas da UGT.

A criação e os objectivos do chamado «Conselho de Concertação Social» visaram exactamente reduzir o alcance dos preceitos constitucionais quanto à participação dos trabalhadores, com o argumento de que ela é feita neste «órgão».



defesa dos interesses dos trabalhadores e a essência dos preceitos constitucionais. É profundamente ilegal e inconstitucional que, sob o pretexto da não participação da CGTP-IN no chamado «Conselho de Concertação Social», se procure privar o Movimento Sindical Unitário e as ORT's de manterem e exercerem os direitos de participação consignados na Constituição da República.

O «ensaio» em curso da revisão das leis laborais e a discussão do denominado «Plano de Recuperação Económica e Financeira», no seio do «Conselho de Concertação Social», é um autêntico acto de contrabando legislativo. Por aqui se vê que o Governo PS/PSD, com a connivência dos seus aliados da UGT, não olha a meios para prosseguir a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, abalar as bases de

toda a filosofia constitucional e tentar dar corpo e alento à conspiração económica contra o regime democrático.

O controlo de gestão pelos trabalhadores, constitui uma das experiências mais ricas e mais importantes da Revolução Portuguesa. O seu início e o seu desenvolvimento foram a resposta adequada à sabotagem do patronato, aos despedimentos, ao encerramento de empresas, às fugas de capital para o estrangeiro, às fraudes e à corrupção.

Incapazes de fazerem vergar a poderosa dinâmica da classe dos trabalhadores no interior das empresas e nas organizações de classe, a direita e o patronato viraram-se para a via legislativa. Neste domínio, a Lei 46/79 foi uma espécie de presente envenenado destinado a enfraquecer e a dividir as comissões de trabalhadores. Estas, no entanto, soberaram inteligentemente contornar os aspectos negativos desta lei, acabando por a transformar num instrumento a seu favor.

Hoje, são o patronato, as administrações e o Governo que se colocam fora da lei, anulando na prática uma parte importante dos direitos de informação e de intervenção dos trabalhadores.

Um escândalo!

Um dos aspectos positivos da Lei 46/79 foi permitir aos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado elegerem representantes seus para os órgãos sociais das suas empresas. Mas, o alcance democratizante do processo dos gestores eleitos causou e causa enghulos aos sectores governamentais. Hoje, depararmos com este verdadeiro escândalo — passaram-se mais

de 5 anos e nem a um único dos cerca de 70 gestores eleitos foi permitida a entrada em funções! A explicação para isto não pode deixar de ser a seguinte: a presença dos gestores eleitos nos órgãos de gestão seria um empecilho à concretização dos planos do Governo PS/PSD contra o sector nacionalizado e um travão ao alastrar da incompetência, da má gestão, da corrupção e do regabofe que campeiam nas empresas públicas.

Têm sido os trabalhadores e as suas organizações políticas e de classe a colocarem-se no campo constitucional e na legalidade democrática, enquanto os sucessivos governos se têm siluado à margem do quadro jurídico-constitucional. E, dentro da luta necessária para derrotar o malfadado Governo PS/PSD, impõe-se a activação da denúncia desta situação. A exigência quanto ao cumprimento de todas as disposições legislativas e constitucionais que protegem o direito de participação dos trabalhadores não é um aspecto «menor» ou «legalista» na luta por um novo governo e uma nova política. Ao contrário, este aspecto deve ser valorizado com vista à demonstração de que o Governo PS/PSD é um governo fora da lei e que é possível e necessário instaurar e desenvolver uma política alternativa.

Cada dia que passa, fica mais e mais evidente que: 1.º — No Portugal de Abril, é possível vencer a crise, desenvolver o País, melhorar as condições de vida e de trabalho, defender a independência nacional.

2.º — Uma política com estes objectivos impõe-se mas só é possível com o empenhamento e a mobilização das energias dos trabalhadores.



Trabalhadores

Alarga-se à EPAL a movimentação em defesa do sector empresarial do Estado

Paralisações hoje na RN, Transtejo e Transportes Colectivos do Porto (STCP)

Além das formas de luta anunciadas pela CGTP para hoje e amanhã (ver artigo no Suplemento) requerer destaque as movimentações no sector viário nacionalizado e na Segurança Social (ver esta página; concentração hoje) a luta na Lisnave (24 horas de greve pelo pagamento de salários) e a paralisação nos transportes colectivos do Porto (STCP) marcada para hoje a partir das 14 horas. Destaque também para os plênários efectuados nos cinco maiores locais de trabalho da EPAL — Empresa Pública das Águas Livres, de Lisboa, onde decorre hoje um plenário geral.

A comissão negociadora sindical (CNS) metalúrgica, onde o SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Lhas) tem forte participação, refere que nesses plênários da EPAL, efectuados na terça e quarta-feira da semana passada, foi aprovado um documento entregue ao conselho de gerência no qual se rejeita «totalmente uma ordem de serviço do CG» que põe em causa o exercício da lei da greve.

hoje «se integra na jornada de luta, que nesse dia decorre por todo o País em defesa do Sector Empresarial do Estado».

Bancários: «unir esforços»

O Sindicato dos Bancários do Norte, com eleições marcadas para Outubro próximo, rejeitava entretanto a confrontação divisionista que a corrente sindical dos TSD («Trabalhadores Sociais-Democratas» — PPD) pretende lançar com uma assembleia geral que convocou para hoje. Os corpos gerentes do SBN afirmam que a realização da assembleia «não corresponde aos anseios da classe», e que a única acusação à qual o TSD procura sem êxito dar corpo é a situação financeira dos SAMS (Serviços de Assistência Médica) que «obviamente apresentam elevados défices» em todos os sindicatos bancários, devido a «razões conjunturais externas, agravadas, súbita e expressivamente em 1984, não sendo possível solucioná-las através de meros actos de gestão».

Os trabalhadores da EPAL, que decidiram hoje sobre «as medidas mais adequadas para a defesa desta empresa pública e dos seus interesses», conduzem com os seus sindicatos um processo de revisão do acordo da empresa (AE) mediante proposta apresentada pela comissão negociadora sindical unificada encabeçada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Segundo nota de sexta-feira passada, a CNS/Metalúrgica afirma que o plenário geral de

Sindicato dos Bancários do Sul e Lhas estão marcadas para 30 do corrente. A elas concorre uma candidatura de unidade com fortes possibilidades de vencer.

Contra o «reordenamento» da metalomecânica pesada

No âmbito das acções de luta marcadas para hoje e amanhã, a metalomecânica pesada (MMP) do Sector Empresarial do Estado reunida em plenário sindical e de organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) das respectivas empresas, manifestava, sexta-feira passada, «frontal oposição» ao «reordenamento» pretendido pelo Governo. Instituto de Participações do Estado (IPE) e administrações. A Federação dos Metalúrgicos (FSMMP) e os sindicatos de Lisboa, Porto e Sul (sede no Barreiro) expressaram a «necessidade de implementação de uma estrutura de planeamento e coordenação da actividade do sector» para a Sorefame, Equimetal e Mompur. As organizações sindicais representativas apresentam essa necessidade como sendo

«uma das principais medidas para a viabilização das empresas» e em paralelo com «o desbloqueamento dos grandes projectos nacionais»: pirites alentejanas e metalurgia do cobre, nomeadamente. O plenário do dia 12, que decidiu convocar um plenário em Maio para o conjunto daquelas três empresas do SEE, mobiliza os trabalhadores para as grandes acções de massas que se avizinhavam, e exige o pagamento dos salários em atraso; a garantia da sua liquidação futura a tempo e horas; o direito à livre negociação dos cadernos reivindicativos; a entrada em função dos gestores eleitos; a reintegração imediata de trabalhadores e membros de ORT's suspensos; e a demissão do Governo PS/PSD.



Segurança social Três mil reformas bloqueadas no Centro Nacional de Pensões

Trabalhadores concentram-se hoje em Lisboa

Os trabalhadores da Segurança Social (Função Pública) ao decidirem concentrar-se hoje, pelas 18 horas, junto ao departamento governamental do sector, em Lisboa, além de outras críticas e acusações sobre matérias específicas, «responsabilizam a secretária de Estado da Segurança Social», Leonor Beleza (PSD), pela «situação caótica verificada no Centro Nacional de Pensões (ex-Caixa Nacional) onde, presentemente, mais de três mil processos de reforma, concluídos, estão bloqueados por falta de meios financeiros e técnicos». A informação foi prestada aos jornalistas na sexta-feira, dia 12, durante uma conferência de imprensa promovida pelo Secretariado da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que se reunem em Congresso, amanhã e sábado próximo, em Lisboa. (Ver Suplemento)

Os motivos apresentados para a concentração, que vem no seguimento de outras acções de luta desenvolvidas pelos trabalhadores dos vários ramos da Segurança Social, onde predomina o pessoal feminino, são a fuga ao diálogo por parte do Governo e, desig-

namadamente, pela secretária de Estado da Segurança Social ligada ao Ministério do Trabalho, a violação de direitos fundamentais e a degradação do sistema da Previdência. O Centro Regional de Lisboa chega a proibir a realização de plênários de trabalhadores con-

vocados legalmente. Segundo foi afirmado na conferência de imprensa de sexta-feira passada, há delegados sindicais que são transferidos de local de trabalho, como forma de represália pelas suas actividades legais no âmbito das funções para que foram eleitos. Foi citado um caso recente na Covilhã.

Os beneficiários não são informados dos seus direitos

A concentração de hoje, que tem âmbito nacional, é convocada «pelo diálogo, contra a prepotência e a degradação da Segurança Social». Foi referido «o tão anunciado inquérito à morte da utente da ex-Mitra» — cadáver roído pelos ratos, como veio a público sem desmentido cabal. Realce mereceu também «a determinação da actual secretária de Estado em agravar a situação dos beneficiários», que «não são informados dos seus direitos». Enquanto «o serviço de acção social se degrada de dia para dia», o preço dos infantários torna-se proibitivo (o custo médio passou recentemente de 4210 escudos para 8 mil escudos) e «engrossa o número de Instituições Particulares de Solidariedade Social (as IPSS dependentes da Secretaria de Estado) que encerram por falta de apoio financeiro».

Embora anunciado para apurar responsáveis e pôr cobro às condições miseráveis que permitem escândalos como os da Mitra, o inquérito respectivo destina-se fundamentalmente a apurar quem foi o responsável, ou os responsáveis, pela «denúncia pública da situação». Não se destina a «investigar como se vive e em que circunstâncias se morre» com a «benção da Segurança Social». De maneira nenhuma se busca alterar tão grave situação», disse aos jornalistas o Secretariado da Federação. Quanto às muito publicitadas

fraudes de beneficiários, os sindicalistas reafirmaram que «essa espalhafatosa campanha» teve em vista «criar uma cortina de fumo para encobrir a falência da política do Governo para este sector», e criar as condições para «agravar ainda mais a situação dos beneficiários, ao mesmo tempo que são perdoadas somas enormes a empresários».

Segundo sublinharam os dirigentes da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, é «fundamentalmente a esses empresários que se deve um crescimento da dívida à Segurança Social superior a dois mil contos por mês. Hoje, o montante dessas dívidas ascende a mais de 95 milhões de contos».

Além disso e «para cúmulo», está concluído um projecto de diploma que vem impedir centenas de milhar de beneficiários de requerer a reforma por invalidez». Prevê-se, como foi afirmado na conferência de imprensa de sexta-feira, que essa pensão «não possa ser requerida no caso de o beneficiário ter interrupção de trabalho».

Quanto ao chamado Regime Especial de Segurança Social dos trabalhadores agrícolas (Decreto-Lei 81/85 e Decreto Regulamentar 19/85, ambos de Março), a CGTP-IN, que se opôs à sua aplicação, afirma que os trabalhadores passam a pagar mais, sem que os seus direitos sejam aumentados. Pelo contrário: segundo as alterações agora introduzidas, aumenta a desprotecção social e a discriminação. A obrigatoriedade de as entidades patronais rubricarem, confirmando, o número de dias de trabalho «constante da folha-guia entregue pelo trabalhador à Segurança Social», e conhecendo-se certas práticas patronais nesta matéria, «é previsível, segundo a CGTP, que, com esta medida, muitos trabalhadores deixem de figurar nos registos da Segurança Social e, por consequência, deixem de ter quaisquer direitos» nessa matéria legal.

Poder local

PS fermenta pão autárquico azedo

O PS fermenta, mas infelizmente nem sempre para dar pão que se coma. No distrito de Setúbal, por exemplo, azeda tudo e envenena todos (a começar pelos eleitores socialistas) na obsessão anticomunista que lhes parece ajudada a um pulito nos furos com que se trepa aos poleiros. Já no Algarve as mesmas coisas são vistas com outro comedimento, talvez porque não há lá, ainda, tantas Câmaras APU por metro quadrado como em Setúbal.

De qualquer modo o PS está embalado para as diversas eleições que se aproximam, preparando-se, em bulício, para duas, e procurando esquecer uma possível terceira (e primeira) que lhes furará todos os planos. Neste caso trata-se das autárquicas que o PS/Mário Soares quer conquistadas em terreno APU e esquecendo, desgraçadamente, que estas coisas de Poder Local não medram das cartolas eleitorais e «passes» anticomunistas, mas do trabalho, que é ou não é e as populações vêem ou não vêem. Por isso, também por exemplo, é que a Junta de Freguesias PS de Souselas está neste momento demissionária face à Câmara, também PS, de Coimbra, acusando-a de «não cumprir promessas de melhoramentos locais»...

A estratégia do cano de esgoto

Começemos pelo princípio. Estamos recordados da «estratégia» autárquica perpetrada

tar honestidade que se disse-se que, entre os 21 vereadores do PS com pelouros nas Câmaras do distrito, apenas sete votaram contra os planos de actividades para 1985 e ao longo de 1984 mais de 90% das deliberações camarárias foram aprovadas por unanimidade». O que já foi gastar excessiva cera com tão pestilento defunto, diga-se de passagem.

Outras preocupações orientaram, entretanto, a estratégia eleitoral autárquica do PS do Algarve que, numa «Convenção» realizada no último sábado em Vale de Lobo, se decidiu contra qualquer coligação na região — onde, como se sabe, continua a deter a maioria das Câmaras. É evidente que aqui presidiu o esforço em manter posições e em abrigar-las da partilha com um «sócio» que só convém para malhar nos comunistas.

Onde eles malham

Mas onde eles, no fim de contas, malham, é nos interesses das populações e nos compromissos autárquicos que assumiram na lengalenga eleitoral da última campanha, ao atravessarem os mandatos com a incompetência que agora procuram imputar aos outros. Isto é tão óbvio que até autarcas PS se voltam contra correligionários seus alcanço-

rados uns degraus acima na hierarquia autárquica, acusando-os de «não cumprir promessas de melhoramentos locais», como aconteceu, também recentemente, na Assembleia de Freguesia e na Junta de Souselas, de maiorias PS, ao se afirmarem demissionários perante a Câmara Socialista de Coimbra pelas tais promessas não cumpridas em relação a estradas e outros melhoramentos na Freguesia, ameaçando tornar a demissão efectiva se tais promessas não se cumpriram ou, pelo menos, não se «esboçaram» o seu cumprimento (este esboçar tem montes de «absolutamente»...).

Temos, em resumo, o seguinte, quanto à estratégia autárquica do PS para as próximas eleições gerais: onde a APU domina há que a desalojar, recorrendo-se para isso à mentira, ao insulto, à cabala política, à chicana que for necessária, ao ódio anticomunista, o mais possível engrossado na calda reacção local. Não é um objectivo autárquico, nem sequer uma batalha eleitoral, mas apenas um «programa» anticomunista. Quanto às zonas de maioria PS há que tirar os cavalinhos das chovas aliançadas, que isto de reparar com amigos, só se for «despojos» comunistas...

Além do mais, quem quer honras, ganha-as. Trabalhando, por exemplo...

O falhanço da Câmara de Guimarães

A Comissão Coordenadora de Guimarães da Aliança Povo Unido, referindo-se ao «falhanço da entrega das casas do Bairro Social da Conceição» por parte da Câmara de Guimarães, publicou um comunicado no qual critica a «falta de capacidade» do executivo camarário e o «desprezo da sua maioria pela desumana situação de concorrentes que vivem em péssimas condições».

«Finalizada que está a fase de apreciação das reclamações», diz o comunicado da APU, «era suposto seguir-se a entrega. Contudo, tal é impossível pela simples razão de o executivo municipal se ter desleixado ao ponto de as habitações, na sua maioria, carecerem de água, luz e de importantes obras de acabamentos.» E o comunicado continua: «Segundo se sabe, a rede de energia eléctrica tem de ser

revista em todos os blocos e os tetos e paredes estão incabados, apresentando os fogos outras deficiências derivadas do estado de abandono e de actos de vandalismo. «Esta situação escandalosa deriva em primeiro lugar da política de habitação do Governo assente na liquidação dos organismos vocacionados para a construção e conservação de habitação social cujas responsabilidades face a fornecedores deixaram de ser pontualmente honradas. No caso do Bairro da Conceição, a falta de luz e de água deve-se à demora no pagamento de 13 mil contos ao Jordão.»

A incúria

«A desastrosa política governamental aliou-se, para cúmulo da desgraça, a incúria daqueles que, por serem maioria, ad-

ministram os destinos do município e por essa razão têm o dever de pressionar entidades apáticas, forçando-as a avançar e a cumprir prazos e promessas. Mas essa maioria, que é PS, é ela também uma reprodução miniaturizada do Governo e como ele padece de falta de vontade de resolver ou impulsionar a resolução dos reais problemas das camadas mais desfavorecidas da população de Guimarães.

«A passividade do PS é tanto mais indesculpável quanto, há cerca de um ano, o vereador da APU, avisada e atempadamente, deu a conhecer os alertas por si lançados ao Fundo do Fomento da Habitação, chamando a atenção deste para as consequências do atraso nas obras de infra-estruturas e de acabamentos, para as deficiências detectadas e para a progressiva degradação das

casas abandonadas. «Mais preocupado em denegrir o trabalho da APU do que em zelar pelos interesses dos vimaranenses, o PS fez orelhas moucas e afastou do pelouro da Habitação o representante da Aliança Povo Unido.

«Como resultado da sanha persecutória e da incapacidade, um ano mais tarde tudo está pior que antes: a degradação é mais vasta, constituindo retrato fiel de uma política de má gestão dos dinheiros públicos e de menosprezo pelas famílias que vivem em barracas, pardieiros e partes de casa sem o mínimo de condições de habitabilidade e que só daqui a dois, três meses poderão ter casa digna.

«A incompetência da Câmara não é só um caso de má gestão. É também um atentado ao bom senso que Guimarães não merece.»

Câmara de Loures suspendeu demolição

A fim de que não voltassem a repetir-se os incidentes ocorridos à volta de um armazém clandestino no Bairro do Grilo, freguesia de Camarate, a Câmara de Loures decidiu suspender a demolição de outro armazém nas mesmas condições. Um comunicado da CM de Loures baseia esta decisão nos «boatos postos a circular pelos especuladores imobiliários e pelo desconhecimento de alguns moradores da zona que agiram convencidos que a Câmara também iria demolir casas de habitação».

Uma nota da Câmara Municipal de Loures esclarece ainda que «a construção em causa e a ser demolida em data a marcar oportunamente, encontra-se embargada desde Dezembro de 1983, altura em que o proprietário, Artur Lopes, iniciou as escavações para alicerces».

E a nota da CM de Loures continua: «Apesar de tudo as obras prosseguiram com as fundações e levantamento de pilares, tendo sido novamente embargadas e o construtor intimado à demolição voluntária em Março de 1984 e o caso entre-

não resta ao município de Loures outra alternativa a não ser a demolição coerciva do armazém.»

Sublinhando que a edificação de grandes construções em bairros clandestinos residenciais traz grandes problemas à recuperação e legalização dos mesmos, além de outras dificuldades de legalização e de planeamento urbanístico, a CM de Loures salienta que a sua política em relação a esta questão tem sido clara:

«As construções destinadas a habitação própria serão permitidas desde que integradas no plano de recuperação do bairro. Quanto a armazéns e a outras construções de carácter especulativo, ou os construto-

res acatam as decisões do município, parando as obras, ou a Câmara é obrigada a proceder à sua demolição.

«Mais uma vez a Câmara vem reafirmar publicamente os esforços que tem feito e continuará a fazer no sentido de recuperar os bairros clandestinos do concelho, para que os moradores que neles habitam disponham de melhores condições de vida. Só assim foi possível que nos últimos anos fossem aprovados planos de recuperação em 13 bairros clandestinos, tendo um deles já alvará, e estando outros 29 com estudos elaborados e a ser acompanhados pela Câmara.»

Concentração hoje Não à extinção-Barreto para os OCEs

Hoje em Lisboa, junto ao Ministério da Agricultura, as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) dos organismos de coordenação económica (OCEs) promovem uma concentração de apoio à proposta de diálogo feita pelas ORTs ao ministro Alvaro Barreto, que pretende extinguir aqueles organismos onde estão incluídas, como se sabe, a Junta Nacional das Frutas (JNF), a Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP), a Junta Nacional do Vinho (JNV), a EPAC — Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, e outros organismos ameaçados, como o IAPO — Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos. Como se referiu aqui, há duas semanas, a propósito da intervenção pública das Federações sindicais do Comércio, Escritórios (FEPCEs) e Função Pública, está em risco um número elevado de postos de trabalho e ameaçados direitos e garantias constitucionais. O «pacote» Barreto contra os OCEs afasta os representantes de trabalhadores de decisões que lhes dizem directamente respeito e sobre as quais exigem ser ouvidos, pois esses organismos de coordenação económica, para os quais as ORTs reclamam «a reestruturação e revitalização», devem desempenhar a contribuição que lhes cabe no «incentivo à produção e regularização do mercado, conforme o interesse nacional».

Lisboa em Encontro

Por iniciativa da DORL do PCP e no âmbito da Aliança Povo Unido vai realizar-se, amanhã e depois, no Hotel Roma, um debate sobre Lisboa. Lisboa e os seus problemas, propostas de solução, eis o que estará no centro das atenções dos participantes nos debates que durante dois dias se vão reunir em plenário, com a seguinte agenda de trabalhos: Sexta-feira — funcionamento dos serviços municipais; gestão dos recursos humanos; caracterização global da política de pessoal; recursos financeiros; política de empréstimos e endividamento; papel das freguesias na administração local da cidade.

Sábado — a cidade; a região e a área metropolitana; emprego, actividades económicas e terciarização; política de solos; património edificado; os equipamentos colectivos; gestão da via pública.

Analisando o funcionamento da Câmara e as estruturas de enquadramento do município, por um lado, e, por outro, debatendo a gestão do território municipal, o Encontro, debruçando-se sobre a «progressiva degradação da cidade» e sua descaracterização, «cada vez menos a cidade que conhecemos», defenderá a urgência de uma nova Câmara «completa, orientada para ordenar e recuperar a cidade que temos, de a colocar ao serviço de quem nela vive e trabalha».

Taxa de lixo suspensa em Faro

«Como resultado da luta da APU e da população de Faro, a taxa de lixo acaba de ser suspensa na reunião da Câmara Municipal», anunciou no passado dia 9 a Comissão Coordenadora da APU do concelho de Faro, sublinhando em comunicado emitido no mesmo dia a vitória do Povo Unido e o recuo do PS e do PSD que acabaram votando a favor do que a APU já havia proposto.

Diz o comunicado que «a luta firme e justa que a APU travou contra a taxa do lixo, a sua posição em recorrer para a

Auditoria Administrativa e para o Tribunal Constitucional levou ao recuo do PS e PSD que agora votaram a favor do que a APU já tinha proposto, quando antes tinham rejeitado na Câmara e na Assembleia Municipal, a suspensão da taxa do lixo.

«Esta decisão foi uma grande vitória para a APU e para a população do concelho de Faro.

«Valeu a pena a luta que se travou em conjunto com os munícipes.»

Internacional

Da reconciliação com o nazismo aos projectos de armas no espaço

No 40.º aniversário da vitória sobre o nazismo, o presidente norte-americano irá depôr uma corôa de flores no cemitério militar alemão de Bitburg, o cemitério onde estão esses mesmos soldados que a mando dos comandos nazis devastaram a Europa, levaram ao assassinato de 50 milhões de pessoas, incluindo algumas dezenas de milhares de soldados norte-americanos. Para Reagan trata-se de uma demonstração de espírito de reconciliação.

O mesmo espírito de conciliação que abriu fronteiras e caminhos às tropas de Hitler, da oferta da Checoslováquia de bandeja, ao tempo recorde que os conquistadores alemães garantiram para chegar até Paris? O mesmo espírito da conciliação que une dirigentes e governos da burguesia, numa opção de classe contra os povos, mesmo quando os métodos e as consequências são os mais bárbaros?

Pensando bem, não será apenas isso. A homenagem aos soldados nazis é uma forma condigna de comemorar o 40.º aniversário do fim da guerra, à luz da actual política de Reagan. Na perspectiva da história, os sectores monopolistas representados pelo presidente Reagan, ou em termos mais gerais a classe cujos interesses reflecte — não estão do mesmo lado da barricada dos que invadiram a Europa? Serão diferentes os «interesses vitais» ou o «espaço vital»?

Questões a que nem sequer é difícil dar resposta. Não por acaso o Partido Comunista dos Estados Unidos considera o actual governo norte-americano como o mais reaccionário, mili-

tarista e racista da história dos Estados Unidos.

A realidade dos factos amplamente confirma esta apreciação. Reagan homenageia os soldados nazis em Bitburg, a mesma localidade onde está instalada uma base aérea norte-americana, e se prevê a instalação, para o próximo ano, de uma base de mísseis de cruzeiro. Não se trata de mera simbologia. Neste momento o imperialismo americano é uma força tão agressiva como o foi, no seu tempo, o nazismo.

Com algumas diferenças

As diferenças estão no quadro técnico-científico e político



em que se desenvolve tal política.

Neste mês de Abril, o jornal oeste-alemão «Frankfurter Allgemeine Zeitung» publicou uma entrevista com o subsecretário norte-americano da Defesa para os assuntos políticos, Fred Ikle, em que este afirma a necessidade da definição de uma nova estratégia da NATO. Baseando-se na constatação de que a esmagadora maioria das populações da Europa e dos Estados Unidos estão contra a ameaça de

«destruição mútua» através de uma guerra nuclear, e contra a utilização de armas nucleares seja em que circunstâncias for, Ikle defende nem mais nem menos do que a corrida às armas no Espaço.

Esta argumentação é completamente falsa, e um secretário de Estado norte-americano sabe-o melhor que ninguém. Denunciando exactamente tal «teoria», o secretário-geral do PCUS, camarada Mikhail Gorbachiov, diz na sua recente entrevista ao «Pravda»:

«Chegam ao ponto de afirmar que por intermédio da criação de armas espaciais será possível liquidar as armas nucleares. Um método fraudulento. Tal como o surgimento da arma nuclear não acabou com as armas convencionais e veio engendrar uma galopante corrida aos armamentos nucleares e convencionais, a criação de armas espaciais acabará por intensificar ainda mais a corrida aos armamentos e propagá-la a novas esferas».

Quanto a essa «guerra das estrelas» com que cinicamente se pretende «acalmar» uma opinião pública desperta para os incomensuráveis perigos das armas nucleares, nunca será de mais sublinhar que nada tem a ver com uma longínqua guerra estelar a que o nosso planeta escaparia impunemente. Muito pelo contrário. E são os seus próprios promotores que acabam por o afirmar. Assim, em artigo inserido, em Janeiro, nas páginas do «New-York Times Magazine», da autoria de Kampelman (o negociador de Genebra que se deslocou a Washington para defender o fabrico de novas armas...), Brzezinski, conselheiro do ex-presidente Carter e o investigador Justrow, revela-se que está prevista a instalação de sistemas de anti-mísseis

(destinados a atingir mísseis na Terra) e ainda a colocação em órbita de mais de uma centena de satélites de guerra gigantes, em que cada um seria portador de 150 foguetões de interceptação.

Assim, o desenvolvimento técnico-científico criou as bases de uma militarização que a prosseguir sem travão levaria à inevitável destruição da Humanidade e da vida no planeta.

Mas também, pela primeira vez na história da humanidade, surgiu a possibilidade concreta de acabar com essa militarização. Não são por acaso as divergências no seio da coligação no poder na RFA, ou a opinião favorável à proposta soviética de moratória, da parte de um político tão ligado a Washington como Craxi. São factos que correspondem a um novo quadro político. Bem diverso do que permitiu a investida criminosa de Hitler. Que entretanto — e os dirigentes de Washington parece pretenderem arduamente esquecer — se saldou não só na derrota do nazismo, mas também num inédito processo de libertação dos povos, na formação da comunidade socialista, na abertura de um período em que foi possível à classe operária, nos países capitalistas, obter importantes conquistas que hoje se lhes pretende recusar.

Uma proposta que o não era...

Uma vez por outra o presidente norte-americano vê-se na necessidade de demonstrar preocupações de paz e diálogo. Sinal dos tempos que nem a Casa Branca, apesar das suas expressas pretensões ao domínio mundial, se pode dar ao luxo de ignorar. Basta relembrarmos, por exemplo, as desoladoras palavras de paz que pontuaram os discursos eleitorais de Reagan. Data de há bem pouco uma nova demonstração dessas preocupações — justificadas, aliás — a proposta de uma cimeira com o actual secretário-geral do PCUS, camarada Gorbachiev.

Acete a possibilidade de realização da cimeira pela União Soviética, o presidente norte-americano... recusa-a. Admite, quando muito, um encontro sem possíveis consequências.

Razões?

Não se pode falar propriamente de razões. Apenas um facto: o presidente Reagan num teve qualquer intenção de ir para uma cimeira. Ensaiou apenas um gesto demagógico. Admitindo talvez a hipótese de a União Soviética o recusar, denunciando o seu carácter.

Não foi assim. E agora a Casa Branca vem colocar condições. Pela voz do conselheiro presidencial norte-americano para os assuntos de Segurança Nacional, Robert MacFarlane, afirma, que para a realização da dita cimeira seriam necessários: melhoria das relações bilaterais (como, desconheça-se...), progressos nas negociações sobre controlo de armamentos (negociações que, entretanto, os Estados Unidos bem se esforçam por sabotar), respeito dos «direitos humanos» na União Soviética (trata-se possivelmente, do «direito humano» de explorar o trabalho de outrem) e, ainda «soluções para os problemas regionais», activamente estimulados pelas armas, conselheiros e política global da Casa Branca.

Quase poderíamos dizer que a pseudoproposta, seguida da sua recusa, somando-lhe a colecção de absurdas condições — não é propriamente um acto político. É o espelho de uma política de demagogia e chantagem, feita de ultrapassados sonhos imperiais. Que não cabe na nossa época, porque não tem em conta as realidades concretas actuais. E por isso mesmo é tão perigosa.

40.º aniversário da vitória

Antigos combatentes e correspondentes de guerra vão reunir-se na RDA

Nos últimos dias do mês de Abril vão reunir-se na República Democrática Alemã jornalistas de quase todos os países da Europa, dos Estados Unidos da América, do Canadá e da Austrália. O motivo é invulgar: pouco antes do 40.º aniversário da vitória sobre a Alemanha hitleriana e por iniciativa da União dos Jornalistas da RDA (VDJ), antigos repórteres militares das Forças Armadas aliadas vão encontrar-se com companheiros, que foram prisioneiros dos nazis ou que lutaram na clandestinidade contra o fascismo alemão.

Vão visitar em conjunto os locais onde se desenvolveu a luta na Europa, na última fase da Segunda Guerra Mundial. Vão assistir às comemorações do jubileu em Torgau, junto ao rio Elba, onde, em 25 de Abril de 1945, se encontraram pela primeira vez no campo de batalha as divisões da frente do Exército dos Estados Unidos e do Exército Vermelho. Agora, quatro décadas depois, veteranos de guerra dos EUA, URSS, Grã-Bretanha e França anunciarão a sua visita a Torgau, para reiterar o juramento de todo fazer para livrar a Humanidade de uma terceira guerra mundial.

Comemorações

Estes visitantes seguem-se aos veteranos da 9.ª Divisão Blindada do Exército dos EUA, que, há pouco tempo, percorreram os locais na RDA onde se travaram outrora os combates. Presidentes das câmaras municipais de cidades como Jena, Plauen, Gräma e Colditz, liberdades do domínio nazi por esta divisão, sublinharam que, aqui, a memória de todos os combatentes da coligação anti-hitleriana foi conservada viva, já que o antifascismo é doutrina de Estado na RDA.

Este facto é também motivo para que as comemorações do 40.º aniversário da vitória sobre o fascismo hitleriano e da libertação do povo alemão se iniciem com uma série de iniciativas nos locais que foram antigos campos de concentração (K.Z.) e que são hoje monumentos. Assim, está a recordar-se em Abril a libertação dos campos, tristemente célebres, de Buchenwald, Sachsenhausen, Ravensbrueck, campo para mulheres, e da prisão Brandenburg-Goerden (27-4), onde os nazis mantiveram outrora sob prisão o presidente do Conselho de Estado da RDA e secretário-geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), Erich Honecker. Numerosos grupos de antigos prisioneiros de muitos países participam nestes actos comemorativos.

Historiadores referem que o rumo que a Alemanha hitleriana tomou, começando pela repressão sangrenta da resistência interna, foi o pressuposto para a posterior agressão virada para o exterior. Na realidade, os nazis começaram o seu cruel «ajuste de contas», primeiro com os seus opositores mais consequentes, os comunistas, e a seguir com os sociais-democratas, sindicalistas,

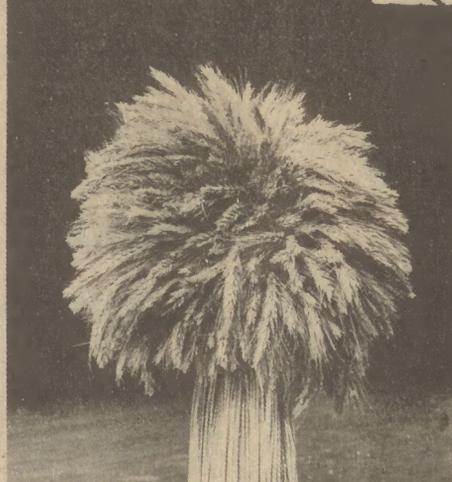
crístãos e outros defensores de uma concepção humanista.

Unidade na luta

No entanto os nazis nunca conseguiram calar os seus opositores. No meio da guerra surgiram grandes grupos de resistência comunistas em torno, por exemplo, de Robert Uhrig e Anton Saefkow, em Berlim, Bernhard Baestlein e Franz Jacob, em Hamburgo, Georg Schumann, em Leipzig, e Georg Lechleitner, em Mannheim. Estreitamente ligado ao Partido Comunista da Alemanha (KPD), na ilegalidade, trabalhava um grupo em torno de Schulze-Boysen, oficial da Força Aérea, e do cientista dr. Arvid Harnack.

A ideia, apoiada pelos comunistas, de uma frente de unidade dos opositores a Hitler, foi o motivo que levou à formação do «Comité Nacional da Alemanha Livre» (NKFD), constituído por exilados e prisioneiros de guerra na URSS. Esta ideia encontrou também o apoio do grupo em torno do coronel conde Claus Schenk Von Stauffenberg, que, a 20 de Julho de 1944, tentou em vão dar o sinal para o derrube do regime através de um atentado a Hitler, e de prominentes membros cristãos da resistência, como o dr. Martin Niemöller, dirigente da «Igreja Confessional» (protestante).

Simbolizando esta unidade nascida da luta foram homenageados, em Buchenwald, os prisioneiros ali assassinados, Ernst Thaelmann (PCA), Rudolf Breitscheid (social-democrata) e Paul Schneider (sacerdote



Pão sim, morte não (Primeiro prémio do concurso de posters de Moscovo)

protestante). Das suas ideias nasceu em Buchenwald uma organização clandestina (sob a direcção do historiador, hoje aposentado e a viver em Berlim, prof. dr. Max Bartel), que ainda antes da chegada das tropas aliadas dominou as sentinelas SS e libertou o próprio

campo (ver o Suplemento Avante! de 28 de Março passado).

As anunciadas comemorações do aniversário têm como característica o respeito por todos os opositores ao nazismo, nacionais e estrangeiros.

URSS e Moçambique reforçam cooperação

O vice-presidente do comité estatal soviético para as relações económicas exteriores, Piotr Kochelev, que chefia a delegação da URSS à terceira sessão da comissão intergovernamental mista soviético-moçambicana para a cooperação técnico-económica e o comércio, afirmou em Moscovo que as relações de amizade e colaboração entre os dois países se desenvolvem e reforçam com êxito.

Reunidas na passada segunda-feira, as delegações dos dois países começaram a analisar as perspectivas de cooperação no domínio da indústria mineira, da construção de transportes, da piscicultura, da agricultura e da energética, no âmbito do programa existente entre os dois países e válido até 1990. É dada particular importância à cooperação bilateral no reforço e no aperfeiçoamento da base energética e de combustíveis de Moçambique, designadamente no que se refere à exploração do jazigo de carvão de coque de Moatize, um dos maiores de África, onde se projecta construir uma grande empresa de enriquecimento de carvão. Também ligado com este projecto está em estudo a possibilidade de construção de um caminho-de-ferro que ligue a futura empresa ao litoral Índico.

Entretanto, em Moscovo, o secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachiev, reuniu com directores de empresas e de uniões industriais, kolhozes e sovkhoses, brigadas de trabalho, especialistas e cientistas, a quem sublinhou a necessidade de melhorar a organização do trabalho e a utilização de todas as energias e todos os recursos para assegurar um desenvolvimento socioeconómico estável e dinâmico e acelerar o processo da agricultura soviética.

Continua repressão no Chile

A 14.ª jornada nacional de protesto realizada no Chile, no passado dia 11, foi brutalmente reprimida pela polícia e as forças militares de Pinochet, que provocaram pelo menos 12 feridos e efectuaram cerca de trinta prisões.

A jornada, convocada pelo «Comando Nacional dos Trabalhadores» (CNT) e apoiada pela Aliança Democrática e pelo Movimento Democrático Popular, tinha como principal objectivo manifestar o repúdio popular contra o assassinato, a 30 de Março, de três democratas chilenos e exigir o fim da ditadura.

FSM apela à luta pela paz

A Federação Sindical Mundial divulgou um documento em que apela aos trabalhadores para que reforcem a unidade e a solidariedade na luta pela salvação da humanidade, pelo fim da corrida aos armamentos e pela canalização dos meios aos esforços para a solução dos problemas socioeconómicos inadiáveis com que o nosso planeta se debate.

No seu apelo a FSM faz notar, por outro lado, que as comemorações do 1.º de Maio se revestem, este ano, de significado muito especial, atendendo a que ocorrem nas vésperas das celebrações do quadragésimo aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo e do fim da Segunda Guerra Mundial acontecimento que, considera, dará forte impulso à luta dos trabalhadores pela paz e pelo progresso social.

Como faz notar a FSM, as marchas pela paz já realizadas testemunham o novo ascenso do movimento antimilitarista, até porque é indispensável, hoje mais do que nunca, acabar com o desperdício dos imensos recursos gastos com a corrida aos armamentos.

Viragem política no Peru

O candidato da Aliança Popular para a Revolução Americana (APRA), Alan García, é o virtual vencedor das eleições presidenciais realizadas domingo no Peru. A APRA obteve igualmente a maioria dos votos nas eleições para o novo parlamento, realizadas simultaneamente com as presidenciais.

Os resultados, ainda provisórios, dão 48% dos votos a Alan García, seguido de Alfonso Barrantes, candidato da «Esquerda Unida», com 23 por cento dos escrutínios. Embora a lei eleitoral peruana estipule que o presidente deve ser eleito por maioria absoluta, o que implicaria uma segunda volta só com aqueles dois candidatos, tudo aponta para que, tal não venha a suceder com a desistência de Alfonso Barrantes a favor de Alan García.

Os grandes derrotados destas eleições são os partidos da coligação no poder desde 1980, a Convergência Democrática (CODE) e a Acção Popular, que em conjunto não devem ultrapassar os 17 por cento.

Desnuclearizar o norte da Europa

A criação de uma zona desnuclearizada no norte da Europa foi recentemente defendida pelo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Pierre Schori, que afirma ter a iniciativa um amplo apoio na população sueca. Segundo afirmou, a Suécia está disposta a realizar conversações concretas com os outros países nórdicos sobre esta questão.

Também no Japão se debate o problema da desnuclearização, tendo agora sido formado um comité de luta pela proclamação da capital japonesa como zona desnuclearizada.

Terrorismo — qual o alvo?

O atentado terrorista no restaurante madrileño «El Descanso», frequentado por pessoal norte-americano da base aérea militar de Torrejon, uma das quatro bases norte-americanas mais importantes em território espanhol — relançou, ou melhor dizendo, deu novo impulso, à campanha com que se pretende apresentar o terrorismo (não o terrorismo estatal, entenda-se...) como um problema maior, a justificar específicas medidas repressivas. Falou-se mesmo de «euroterrorismo», para posteriormente referir a reivindicação do atentado, em Beirute, por um grupo intitulado «Jihad Islâmico», que afirmaria ir continuar com tais acções (fora das fronteiras do Líbano, e não no país, onde quotidiana e heroicamente se luta contra a ocupação israelita, os massacres, as acções banditescas dos grupos fascistas).

O atentado de Madrid e as circunstâncias que o rodeiam, chamam-nos a atenção para algumas questões que nunca é demais relembrar.

• Um primeiro facto é que num momento em que o movimento da paz dá novas mostras da sua vitalidade e às exigências dos Estados Unidos aos seus parceiros da NATO se levantam objecções mesmo de elementos conservadores de vários governos da Europa capitalista — é particularmente oportuno bater na tecla do anti-americanismo (que está a ser utilizado como argumento até contra o SPD...), ou ainda do carácter pouco pacífico que o movimento da paz estaria a assumir. Abstrair do absurdo de considerar possível alguma violência maior que a metódica instalação de armas de genocídio por todo o planeta, a verdade é que há quem se empenhe a legitimar a repressão do movimento da paz, nomeadamente apodando-o de violento. É conhecido o caso recentemente detectado de um agente da CIA infiltrado, que detinha nas suas instalações armas roubadas. Os intuítos são evidentes. E no caso concreto de Espanha não será de desprezar a circunstância de na prática se estar a impor ao povo espanhol a entrada do país na NATO, apesar de o Não gene-

ralizado a tal medida política ser tão claro que a questão NATO foi um elemento da vitória que levou os socialistas espanhóis ao poder.

• Um outro facto a considerar neste atentado é que manifestamente alguém está — uma vez mais — empenhado, em confundir terrorismo e a luta dos povos pela sua libertação. No caso a luta do povo palestino contra a prática de uma verdadeira política de pirataria internacional, conduzida por Israel com o patrocínio e multiforme apoio dos Estados Unidos.

Esta confusão é aliás prática corrente. E será oportuno recordar as calúnias a seu tempo divulgadas de que o grupo terrorista «brigadas vermelhas» teria o apoio dos países socialistas e da OLP. Entretanto, segundo declarações mesmo de alguns elementos dessas bri-

gadas, teve que se constatar que a origem dos apoios era bem diversa... Os contactos eram com agentes do serviço de informação israelita «Mossad».

Esse exemplo apenas que se integra numa política bem mais geral. Em 28 de Janeiro de 1981, o então secretário de Estado de Reagan, Haig, declarava em conferência de imprensa que a explosão de terrorismo internacional seria o maior perigo para os «países livres».

Incluída na noção de terrorismo estava a luta de libertação dos povos.

A verdade entretanto é que o imperialismo se tem distinguido, em particular desde a segunda guerra mundial, pela sua política internacional abertamente terrorista. E naturalmente não é por acaso que múltiplas vezes se encontra isolado na ONU, mesmo em relação aos seus aliados, em votações que põem em causa políticas de aberta agressão e violência, como é o caso de Israel ou da África do Sul, e também no plano da corrida aos armamentos.

Quanto à tese do terrorismo internacional tem o seu corolário lógico em medidas muito concretas: como um aumento de 25% no orçamento da CIA em 1983. Por isso quando na Casa Branca se anunciam novos surtos de terrorismo, não há que duvidar. Quem fala sabe o que está a dizer.

Unidades especiais em progresso nos EUA

As famosas «Unidades Militares Especiais» (UME) expressamente criadas pelos Estados Unidos para levar a cabo acções repressivas e de desestabilização noutros países, estão em franco desenvolvimento desde que a administração Reagan chegou ao Poder.

Quem fornece a informação é o insuspeito semanário norte-americano «Newsweek», que afirma que o número de «UMEs» aumentou consideravelmente nos últimos anos.

De acordo com o bem informado semanário, aquelas unidades Militares Especiais contam actualmente quinze mil militares de elite de todos os ramos das forças armadas. Entre eles contam-se os «Boinas Verdes», célebres pela sua violência na guerra do Vietname; os «Rangers», do exército; os «Leões do Mar», da marinha de guerra; um grupo do exército, especializado em «Operações Psicológicas»; uma brigada especial da força aérea dos Estados Unidos e as unidades ultra-secretas «Delta» e «Grupo Operacional 160», as primeiras a invadir Granada.

As informações veiculadas pelo semanário norte-americano foram recentemente confirmadas na Nicarágua onde foi morto mais um soldado norte-americano que participava num ataque armado lançado pelos somozistas.

As tentativas de Washington

para negar o envolvimento directo de mercenários norte-americanos na guerra não declarada contra a Nicarágua, que passa entre outras coisas pela utilização de falsas identidades, não se têm mostrado convincentes.

Como não são convincentes as famigeradas propostas de paz em que Reagan aparenta desdobrar-se, enquanto aberta o cerco aos que não aceitam as suas imposições. É o que se passa na Nicarágua.

A resposta negativa de Washington à proposta do governo nicaraguense para o reatamento das conversações entre os dois países foi considerada na região como extremamente agressiva. Anunciada em Santa Bárbara pelo conselheiro presidencial para os assuntos de Segurança Nacional, Robert McFarlane, a recusa tem como pretexto o facto de, segundo disse, ser incorrecto os sandinistas afirmarem que há uma intervenção por parte dos Estados Unidos, visto que aquilo que se passa na Nicarágua é que a maioria da população resiste à repressão.

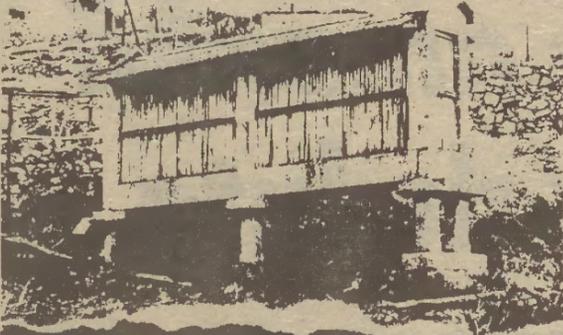
Para «confirmar» estas palavras, colunas de blindados dos EUA simularam a semana passada, no Sul das Honduras e a cinco quilómetros da fronteira da Nicarágua, um confronto com as tropas sandinistas!

Suplemento

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 590
18 de Abril de 1985
Suplemento n.º 154
Não pode ser vendido
separadamente

Trás-os-Montes



**O FUTURO
HÁ-DE CHEGAR**

MIRANDELA

*Quando há razões
para desconfiar
o melhor é fazer
uma sindicância*

Págs. 6/7

Alcáçovas e Montemor



**Guerra aberta do Governo
contra a Reforma Agrária**

Págs. 8/9

A EUROPA NO PÓS-GUERRA



**Duas políticas
em confronto**

Págs. 12/13

Pág. 10



XII·MOCKBA·1985

a Talhe de FOICE

Se disséssemos

Se disséssemos que «os monopólios, aliados ao capital estrangeiro, querem continuar a colonizar Portugal, como durante tantos anos fizeram sob o regime fascista» estaríamos a proferir uma evidência maior que a légua da póvoa — tanta que o nosso Primeiro, Mário Soares, não resistiria ao aproveitamento do costume, cujo é, evidentemente, o de acusar os comunistas de continuarem com a «conversa do costume».

Será. Só que desta vez não é.

Se disséssemos que os tais monopólios são «os grandes inimigos de todas as classes trabalhadoras» e urge, no nosso País, «a adopção de medidas antimonopolistas», o mesmo nosso Primeiro poderia até achar atempadas mais umas insinuações acerca de «planos desestabilizadores» ou — por que não? — «subversivos», por parte dos comunistas face ao regime democrático, às instituições e à entrada da CEE na pátria lusa (isto porque, desgraçadamente, não possui as alavancas dos seus tão almejados «Serviços de Segurança» que, bem mexidinhas, haviam de encontrar matéria bem mais conclusiva. E em dois tempos).

Seria. Só que desta vez não é.

Se disséssemos que «é necessário que os partidos que se reclamam da classe operária e das classes trabalhadoras se saibam entender» dado que «o seu combate é o mesmo e virado para um inimigo comum» e que «se não houver essa unidade o povo enfraquece, porque o povo só quando está unido é que não é vencido», então poderíamos esperar do dr. Mário Soares uma gargalhada homérica ao longo de dois churrascos e quatro almoçadas empresariais, decidindo, banhado de gozo e viço

presidencial, que os comunistas já não dizem coisa com coisa se ainda não perceberam que ele não tem com eles qualquer inimigo comum, mas apenas, neles, o inimigo. «Incomum».

Seria. Só que desta vez não é.

Se disséssemos que há que «corrigir» os planos da iniciativa privada «fazendo recuar o capital para limites razoáveis», o mesmo dr. Mário Soares, após meditar desconfiadamente sobre a formulação (que lhe parecerá pouco «ortodoxa» até para os seus fracos conhecimentos acerca de qualquer ortodoxia e em particular da que ele convencionou ser a comunista), poderia muito bem encomendar uma conversalhada em directo, na TV, entre a sua pessoa e uma pessoa sua, das muitas que por lá instalou, para ponderar, com a gravidade adequada, acerca do visceral totalitarismo do PCP, da sua atávica incapacidade de viver em liberdade e se adequar às «regras do jogo democrático». Falaria igualmente de chavões e economia, cassetes e ideologia, ciências exactas e astrologia — matérias que domina com particular à vontade e frequentemente lhe esmaltam os improvisos. Quer em francês, castelhano ou mesmo português.

Seria. Só que desta vez não é.

Se disséssemos, finalmente, que «embora existam diferenças entre socialistas e comunistas» será necessário «harmonizar e coordenar os objectivos de ambos durante, pelo menos, um longo período, a bem da consolidação da democracia em Portugal», teríamos muito provavelmente o nunca por demais referido dr. Mário Soares a aproveitar a maré para uma comunicação ao País antes, a seguir ou mesmo durante o telejornal, repudiando de carão sério e indispensável energia não apenas a provocação mas, sobretudo, o esforço do PCP em denegrir um partido democrático como o seu PS, colando-se-lhe para sair do «ghetto» a que o totalitarismo o conduzira. Aproveitaria ainda a ocasião para recordar aos estimados milhões de telespectadores em geral e ao milhão que vota na área comunista em particular que, a candidatar-se às eleições presidenciais, o fará suprapartidariamente, sem preconceitos político-partidários e como candidato de todos os portugueses. A quem vai meter, precisamente, na Europa dos monopólios — vulgo CEE — vitória ímpar ou mesmo par da democracia e do seu esforço pessoal.

Seria. Só que desta vez não é.

E não é por três razões.

Primeiro, porque tudo o que supostamente poderíamos ter dito, não o dissemos, desta vez.

Segundo, porque tudo o que supostamente poderíamos ter dito mas não dissemos, foi de facto dito.

Terceiro, porque tudo que foi de facto dito e acima reproduzimos como supostamente afirmado por comunistas, o foi, nem mais nem menos, ribombado pelo dr. Mário Soares num comício do PS em Almada a 24 de Outubro de 1974. Desengravatado, de punho no ar, cantando a internacional, cumprimentando o representante comunista presente e gritando aos quatro ventos que «os monopólios são o maior inimigo do povo português!».

E são. Juntamente com quem passou há muito a estar totalmente a seu lado, com a mesma premeditação com que mudou de cassete, pôs gravata, recolheu o punho, mergulhou no anticomunismo histérico e passou a cantar a «multinacional».

■ H. C.

O Governo tenta cercar (para os destruir) os alicerces económicos da democracia

Hoje e amanhã Acções de luta de alcance e valor nacionais

O carácter nacional das comemorações do 25 de Abril e do Primeiro de Maio ganham este ano reflexos pouco habituais. Em primeiro lugar devido às características das lutas que antecedem essas datas; e em segundo devido à mudança qualitativa que se verifica no assalto do Governo à primeira linha das conquistas fundamentais da Revolução.

A ofensiva directa contra as nacionalizações vem acompanhada de uma série de medidas legislativas que, a serem aplicadas, reduzirão drasticamente os postos de trabalho, deixarão desprotegido um número ainda maior de desempregados, facilitarão de um modo catastrófico os despedimentos, e atacarão pela base o exercício das liberdades e direitos sindicais.

Aquilo que o ministro do Trabalho considera talvez um tratamento de choque para a moléstia dos salários em atraso é o conhecido processo de curar o doente matando-o. O «pacote laboral» juntamente com os outros preparados pelo ministro da Indústria e Energia e pelo ministro da Agricultura constituem um autêntico cerco aos alicerces económicos da democracia e do 25 de Abril.

A esse ataque em regra junta-se a campanha confucionista facilitada pela anunciada integração na CEE, aparecendo já a própria Constituição no seu todo, como Lei Fundamental do País, no centro do alvo a atingir com o im-

pulso de todas as forças da direita restauracionista, pronta até para aparecer como nova no meio da confusão demagógica que assalta, por exemplo e com larga difusão, os chamados órgãos estatizados da comunicação social — com o habitual relevo para a RTP.

Resposta útil, pronta e certa

O desenvolvimento eficaz das acções de massas é tanto mais indispensável quanto menor é o acesso dos trabalhadores e dos seus representantes aos meios de comunicação de massas dominados por interesses institucionais, que invertem constantemente o sentido da acção deste Governo, fazendo das incapacidades virtudes, da corrupção fatalismo, do trabalho desprestígio e do fascismo

saudade. Só uma resposta pronta, útil e certa das massas trabalhadoras organizadas e de todos os democratas pertencentes às classes e camadas não monopolistas podem, juntamente com as forças políticas democráticas, colocar novamente nos trilhos a locomotiva e as carruagens dos interesses de Abril.

É indispensável a confluência das lutas, a convergência das acções de massas nas empresas, nos campos e nas ruas.

Sem abandonar a via do diálogo e da negociação (prática à qual o movimento sindical unitário dedica, como sempre, parte substancial do seu esforço) estes dias que antecedem as comemorações do 25 de Abril e do Primeiro de Maio serão preenchidos com greves, paralisações, concentrações, plenários, marchas, deslocações e iniciativas várias junto de órgãos do poder — formas de luta que incidem sobretudo nas unidades do sector empresarial do Estado, incluindo, como se sabe, as empresas públicas, nacionalizadas e participadas sob essa designação comum.

Contra as novas formas de concentração capitalista, com dinheiros e património do Estado (a nova «figura» das empresas mistas é um exemplo notório) com a contrapartida de um desemprego em massa e uma vaga de despedimentos insuportável (como já são insuportáveis os salários em atraso e a ruína de grande número de pequenas e médias empresas, ainda mais em risco, agora, com a anunciada integração na CEE) os trabalhadores do SEE devem levantar-se em peso, hoje e amanhã, designadamente na Rodoviária Nacional e Transjejo (greves de 24 horas com início hoje); paralisações na Cimpor, Covina, Secil e Cive (hoje de tarde); banca seguros (também hoje à tarde, no Rossio em Lisboa, a partir das 16 e 30); CP (concentração nacional, esta tarde junto ao edifício do conselho de gerência); EPAC e organismos de coordenação económica, como a JNPP, JNV, JNF e IAPO (ver 1.º caderno deste «Avante!»); Segurança Social (*idem*); várias empresas da área da Amadora (junto à Câmara Municipal, esta manhã); o mesmo em Sacavém, Vila Franca, Alcântara, Xa-





bregas (junto à Baptista Russo) e no Rossio; hoje ainda: plenários de trabalhadores na Carris (de tarde); CTM, CNN e EPNC (junto ao «Diário de Notícias»); ORTs da EDP com deslocação ao Ministério da Indústria e Energia; Metropolitano (Sete Rios, das 15 às 18 horas de hoje); STCP — Serviço de Transportes Colectivos do Porto, com recolha de viaturas; e ainda na Petrogal, Portucel e Tabaqueirahá hoje plenários de trabalha-

Em Setúbal hoje e amanhã

A jornada destes dias, que vem no seguimento do Plenário Nacional da CGTP-IN e antecipa novas acções e formas de luta no período de 25 de Abril/1.º de Maio, converge amanhã para Setúbal com três marchas de trabalhadores que partem, respectivamente, de Barreiro-Alhos Vedros-Molta; Almada-Seixal-Fogueteiro; Grândola e Alcácer, abrangendo os trabalhadores da Reforma Agrária do distrito sadino.

Segundo a CGTP, serão «milhares os trabalhadores que paralisam nas empresas e se manifestam nas ruas», hoje e amanhã, «pela defesa dos postos de trabalho e das nacionalizações».

Contra o farisaísmo arvorado em ideologia permanente — o prometer para não cumprir, o dizer uma coisa e fazer outra são práticas vulgares deste Governo — a unidade dos trabalhadores tem que funcionar, em pleno, sem quebras, solidária para além de opções, opiniões e credos. Estão em jogo interesses comuns, interesses vitais. Não apenas os que cabem aos trabalhadores, mas muito concretamente a regiões inteiras, ao próprio País.

Ainda há menos de duas semanas, o actual Primeiro-Ministro subscrevia em Madrid um papel segundo o qual seria dada «prioridade absoluta ao combate ao desemprego»... na Europa. No entanto, na mesma altura, em Veneza, um outro membro do mesmo

Governo, o ministro do Trabalho, falava de papo para dizer que «os postos de trabalho não produtivos devem ser extintos em Portugal». O que um e outro entendem por «desemprego» e por «trabalho não produtivo» pode estar certo para quem ler pela cartilha deles. Mas quem olhar para a realidade e disponha de um mínimo de informação correcta sobre o que se passa e o que se prepara à pressa não pode deixar de recusar essa «lábria» sem atilho. Terá que olhar muito de perto para a salvaguarda de direitos, e liberdades e garantias comuns, que este Governo despreza com a soberania do costume, pretendendo destruí-las já.

Sabe-se que este Governo faz uso (e abusa) de comparações absurdas. Absolutamente incapaz de soluções onde os interesses nacionais apareçam claros e em primeiro lugar na lista das opções que toma, mesmo dentro do sistema económico que defende passa a vida a contradizer-se: beneficia de sacrifícios prolongados da população trabalhadora para arruinar o País; promete situações equilibradas, quando faz do desequilíbrio o fiel da sua balança e mesmo uma plataforma para se manter no poder.

Ao subscrever «boas intenções» sobre o desemprego na Europa (leia-se CEE) Governo e forças que o apoiam fazem todos os dias mais desemprego cá dentro. Querem criar empregos desempregando. E quanto menos postos de trabalho melhor. Quanto a salários, nem se fala. Nenhuma garantia quanto às dívidas e outras ilegalidades nesse campo. A solução governamental para os salários em atraso é o desemprego.

Se esta situação não fosse clara para uma grande massa de trabalhadores organizados, já teriam ruído todos os projectos de Abril e já nem o 25 seria comemorado daqui a uma semana.

Com a consciência segura de que vale a pena lutar — que nenhuma acção, nenhuma luta, nenhum esforço fique para trás neste dias difíceis. O que está em jogo é muito, mas podemos resumi-lo dizendo que o que está em jogo é a nossa independência e o nosso pão. ■

Condenados no Porto os responsáveis pelas dívidas salariais

Por iniciativa da União dos Sindicatos do Porto, um Tribunal de Opinião Pública sobre Salários em Atraso reuniu-se no último sábado na Faculdade de Economia, que tem a sede na capital de um distrito com 97 empresas naquelas condições. Uma dívida de um milhão 645 mil e 180 contos atinge 16 863 trabalhadores, só no âmbito do Tribunal. O patronato e o Governo foram acusados de não pagarem «pontualmente as retribuições devidas pelo trabalho que lhes é prestado, violando o mais elementar direito dos trabalhadores». Na sexta-feira, dia 12, a CGTP-IN abriu um comunicado sobre o mesmo assunto afirmando que «em Janeiro deste ano, em apenas 11 distritos do País, havia 100 mil trabalhadores com salários em atraso, em 704 empresas, calculando-se a dívida global destas em mais de 15 milhões de contos».

O Tribunal reunido no Porto dispôs de documentos diversos, designadamente relatórios sobre as empresas com salários em atraso, depoimentos individuais e colectivos, recortes de imprensa e tomadas de posição, por exemplo, da hierarquia da Igreja.

O Tribunal considerou provadas todas as acusações constantes de libelo, depois de ouvidas as testemunhas. Além de trabalhadores com salários em atraso, depuseram professores, comerciantes e outras pessoas conhecedoras do assunto. Perante as provas, o Tribunal condenou, junto da opinião pública nacional e internacional, o patronato e o Governo, exigindo dos órgãos de soberania a imediata adopção de medidas que ponham cobro às situações de salários em atraso, inadmissíveis no Portugal de Abril.

Presidido pelo professor José Morgado, pelo advogado Lino Lima e pelo médico Ferreira Alves, o Tribunal ouviu declarações de comerciantes («Não vendemos nem uma terça parte daquilo que vendíamos há dois anos; houve foi um aumento dos fiados e das dívidas»); de professores que deram testemunho sobre as crianças que não têm que comer; dos trabalhadores («Os meus filhos têm fome e não tenho nada para lhes dar»).

Destaque-se ainda a tomada de posição de 13 padres da diocese do Porto, que repudiam esta «prática generalizada e criminosa» das dívidas salariais. Os sacerdotes apoiam as suas declarações nomeadamente na Constituição Pastoral da Igreja no Mundo Actual, do Concílio Vaticano II.

Solidariedade Internacional

O Tribunal fez um apelo à solidariedade internacional para com os trabalhadores portugueses em luta pelos salários. Foi feito também um veemente apelo a organismos internacionais interessados na defesa da Declaração Universal dos Direitos do Homem para que condenem moralmente a actuação do Governo no que diz respeito ao «escândalo criminoso dos salários em atraso».

Só em Lisboa, Porto, Setúbal e Santarém — afirmava entretanto a CGTP, num balanço referente a Janeiro findo — «a dívida aos trabalhadores aumentou, entre Dezembro de 1984 e Janeiro de 1985, de 9,7 para 11,2 milhões de contos».

Quanto à solidariedade internacional, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica de Portugal revelava que organizações congéneres estrangeiras tinham enviado, até quarta-feira da semana passada, vários telegramas de repúdio ao primeiro-ministro e ao presidente da Assembleia da República. Da lista de associações sindicais distribuída pela Federação constam: a Federação da Química (Comissões Obreras), Espanha; FILCEA (Federação da Química Italiana), CGIL, Itália; Federação da Química, CGT, de França; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Química e Petroquímica da URSS; e Sindicato da Química da Hungria. ■



EM LISBOA**Função Pública
reúne-se em Congresso**

Os cinco sindicatos da Função Pública filiados na Federação com sede em Lisboa, estarão representados, amanhã e no sábado, no cinema Alvalade, por mais de quinhentos delegados do continente e ilhas, que elegerão os órgãos nacionais da Federação, aprovarão novos estatutos e um programa de acção — principais pontos da ordem de trabalhos do II Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que elege pela primeira vez um conselho nacional.

Na introdução aos projectos (teses) a votar pelo Congresso, a Comissão Nacional Organizadora, apelando à sua discussão e enriquecimento, em 15 de Janeiro findo, afirmava que o II Congresso «decorre numa altura em que Portugal vive a mais grave situação económica, financeira, política e social verificada desde 25 de Abril de 1974» e que, com o objectivo de consolidar a sua política «o Governo preparou um plano legislativo — lei de segurança interna e dos serviços de informação, lei eleitoral, pacote laboral, etc. — que, a ser incrementado, representaria uma verdadeira mudança de regime e a consequente subversão do projecto constitucional nascido com o 25 de Abril».

Convocado sob o lema «Unir, organizar, lutar com os trabalhadores, democratizar a Função Pública», o II Congresso da Federação (FNSFP), além do próprio Congresso, elege como órgãos dirigentes, o Plenário e o Conselho Nacional. A Comissão Executiva é eleita entre os membros do Conselho Nacional que fixará o número dos seus membros, que por sua vez elegerão entre si um «secretário-geral ou um coordenador».

Os documentos a discutir e votar pelo Congresso reafirmam o princípio da unidade. Lê-se designadamente no projecto dos novos estatutos (artigo 4.º) que «a Federação luta pela unidade orgânica do Movimento Sindical, reconhece e defende a unidade como

**● Será eleito pela 1.ª vez
um conselho nacional**

Administração Central na rua em Novembro do ano findo, por duas reivindicações que o Governo continua a deprezar

condição necessária para a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, combatendo todas as acções tendentes à sua divisão.»

O projecto de novos estatutos, que defende também os outros princípios por que se rege o movimento sindical unitário (democracia sindical, liberdade e independência), consagra «a livre expressão de todos os pontos de vista existentes no seio do movimento sindical, devendo, após a discussão, a minoria aceitar a decisão da maioria». O projecto não autoriza «a constituição de quaisquer organismos autónomos dentro da Federação, que possam falsear as regras da democracia ou conduzir à divisão dos trabalhadores».

**Não há
TFPs a mais**

Ao analisar a «situação actual da Administração Pública», o projecto de programa de acção reafirma, com base em numerosos dados, que «não há trabalhadores da Função Pública (TFPs) a mais».

O programa, que apresenta uma série de propostas realistas para melhorar a Administração Pública, refere sobre a «situação dos efectivos» (pessoal) o seguinte:

«Uma estimativa de Novembro de 1984 da Direcção-Geral do Emprego e Formação da Administração Pública, feita com base no inquérito prévio de 1983, acrescida do número de novos subscritores da Caixa Geral de Aposentações admitidos até Novembro de 1984, apontava para a existência na Administração Central de um número de efectivos de 376 673, dos quais 77 579 (21%) na situação de além-

quadro. Na Administração Local encontraram-se 80 027 trabalhadores, dos quais 18 406 (23%) fora do quadro. De acordo com a mesma estimativa, os efectivos da Administração Central distribuíam-se do seguinte modo por grupos profissionais: pessoal administrativo, 76 476 (20,8%); pessoal auxiliar, 78 682 (21,4%); pessoal técnico, 4045 (1,1%); pessoal técnico-profissional, 50 371 (13,7%); pessoal técnico-superior, 30 149 (8,2%); pessoal operário, 18 752 (5,1%); pessoal docente, 105 155 (28,6%); pessoal de informática, 1470 (0,4%); pessoal dirigente, 2573 (0,7%)».

Depois de referir que faltam dados sobre o assunto respeitantes às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o projecto de programa da Federação para os próximos três anos «constata a redução sistemática do peso das despesas com pessoal no total das despesas correntes dos Orçamentos de Estado (38,5% em 1978; 38,4% em 1979; 38,1% em 1980; 33,9% em 1983; 29,4% em 1984; e 27,5% em 1985) e sublinha que os salários reais médios dos TFP sofreram acentuada degradação (32%) entre 1976 e 1984».

Na posse desses e doutros elementos, que desmentem completamente «diversas intervenções de responsáveis do Governo e dos 'novos filósofos' do Estado liberal», que tentam inculcar na opinião pública a falsa impressão segundo a qual há «excedentes» na Administração Pública, que seria necessário reduzir, acentua a Federação que em Portugal não há mais de 10,5 por cento de TFP em relação ao total da população activa; e lembra «a evidente falta de pessoal em estabelecimentos de ensino, hospitais e outros serviços», as-

sim como o «recrutamento desregulado de pessoal fora do quadro (casos das Alfândegas, das Contribuições e Impostos) e a «elevada percentagem da Saúde e da Educação», que empregam mais de 50 por cento dos efectivos da Função Pública».

A Federação (FNSFP), ao reafirmar que não há TFP a mais, acusa o Governo de «indefinição de objectivos para os serviços»; de «falta de enquadramento dos TFP»; de medidas de «racionalização» que se limitam ao pessoal, lesando a segurança e a estabilidade de emprego — medidas essas que, «liminarmente, as organizações sindicais rejeitam».

**Propostas concretas
e alternativas**

O projecto de programa de acção a apresentar no II Congresso da FNSFP é um documento extenso e pormenorizado, que faz análises oportunas, apresenta propostas concretas e alternativas sobre todas as questões relacionadas com as condições objectivas de vida e de trabalho dos TFP, que é preciso melhorar. Natural relevo é dado aos «direitos colectivos» (entre estes, aos direitos sindicais, de greve, de negociação colectiva das regulamentações de trabalho) e à sensível questão das carreiras.

Participam neste II Congresso — de notória importância para a vida sindical, o trabalho e a luta de todos os TFP — cinco sindicatos filiados na Federação.

Segundo a proposta de estatutos a votar pelo Congresso, nele podem participar de futuro «sindicatos não filiados, na forma definida no respectivo regulamento». ■

**133 mil filiados**

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, criada em 21 de Outubro de 1978, congrega os sindicatos dos trabalhadores da Função Pública do Norte; Centro; Sul e Açores; da Região Autónoma da Madeira; e dos Trabalhadores Consulares e Missões Diplomáticas em Geral, com um total de cerca de 133 mil sindicalizados.

A história desta federação confunde-se e é consequência da luta e da organização dos trabalhadores do sector de há 11 anos a esta parte.

Imediatamente após o 25 de Abril, e uma vez que tal possibilidade lhes estava vedada pelo regime fascista, os trabalhadores da Função Pública começaram desde logo a lutar pela constituição das suas organizações de classe, sabendo que só assim poderiam alterar a sua degradada situação laboral. Assim, ao mesmo tempo que elegiam os seus representantes, os trabalhadores começaram a discutir, um pouco por todo o País, os seus problemas mais imediatos e as suas aspirações mais sentidas.

Das primeiras reuniões nacionais às comissões directivas provisórias eleitas no Norte, Centro e Sul do País foi mais um passo decisivo para a constituição dos sindicatos. Estas comissões tiveram um papel de relevo na coordenação da luta a nível nacional — nomeadamente no processo que levou à primeira negociação salarial efectiva de 1985 — e na discussão sobre o modelo de organização sindical que melhor serviria os interesses de um sector tão vasto e diversificado.

Com a criação dos sindicatos, viu-se a necessidade de se criar a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, de modo a evitar a dispersão de meios no tratamento das mesmas questões, o que viria a acontecer em 1978.

A 12 e 13 de Março de 1982, a Federação realiza o seu primeiro Congresso. Aí, além do programa de acção, os delegados aprovam um caderno reivindicativo imediato com quatro grandes objectivos: a defesa dos direitos constitucionais sobre salários e regime fiscal, sobre segurança e estabilidade de emprego e ainda sobre carreiras e classificação de serviço.

Foi a lutar por estes quatro grandes objectivos que se passaram os últimos três anos. Assim, agora em vésperas do 2.º Congresso, e com o agravamento geral das condições de vida e de trabalho, estes objectivos continuam, mais do que nunca na ordem do dia.

O arquipélago da APU no concelho de Lisboa

Você é íntimo desta cidade

Há muitos roteiros para a cidade de Lisboa: no Turismo, apresentam-nos cheios de esquadrias toponímicas ensanduichadas em fotos bilhete-postal; na rua, Abecasis fá-los emergir em plantas espedadas nas esquinas com anúncios por trás; no quotidiano eles tiram quem na cidade vive ou labuta, encarrilado em trajectos que atam o local de trabalho à casa que se habita. Depois há os outros todos, desde os que cada um inventa para si próprio aos que alguém descobre em função de alguma coisa, passando pelos que se calhar nem sequer existem mas a cidade consente com o encolher de ombros de quem já viu muita coisa, quanto mais roteiros para criaturas necessitadas.

De qualquer modo o que fica sempre por trás, a tanger tudo, é a cidade com os seus segredos por descobrir, as suas vidas por decifrar, o seu quotidiano por entender, as suas infinitas e tantas vezes contraditórias realidades por equacionar. Posto isto perguntar-se-á ao que isto vem. Nada mais simples: resulta também de um roteiro que organizámos cidade dentro e de que já demos conta nestas páginas, sob o título em epígrafe. O roteiro de uma viagem que visitou as nove freguesias alfacinhas de maioria APU — Charneca, Ameixoeira, Carnide, Beato, Marvila, S. Miguel/St.º Estêvão (Alfama), Alcântara e Ajuda — com o objectivo de aflorar o trabalho autárquico que por lá se desenvolve e sem a pretensão de agarrar a cauda do cometa, que é como quem diz de dar retrato, mesmo pálido, da profundidade, riqueza e extensão de tal trabalho.

Dessa viagem ficaram os apontamentos que depois a escrita organizou, as impressões que se hierarquizaram em notas de reportagem e uma estranha sensação de se ter acabado quando mal se começara. Daí a consciência de um roteiro que se descobriu e ficou em aberto e a necessidade de rematar este conjunto de trabalhos com a sugestão a uma página: utilize o «roteiro da APU» na cidade de Lisboa para a surpreender na intimidade e descobrir, talvez com surpresa, que você é muito mais íntimo desta cidade do que as depradações da gestão Abecasis/CDS/PSD/PS e o concomitante sentimento de indefesa dos seus habitantes, lhe podem ter feito parecer.

E o que é o roteiro da APU na cidade de Lisboa?

Pode ser tudo o que se quiser, se o que se quiser for um acto de querer saber ou simplesmente conhecer. Descobrirá então, por exemplo, na Charneca e na Ameixoeira, que os bairros clandestinos albergam comunidades que afinal não são «marginais» e sim «postas à margem» por um Governo, uma câmara e uma situação sócio-económica, esses sim marginais face aos interesses das populações, do povo e do País, tal como se surpreenderá com a colaboração estreita

de autarcas com os habitantes na resolução de problemas tão caricatos e por isso tão dramáticos como a colocação de fontenários, caixas de correio, paragens de autocarro, cabines telefónicas ou baias de protecção, ou a vitória noutras áreas mais alargadas como ringues desportivos, parques infantis, abertura de caminhos, construção de postos médicos, instalação de saneamentos básicos, protecção de escolas, apoio a colectividades, colocação de semáforos, dinamização cultural e desportiva, levantamento exaustivo dos problemas e combativida-



Ocupar os tempos livres das crianças numa cidade como Lisboa é já em si um cometimento, dado o total desprezo de Governo e Câmara para com a infância e a juventude que redemoinham pela capital. A APU, nas suas nove Freguesias e com os escassos meios de que dispõe, vai alargando a resposta ao problema através de uma gestão milimétrica, um empenhamento fogoso e uma noção muito clara de que, de facto, «o melhor do mundo são as crianças» (na foto, ocupação de tempos livres em Alfama)

de na busca das soluções ou na pressão sobre quem de direito para as dinamizar.

Por isso não se surpreenderá que os presidentes de junta APU se movimentem entre as populações como peixe na água, as conheçam casa a casa e de todas sejam cumprimentados, inquiridos, solicitados para um «olhe que aquilo ainda precisa de!» não sei o quê. E perceberá melhor, se não viver numa freguesia APU, por que é que aquele jardim desaproveitado lá no seu bairro não foi já arranjado, independentemente do empenho da câmara no caso — que você já sabe, de cidade à vista, que não é nenhum — ou porque os seus miúdos não têm um único parque infantil onde expandam energias, ou nem sequer lhe passa pela cabeça ir à sua junta de freguesia procurar saber por que é que aquele buraco do tamanho de um algarido continua, na sua rua, a multiplicar-se mesmo depois de ter telefonado ao Abecasis. Isto sem embargo

de eventuais trabalhos positivos que por lá encontra.

Mas surpreender-se-á de novo ao constatar que tanta actividade e tão numerosos resultados saem de autarquias quase sem recursos financeiros e vítimas de intermináveis boicotes e indiferenças por parte de uma câmara apostada em deixar a cidade afogar-se em si própria. Voltará então a entusiasmar-se com a força que tem o trabalho colectivo, o empenhamento comum, a dinamização de que isto vai, se nós quisermos, por muito que se oponham os que agora mandam do lado errado da História.

o futuro com a mão nas coisas

Referimos a Charneca e a Ameixoeira para ilustrar as dificuldades que se enfrentam em zonas de habitação degradada, ou clandestina, mas também poderíamos referir Carnide, Bea-

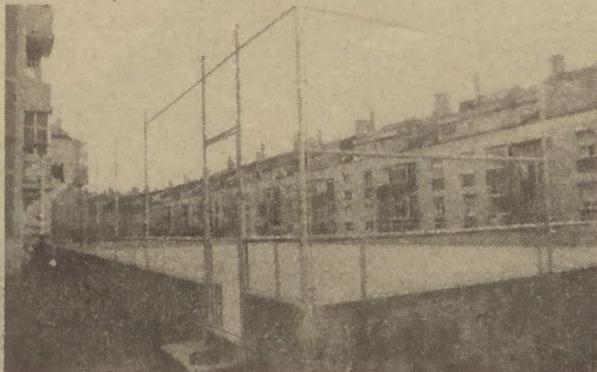
to ou Marvila, onde os problemas são semelhantes, embora com diferenças quantitativas. Em todas estas freguesias se vivem dramas que as juntas APU olham de frente e por quem vão em frente num quotidiano de luta com o impossível, de pequenas vitórias a pulso que balizam, no terreno, as grandes soluções que um dia hão-de chegar. Se hoje, «mesmo assim», se realoam famílias despejadas ou recuperam barracas em ruína, amanhã se conseguirá a habitação social condigna e a humanização dos espaços para todos, a par da prosperidade e desenvolvimento sociais enfim conquistados e que sucessivos governos reaccionários têm prometido e apenas agravado.

Mas há outras realidades a ser percorridas neste roteiro APU, quer nas freguesias referidas, quer nas restantes também de maioria Povo Unido — S. Miguel/St.º Estêvão, Ajuda e Alcântara. É o caso do plano de recuperação de Alfama — uma iniciativa inédita em Lisboa no sentido da preservação do seu riquíssimo património histórico-cultural — das múltiplas jornadas desportivas em qualquer das nove autarquias que, em grande parte dos casos, se constituíram tradição e autênticos fenómenos de massas, é o esforço de dinamização cultural e recuperação de festividades locais, é a atenção permanente às graves carências nestas freguesias (e em toda a cidade, no fim de contas) quanto a assistência social, protecção à infância, apoio à 3.ª idade, ligação às organizações de solidariedade social (colectividades, associações, clubes, centros paroquiais, bombeiros, etc., etc.), num alargamento permanente do esforço colectivo para a resolução de problemas comuns.

A linguagem dos números é, às vezes, a mais esclarecedora. Mesmo sem recorrer a um quadro (que daria leitura mais fácil e imediata) podemos alinhar, sem comentários e risco de saturação, os seguintes dados, resumidores da acção das nove juntas de maioria APU na cidade de Lisboa, só no campo cultural e desportivo: de 1983 até hoje foram dados nove cursos de alfabetização com 448 alfabetizando, realizaram-se 32 visitas de estudo com 4150 crianças, 11 exposições, 81 espectáculos de teatro para 8550 espectadores e 43 sessões de cinema para 6050 pessoas, deram-se apoios a 67 colectividades num valor aproximado de 4780 contos (subsídios e materiais) e a mais 49 outras entidades de solidariedade social no valor de 2000 contos, realizaram-se 70 iniciativas desportivas mobilizando 11 260 participantes, entre as quais se destacam 26 provas de atletismo, 14 de futebol de salão e cinco festivais de ginástica.

São dados. Os actos e os factos que eles resumem (eles e muitos outros que aqui não foram referidos) constituem o verdadeiro «roteiro APU» na cidade de Lisboa, uma viagem viva por dentro do trabalho, da defesa de Lisboa e das suas populações, da fraternidade, da competência, da dedicação, da alegria, do esforço e da construção do futuro com as mãos nas coisas.

■ H. C.



Se a Câmara Municipal de Lisboa tivesse o empenhamento que a APU tem, nas suas nove Freguesias, em proteger os patrimónios, reparar e alargar as infra-estruturas, dar resposta às carências das populações e dinamizar cultural e desportivamente (com os meios necessários) os múltiplos bairros da capital, Lisboa seria em breve, e de facto, dos seus habitantes (na foto, protecção de um recinto desportivo na Ameixoeira, feita pela Junta APU)

Este é o «Quintal do Beco do Loureiro», em Alfama e foi vendido à Câmara pelo seu proprietário sob condição de ali ser feita uma escola. As Juntas APU de Alfama (S. Miguel e St. Estêvão) bem se têm esforçado junto da CML para que as obras arranquem, dada a extrema urgência dessa escola

■ **Torres Rodrigues****MIRANDELA****Quando há razões para desconfiar**

Na freguesia de Carvalhais se situa a nova moradia do presidente da Câmara de Mirandela. Mas chamar-lhe moradia peca por modéstia... mais correcto seria chamar-lhe solar, mansão, casa apalaçada, palácio ou mesmo paço — o Paço de Carvalhais — tal a imponência da construção, os mármorees cinzentos, o rasgado das janelas e dos varandins, a imponência do telhado, o toque moderno das placas de energia solar. Dizem as pessoas da terra que obra daquela, sem contar com o recheio a condizer com o aspecto exterior da casa, é coisa para cima de 30 mil contos.

Será? Não será? Pouco importa agora para a questão. O Paço de Carvalhais ergue-se qual ilha rodeada de casario modesto, decrepito mesmo, onde habita a gente laboriosa de Carvalhais. Casario construído à custa de tantos sacrifícios, apenas atenuados quando a sorte foi tentada nas terras de estranja e isso porque os sacrifícios ficaram por lá e para cá vieram os francos, os marcos, que depressa se transformaram numa casa, num terreno de cultivo e pouco mais.

Se uma sindicância incomoda muita gente

Em 29 de Fevereiro de 1984 a APU, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela apresenta uma proposta de sindicância aos actos de gestão do executivo camarário, face ao que se estava a passar.

Mas o que se estava a passar? — perguntará o leitor. Lá chegaremos. Na sessão, votaram a favor os eleitos da APU. O CDS divide-se entre a abstenção e os votos favoráveis. Por seu turno o PS divide-se entre a abstenção e os votos contra e o PSD vota contra. O presidente da Câmara, Marcelo Lago, foi eleito pelo PSD.

Na proposta pedia-se a realização, com carácter de urgência, de uma sindicância aos actos de gestão anteriormente denunciados, tanto por membros da Assembleia Municipal, como por alguns órgãos de Comunicação Social.

Grosso modo eram nove as questões que motivaram essa sindicância: obras ilegalmente aprovadas e de avultado montante; a eventualidade do Presidente da Câmara receber a dobrar os salários a que tem legalmente direito; eventual existência de negócios entre a Câmara e a firma «Lago & Lago», pertença do presidente da Câmara; eventual actuação do presidente da Câmara como agente de vendas de várias empresas; eventual existência de empresas-fantasma que vivem à sombra da Câmara devido aos seus proprietários estarem ligados familiarmente ao presidente e ao vereador a tempo inteiro; eventual fraude e viciação de contas para ocultar os eventuais favores da maioria PSD aos presidentes das Juntas de Freguesia do mesmo partido; eventual inexistência de concursos para obras a realizar e, quando existentes, sua eventual viciação para se favorecerem amigos; eventual entrega de obras e empreitadas pelo presidente da Câmara a amigos, sem conhecimento e

o melhor é fazer uma sindicância

aprovação do executivo camarário; e, por último, a eventual admissão de pessoal e preenchimento de lugares chave na Câmara sem concurso, de forma a serem admitidas pessoas da confiança da maioria PSD.

As desvantagens da democracia

Pois é, isto da democracia tem desvantagens que só a ditadura anula. Imagine o leitor que a sindicância prova ter havido um comportamento menos correcto por parte do presidente durante a sua actividade autárquica (e nestas coisas não há fumo sem fogo)?

Sem esta coisa dos partidos, principalmente da APU, quem saberia o que se passava? E as coisas iam-se fazendo, sem se prestar contas a ninguém, principalmente ao Zé Povinho. Desvantagens da democracia — devem lamentar-se, hoje, muitos auctares.

Mas voltemos à sindicância. Depois de muita tinta que correu e de o CDS também ter dado uma forcinha, o Ministério da Administração Interna decide avançar com a sindicância, isto depois do Governador Civil de Bragança, posteriormente exonerado, Telmo Moreno, não ter dado andamento

a uma petição da APU de Mirandela para que a sindicância se efectuasse.

Aliás, a atitude deste Governador Civil é compreensível, pois o presidente da Câmara, Marcelo Lago, foi um dos proponentes da lista de Telmo Moreno para a Comissão Distrital de Bragança do PSD e que veio a ser derrotada. Favor político com favor político se paga.

Finalmente a sindicância

A 7 de Março deste ano surge um edital em que se faz público que por despachos de Sua Ex.^a a Secretária de Estado da Administração Autárquica, de 16 e 17 de Julho de 1984 e de 2 de Janeiro último, vai ser realizada uma sindicância à actividade da Câmara Municipal de Mirandela, com especial incidência nos factos participados a Sua Ex.^a o Alto Comissário Contra a Corrupção, de que se ressalta os eventuais «sinais de rápido enriquecimento do Presidente da Câmara» e eventuais «negócios do mesmo com Firms em que possui interesses e a situação das respectivas remunerações, tendo em vista que desenvolveria igualmente actividades privadas, nomeadamente na Sociedade «Lago & Lago, Lt.».

Como se pode ver os despachos são de Julho de 1984, mas o edital só surge ao público em Março do ano seguinte. Pressas para quê?

A tentação da riqueza

Não sabemos se outros factos foram referenciados ao sindicante. Apenas conhecemos um vasto relatório (sete folhas e meia dactilografadas) enviado por José António Martins Cardoso, membro da Assembleia Municipal eleito pela APU.

Sobre a questão do rápido enriquecimento (que outras questões também são focadas) transcrevemos:

O Presidente da Câmara é, ou foi, sócio-gerente da firma Lago & Lago. Pela sua situação na empresa recebia mensalmente da firma quantias regulares, o que se poderá provar através de solicitação de extracto da contabilidade da firma à Repartição de Finanças sobre os honorários que o Presidente da Câmara eventualmente recebia da firma.

Contrariamente à alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 9/81, o Presidente recebe o vencimento na totalidade



quando deveria somente receber 50 por cento.

Em diversas actas da Câmara verifica-se autorizações de pagamento à firma Lago & Lago. Na acta n.º 14 de 7/4/83 é levantado o problema da legalidade de tais transacções com a Câmara na medida em que o Presidente da Câmara é sócio-gerente da firma Lago & Lago. Na acta de 21/4/83 (acta n.º 16) o presidente afirma vender petróleo, alcatrão e manilhas à Câmara, declarando ser vendedor exclusivo na medida em que declara igualmente «vender os materiais referidos e outros quando há falhas no comércio local».

Para além da ilegalidade do acto, na medida em que o Presidente decide em causa própria, a situação em si é indicadora da inexistência de quaisquer concursos públicos ou limitados.

Na acta de 13/7/83 nova discussão se trava em torno desta questão tendo ficado deliberado que a firma Lago & Lago forneceria alcatrão.

Após referir as compras à firma Maiaplás, que se processam sem concurso e da qual o presidente da Câmara se assume como agente de vendas, prossegue o relatório enviado ao sindicante:

É voz corrente que as finanças do Presidente da Câmara em 1975/76 não iam bem. A partir do momento em que vai para a Câmara, em 1976, e nomeadamente em 1978 quando assume a presidência o seu enriquecimento é rápido e notório sendo de destacar:

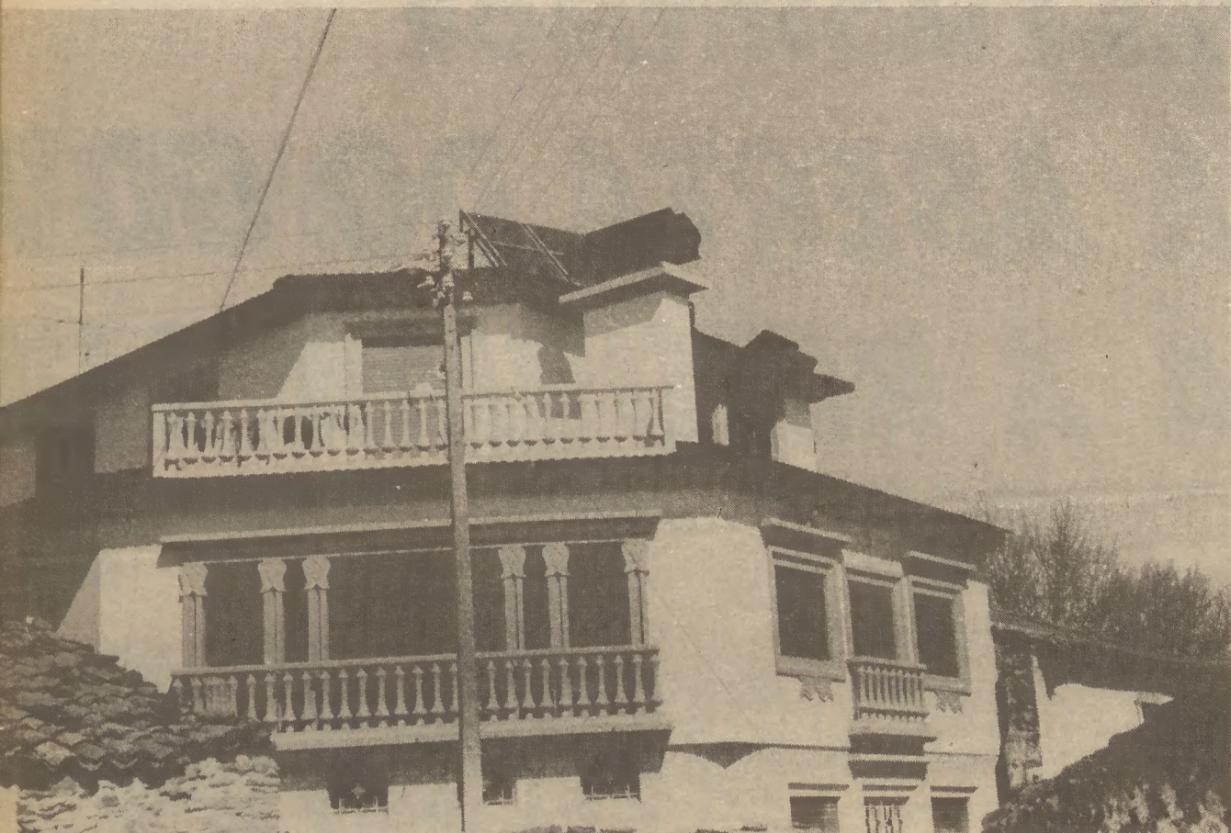
— Participação na compra da farmácia Sarmento por cerca de 15 000 contos (eventual);

— compra de duas quintas, por 9000 e 7000 contos (eventual);

— construção da sua habitação em Carvalhais nas instalações de uma das quintas compradas cujo



O Paço de Carvalhais — aqui vive o presidente da Câmara de Mirandela, Marcelo Lago. As benesses de certo poder autárquico? Para muitos é a interrogação que suscita esta moradia senhorial



No topo do edifício, rodeado de casario pobre e degradado, vêem-se os painéis solares. Numa das zonas pobres do Nordeste transmontano o último grito da tecnologia

valor da construção deve rondar cerca de 30 000 contos;

— obtenção da adjudicação da distribuição de petróleo após 1982 e consequente compra de camiões cisterna para a sua distribuição.

A ser verdade, é caso para dizer que nem vale a pena jogar no Totoloto.

Uma lista bem grande

São tantos os casos referidos ao sindicante pelo eleito da APU que nos arriscamos a transformar o texto que em princípio se queria curto num extenso folhetim. Abordemos, pois, por alto, outras questões.

Um cheque de 3000 contos entregue à Câmara para reconstrução do açude junto ao Sport Clube de Mirandela, verba que eventualmente não terá sido acusada contabilisticamente.

Eventual mudança da carteira de seguros da «Mundial-Confiança» em 1984 para a «Metrópole», de que o presidente da Câmara é eventual agente de seguros. Não foi feito concurso nem considerada a única proposta entrada que entretanto a «Mundial-Confiança» havia feito.

Mas há muitas mais situações que evidenciam eventuais irregularidades, muitas das quais são denunciadas pelo próprio Chefe da Secretaria da Câmara que entretanto transitou para outra autarquia.

A ver vamos o que dá a sindicância? Pode ser que não esteja na vontade política da maioria governamental a realização de eleições autárquicas antecipadas numa região do País onde profundas alterações (de que hoje já ninguém duvida) poderiam ter consequências graves para os que estão hoje na cadeira do poder. ■

Vale Salgueiro Quem tem medo das eleições?

Em Mirandela a Câmara de maioria PSD fuge das eleições intercalares como se visse nelas a sua própria perdição. E talvez tenha razão.

Já aqui falámos de Carvalhais, onde até agora, que se saiba, não foram marcadas eleições intercalares. E hoje vamos dizer o que se passa relativamente à freguesia de Vale Salgueiro, onde, em 17 de Outubro de 1984, ocorreu a demissão dos eleitos das listas da Assembleia de Freguesia, incluindo o respectivo presidente.

Argumentavam para tal decisão o comportamento antidemocrático do senhor presidente da Junta, que tudo pretende resolver sem nada se ver ou nos dar conhecimento, destruindo assim a vivência democrática da freguesia, travando a sua evolução, progresso e desenvolvimento.

Mais acrescentavam que durante o respectivo mandato e até àquela data nunca fora realizada qualquer reunião ordinária ou extraordinária, violando o que está disposto na Lei, pelo que achavam justificado o pedido de demissão.

O ofício era dirigido ao presidente da Câmara de Mirandela, Marcelo Lago, do PSD.

Na reunião ordinária da Câmara de 21 de Março de 1985, quase cinco meses depois, um dos vereadores levantou a questão do não funcionamento da Junta de Freguesia de Vale Salgueiro, tendo o presidente da Câmara informado que sobre a situação já fora enviado um ofício ao governador civil.

O que é certo é que o ex-presidente da Assembleia de Freguesia, Olímpio Augusto Caçador, em 26 de Março de 1985, vendo que a situação nunca mais está resolvida, envia um ofício ao procurador geral da República revelando que até à data o presidente da Câmara de Mirandela ainda não se pronunciara sobre o pedido de demissão apresentado.

E acrescenta-se:

Passado tempo foi dado conhecimento ao senhor governador civil de Bragança, o qual, no dia 3 de Fevereiro passado, pediu à Câmara de Mirandela que lhe prestasse informação acerca do assunto em epígrafe.

Como até à data não nos foi dada qualquer decisão, venho mui respeitosamente requerer a V. Ex.ª se digne intervir no assunto, a fim de nos ser dada a demissão já requerida.

Em ano de eleições autárquicas, presidenciais e, provavelmente, legislativas, eleições intercalares numa simples freguesia do concelho de Mirandela ainda incomodam muita gente. ■

Álvaro Cunhal
discursos políticos / 17

A LUTA POPULAR E A DERROTA DA "AD" 1981-82

A Venda do 1º volume

edições Avante!

Documentos Políticos do Partido Comunista Português



Os dois volumes de discursos de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que agora se publicam sob o título de «A luta popular e a derrota da "AD"» (1981-1982) cobrem o período dos governos «AD» de Balsemão e Freitas do Amaral em que se assistiu, por um lado, à luta vigorosa, organizada e por vezes heróica dos trabalhadores e das massas populares em todos os campos da vida nacional em defesa das conquistas democráticas e do próprio regime democrático conquistado com a revolução de Abril; por outro, às sucessivas tentativas de alteração do quadro institucional e ao desenvolvimento do plano subversivo e golpista por parte das forças reaccionárias, tendo como eixo a revisão da Constituição e a Lei de Defesa Nacional. Essas grandes lutas de massas tiveram um papel decisivo na demissão do governo «AD» em fins de 1982, na dissolução da Assembleia da República e na derrota da «AD» nas eleições antecipadas de 25 de Abril de 1983.

O movimento operário e popular mostrou de novo ter sido força bastante para derrotar os sucessivos planos de liquidação do regime democrático e de por diversas vezes sustar, atrasar e adiar a ofensiva contra-revolucionária, incluindo com a queda dos governos que a conduziam.

O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, lutando pela unidade dos trabalhadores e de todos os democratas e patriotas, constituiu e constituiu a força política determinante para fazer frente à política de direita, derrotar o processo contra-revolucionário e criar condições para a formação de um governo democrático que assegure a saída da crise e a solução dos grandes problemas nacionais no quadro do regime democrático e da independência nacional.

ALCÁÇOVAS E MONTEMOR

GUERRA ABERTA DO GOVERNO

CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

6 e 45. Alcáçovas levanta-se. Os trabalhadores agrícolas sobem para cima das caixas dos tractores em direcção a mais um dia de trabalho. Chegam aos acessos da terra e têm pela frente um verdadeiro exército da GNR, vinte jeeps e 12 veículos blindados «Shortland». Objectivo da missão: impedir os trabalhadores de alcançarem o seu local de trabalho e permitir que se consumasse a entrega de mais uma reserva. Foi no dia 11 de Abril. Depois, este verdadeiro exército de ocupação, comandado pelo capitão Jerónimo Santos, retira-se das entradas da povoação e estabelece-se na herdade do Seixinho, pertencente à UCP «Povo Alcaçovense». Está consumada a entrega de mais uma reserva e a conseqüente destruição da UCP.

Dia 12 de Abril. Outra vez pela manhã os trabalhadores dirigem-se para os terrenos da UCP. Mais uma vez a história repete-se. A barragem do caminho está novamente o exército de ocupação da GNR (6 «shortland» e mais de uma dezena de jeeps). Cercadas ficaram as herdades do Seixinho, Seixo Grande, Lobeira e Sobral, todas elas integradas na UCP «Povo Alcaçovense».

Mais uma vez o Governo declara guerra aberta à Reforma Agrária, lança contra os trabalhadores um exército.

A razão feita revolta

Já ao fim da tarde do dia 11, os trabalhadores da UCP «Povo Alcaçovense» mantêm-se concentrados no cimo de um monte ainda em sua posse. Nos seus rostos está estampada a apreensão e a certeza da razão. Diz-nos uma trabalhadora actualmente desempregada, uma vez que, com a entrega de anteriores reservas, deixou de ter onde produzir: «têm medo de enfrentar a verdade. As nossas únicas armas são os punhos que temos para trabalhar».

Mas não só. A Unidade (assim mesmo, com máiuscula) é outra das

armas de que dispõem: a prová-lo está o dia 21 de Março. Neste dia o agrário Alberto Mugna Fragoso Fernandes, residente no Estoril, tentou pela primeira vez tomar posse da terra. Apesar da cobertura da GNR viu os seus intentos frustrados. Os trabalhadores da «Povo Alcaçovense», que já tinham interposto recurso junto do Supremo Tribunal Administrativo, jun-



O latifundiário Capas, de Vila Ruiva, foi dar uma ajuda aos Fragoso Fernandes. O trabalhador vai empoleirado no tractor para ensinar o agrário... o «show-off» não resultou

tamente com seus camaradas de outras cooperativas, impediram a entrega da reserva. Assim se explica o aparato que envolveu Alcáçovas nas passadas quinta e sexta-feiras.

Finalmente, a solidariedade. Ainda as botas da GNR feriam os campos alentejanos e já representantes das autarquias da zona vinham em direcção de Lisboa para apresentar, junto dos órgãos de soberania, o seu protesto contra mais esta ilegalidade e a sua solidariedade para com os trabalhadores da «Povo Alcaçovense».

«Só sabem é destruir»

Foi assim... A GNR cercou as herdades e os militares do posto local (zelosamente comandados pelo soldado António Joaquim Guizada) iam in-



Num monte ainda pertencente à UCP «Povo Alcaçovense», os trabalhadores falam do processo e da sua vontade de lutar pela legalidade

dicando um a um os trabalhadores da cooperativa.

Deste modo, os 325 leitões que ficaram na herdade do Seixinho não poderiam ser alimentados. Também as 400 ovelhas que aí permaneceram não puderam ser ordenhadas. O agrário deu-lhes 24 horas para retirarem o gado da herdade. Quanto à malhada de porcos, construída pelos trabalhadores e que lhes custou cerca de 2500 contos, essa bem pode ficar na reserva que o reservatório não faz questão que a retirem.

Quando foi fundada, a UCP tinha mais de 3500 hectares. Hoje só tem 500 e em parcelas (ficaram com as faldas, como afirmaram). Dos 62 trabalhadores, 14 — todos mulheres — já estão desempregados. Agora, com a entrega de mais esta reserva, a cooperativa fica inviabilizada. O presidente da direcção da UCP, José Remoinhos, faz questão de salientar que «não temos dívidas nenhuma. A nós é que o Estado deve cerca de 2000 contos em gados, cortiça e subsídio de máquinas, logo desde a ocupação...»

À laia de conclusão, diz o Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora e diz o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora: «esta acção vem dar razão à reclamação nacional de que tal Governo deve ser imediatamente demitido. É a liberdade e o pão de todos nós que está em perigo».

Montemor-o-Novo

No mesmo dia 11, por iniciativa da Câmara Municipal, realizou-se uma conferência de imprensa em Montemor-o-Novo. Dizia um dos presentes que no Alentejo nunca se sabe se os dados estão actualizados, se a situação de momento é a mesma que se vivia no dia anterior, tal é a intensidade da ofensiva contra a Reforma Agrária. A comprová-lo, o que se passava, no momento em Alcáçovas, a apenas uma trintena de quilómetros, mas já no Concelho de Viana do Alentejo.

O que levou à convocação desta conferência de imprensa foram os pedidos de reservas de herdades de três UCP's do concelho: a «Pedro Soares», a «União das Silveiras» e a «Safira».

No entanto, a conversa foi correndo, e à medida que o tempo ia avançando, foi a história da Reforma Agrária no concelho que desfilou.

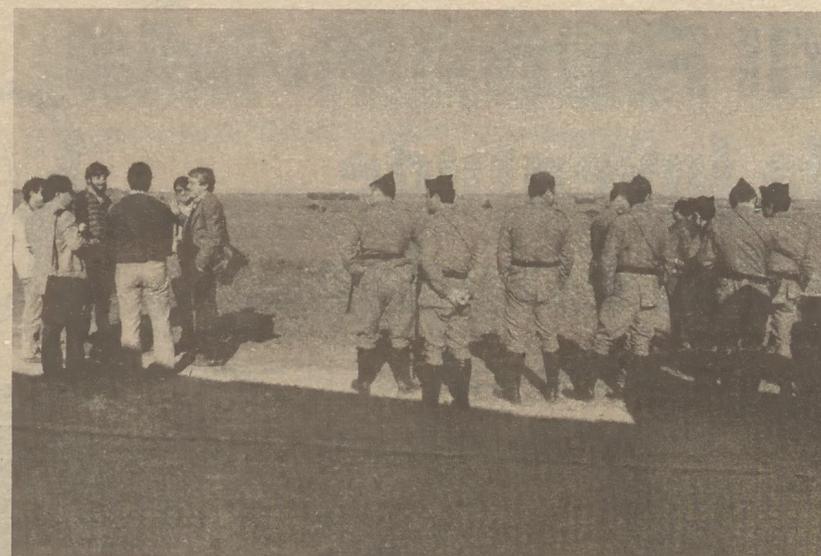
«Uma coisa muito bonita»

Mais uma vez Alcáçovas. Um dos trabalhadores que com a entrega da reserva está em risco de ir parar ao desemprego define o saber e o sentir sobre a Reforma Agrária, afirmando que esta conquista de Abril «é uma coisa bonita para toda a gente e para o País».

Assim é, de facto. A prová-lo está o concelho de Montemor-o-Novo. Neste concelho foram ocupados 80 mil dos seus 123 mil hectares de área. Antes das ocupações trabalhavam permanentemente nestas terras 823 trabalhadores; depois, com a constituição de UCP's/Cooperativas, passaram a trabalhar 4070 pessoas que, além das terras já anteriormente cultivadas, desbravaram 28 800 hectares.

Em Montemor, as pessoas não hesitam em afirmar que a Reforma Agrária assumiu o papel de motor de desenvolvimento concelhio, seja agrícola, seja cultural, económico ou social.

Com o surgimento das UCP's/Cooperativas o desemprego desapareceu no concelho e começou a registar-se um influxo de ex-emigrantes que viam no Alentejo de Abril todas as potencialidades para poderem desenvolver a sua actividade; muitos integraram-se



De costas, o agrário Alberto Mugna Fragoso Fernandes fala com os jornalistas sob o olhar atento dos GNR

nas cooperativas, outros optaram por abrir pequenos estabelecimentos.

Além do mais, a Reforma Agrária desempenhou um importante papel no desenvolvimento do pequeno e médio comércio e indústria, seja por via directa — dinamizando a compra e a venda —, seja por via indirecta, uma vez que permitiu uma melhoria do poder de compra. A atestá-lo está a alteração do nível alimentar da população, que começou a procurar a carne, o leite e a fruta.

O desenvolvimento sociocultural nas diversas aldeias é também uma realidade, tendo-se criado diversos grupos de teatro, ranchos, grupos de dança, centros de apoio à infância e à terceira idade. Por exemplo, antes de 74 existia apenas um grupo de teatro no concelho, actualmente funcionam 8. De 2 ranchos passou-se para 9 e foram criados 3 grupos de dança.

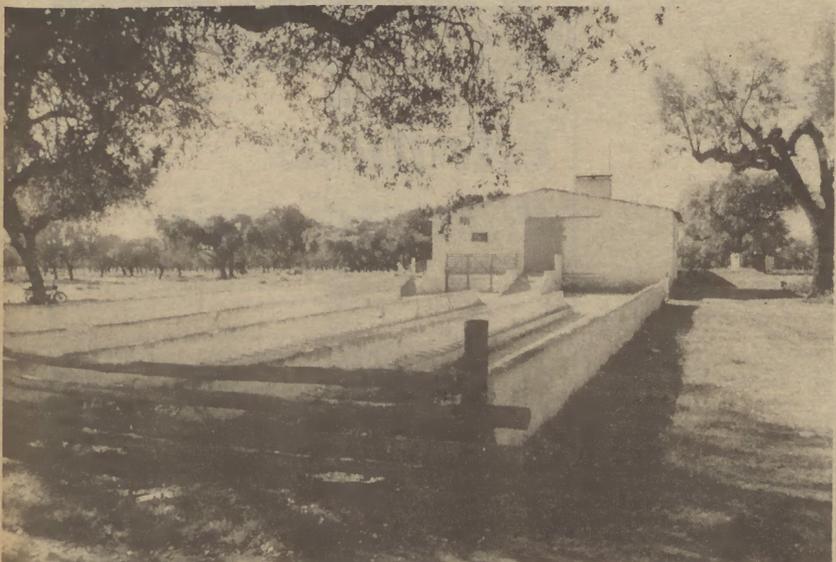
O porquê destes números é facilmente explicável. As UCP's/Cooperativas agrícolas são unidades de produção rentáveis. São estruturas onde não se pensa somente na produção, mas também no bem estar das populações, de modo que os lucros, quando não são aplicados em novos investimentos, ficam ao dispor da população, através de obras de carácter público construídas por iniciativa das UCP's e, a maior parte das vezes,

com trabalho voluntário e o apoio das autarquias.

Aliás, o apoio e a solidariedade das autarquias para com a Reforma Agrária é dado adquirido no Alentejo. A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, por exemplo, não só dá o seu apoio político à Reforma Agrária — como aconteceu no caso de Alcáçovas — como abriu diversas estradas para proporcionar uma maior facilidade de escoamento dos produtos. Além do mais, contribui com milhares de horas de trabalho voluntário.

Resultados de uma ofensiva

Depois veio o governo do PS/sozinho e a famigerada lei Barreto. Relembrando os tempos da repressão fascista, a GNR volta a invadir os campos do Alentejo. No concelho de Montemor-o-Novo o resultado foi o seguinte: dos 80 mil hectares referidos, apenas 43 mil estão hoje na posse dos trabalhadores. Dos 4070 postos de trabalho que a Reforma Agrária criou, existem apenas 2190 e a emigração volta a ser sentida, seja para o estrangeiro, seja para Portugal — essencialmente para as zonas indus-



Esta é a malhada construída pela UCP e que agora fica nas mãos do agrário. Representa um investimento de 2500 contos e é a segunda que os trabalhadores fazem e que lhes é roubada

dades onde as cooperativas investiram milhares de contos.

«O que está em causa — afirmam —, já não é só o entregar esta ou aquela reserva, mas a intenção é destruir tudo. Acabar com a Reforma Agrária».

É por isso que os trabalhadores agrícolas do distrito de Beja realizam, esta sexta e sábado, a sua segunda marcha contra a fome. Uma marcha que se iniciou em 1975, com a ocupação de terras, e que só estará concluída quando a legalidade for respeitada, quando a terra — ilegalmente expropriada — for de novo entregue a quem a trabalha.

Por uma última vez, Alcáçovas e a certeza de um trabalhador: «continua-remos a defender a Reforma Agrária, por todos os meios que a Constituição permitir!»

Agora, pretendem roubar terras às UCP's «Pedro Soares», «União das Silveiras» e «Safira». Trata-se de her-

■ J. M.

A vitalidade das UCP's e a ofensiva do Governo

Mais uma vez, a ilegalidade: as UCP's «Pedro Soares», «União das Silveiras» e «Safira» foram recentemente notificadas da entrega de reservas à família Martins Caiado e à empresa Francisco Martins Caiado, C.ª Lda.

A lei que está em vigor diz que a elementos de uma família só pode ser entregue uma reserva; no entanto, o que se pode observar, lendo os pedidos de reservas, é que estes são assinados pela referida «empresa», e ainda por Virgílio Martins Caiado, Horácio Martins Caiado e Eduardo Martins Caiado.

Peguemos no exemplo de qualquer uma destas UCP's/Cooperativas, como seja a «Pedro Soares». Nesta unidade de produção, o agrário ficou na posse de oito mil fardos de feno e agora pretende ser dono e senhor de uma charca, que permite semear regadio, e de numerosos hectares de trigo, tremoços e forragens, o que representa um investimento da ordem do milhão e meio de contos.

Nesta UCP trabalhavam 71 homens e 39 mulheres, estando estas últimas actualmente no desemprego, e tinha um total de 3035 hectares, dos quais lhe foram ilegalmente retirados 1555. Com 4096 cabeças de gado, a produção da «Pedro Soares» é extremamente rentável, uma vez que, de 75 a 1984, teve, no gado ovino, por exemplo, um lucro líquido de 60 597 contos.

É, pois, contra uma empresa rentável, que o Governo investe as suas forças. O objectivo é claro. Por um lado, destruir a Reforma Agrária e, por outro, restabelecer, a par dos grandes monopólios, os grandes latifúndios.

O ataque generalizado contra a Reforma Agrária é, acima de tudo, um crime de lesa-Estado, uma vez que, à letra da lei, as UCP's devem dar uma percentagem da sua produção de cereais ao Estado, o que os agrários não estão obrigados a fazer. Daí que os trabalhadores defendam, com unidade e tenacidade, as UCP's. Elas representam o seu pão, a melhoria das suas condições de vida; além do mais, são também uma fonte de riqueza para o Estado e para todos nós.

Como dizia Manuel Charrua, presidente da direcção da UCP «Pedro Soares», «se nos deixassem trabalhar o que a terra dá, talvez agora a carne estivesse mais barata e não teríamos desemprego».

«Pedro Soares», «União das Silveiras» e «Safira», mais três exemplos de como se atenta contra os trabalhadores, o Estado e o País. Mais um exemplo da acção restauracionista do Governo PS/PSD. ■



Na herdade do Seixinho, a GNR «substituiu», durante dois dias, os trabalhadores

XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes



XII · MOCKBA · 1985

Não é só em Moscovo que se está a trabalhar para que o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes seja um êxito de arromba. Por esse mundo fora, muitos milhares de jovens contribuem para que os objectivos do Festival cheguem a todo o lado.

Também assim é em Portugal, onde milhares de jovens divulgam a realização e os temas do Festival, sendo mais de 250 as estruturas — desde o movimento sindical às autarquias, passando pelas cooperativas, pelas colectividades, grupos de teatro e estruturas de estudantes — que deram já o seu apoio aos objectivos desta iniciativa que reunirá em Moscovo jovens oriundos de todos os países.

No nosso País são, assim, já muitos os jovens que lutam pela «Paz, Amizade e Solidariedade Anti-imperialista».

O Comité Nacional Preparatório, reunido recentemente, decidiu que a divulgação do Festival teria três períodos de concentração de iniciativas. O primeiro, que actualmente decorre, tem por objectivo dizer-se que existe este Festival e quais são os seus objectivos; as iniciativas que se realizarem na primeira quinzena de Maio terão como missão a divulgação dos seus temas. Neste período, realizar-se-á em Lisboa uma acção de massas. Finalmente, nos meses de Junho e de Julho, será divulgada a participação portuguesa no Festival; sua composição e participação.

Os temas

Apesar da calendarização das iniciativas de divulgação proposta pelo Comité Nacional Preparatório, o «Avante!» já está em condições de divulgar os centros temáticos que animarão o Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

O seu leque abrange problemas como sejam a paz e o desarmamento, os direitos da juventude trabalhadora, a protecção do meio-ambiente e a Nova Ordem Económica. Moscovo não vai ser só a capital do convívio e da alegria, mas também a tribuna de onde a juventude de todo o mundo discutirá os seus problemas e apontará as suas soluções.

Não só pelo número de jovens, mas também pela diversidade das

suas opiniões e credos políticos, as decisões do XII Festival representarão decerto os anseios e as aspirações de todos os jovens.

São os seguintes os 15 centros temáticos do Festival: Paz e desarmamento; solidariedade anti-imperialista; antifascismo; cooperação económica; Independência nacional; Desenvolvimento e Nova Ordem Económica; não-alinhamento; Ano Internacional da Juventude; mulheres jovens; protecção do meio-ambiente; jovens cientistas e artistas; desporto; turismo; problemas estudantis e, finalmente, crianças.

Como se vê, um vasto programa de debates. O XII Festival é a prova da justeza dos princípios que presidem às comemorações do Ano Internacional da Juventude: «Paz, Participação e Desenvolvimento». ■



Jovens portugueses presentes em Moscovo

Mais uma vez, a juventude portuguesa vai estar representada no Festival, à semelhança do que aconteceu na grande maioria das 11 edições anteriores. Desta feita, em Moscovo, Portugal estará representado pelo maior número de sempre de jovens, cerca de duzentos.

O Comité Nacional Preparatório decidiu recentemente que a delegação integrará representantes de organizações políticas sociais e de movimentos de opinião com expressão juvenil.

Também irão a Moscovo jovens activistas e delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores e desempregados.

Estarão ainda presentes em Moscovo jovens activistas locais, trabalhadores estudantes, jovens que estudam no secundário e no ensino superior, crianças, desportistas e artistas.

A delegação, como se vê, é um espelho da juventude portuguesa. A sua participação neste XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes será

fundamental para que a juventude de todo o Mundo fique a conhecer melhor a luta da juventude portuguesa.

A Moscovo irão também dois dos feitores do melhor mural alusivo ao Festival e os vencedores de um concurso literário. Este último concurso é subordinado a quatro temas: «a condição da mulher jovem em Portugal», «desemprego e emprego juvenil», «condições de ensino e insucesso escolar» e «paz e solidariedade anti-imperialista». ■



O Fundo de Solidariedade

O Fundo Internacional de Solidariedade dos Festivais tem como objectivo ajudar as delegações de diversos países a estarem presentes no Festi-

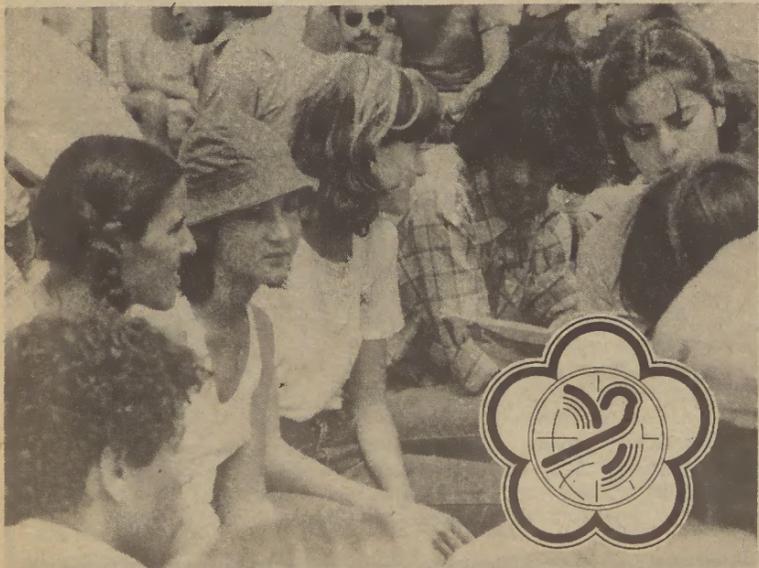
val, de modo a assegurar o seu carácter representativo e a sua ampla participação geográfica.

A juventude portuguesa já benefi-

ciou deste, quando as suas delegações participaram nos Festivais realizados durante o fascismo. É agora a nossa vez de contribuirmos para que jovens de todo o mundo, e cujos países vivem situações difíceis, possam participar neste XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realiza em Moscovo de 27 de Julho a 3 de Agosto.

Escusado será sublinhar a importância que este Fundo Internacional de Solidariedade desempenha na aproximação entre todos os povos do mundo. Por isso, e no Ano Internacional da Juventude, do 40.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo e do décimo aniversário da Acta de Helsinquia, é dever de toda a juventude e de todos aqueles que, sendo menos jovens, se identificam com os objectivos do Festival contribuir para o Fundo Internacional de Solidariedade.

Vamos, pois, contribuir para que a juventude de todo o mundo esteja representada no Festival e, aí, possa dar corpo à aspiração da juventude do mundo inteiro: «Paz, Amizade e Solidariedade Anti-imperialista». ■



Estruturas internacionais

Uma delegação de jovens portugueses, que integra o Comité Nacional Preparatório, participou, recentemente, na quarta sessão do Comité Internacional Preparatório do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

Nesta reunião, os participantes analisaram questões relacionadas com a organização do Festival e aprovaram os seus programas político, estudantil, infantil, desportivo e turístico.

A elaboração dos programas do Festival cabe à Comissão Permanente — de que Portugal faz parte — composta por representantes de 34 comités nacionais preparatórios e por nove organizações juvenis e estudantis internacionais.

É também a esta organização que cabe a tarefa de estabelecer os contactos com os diferentes comités nacionais preparatórios e com todas as organizações interessadas na realização do Festival. Além de garantir as condições técnicas e materiais do XII Festival e de promover a campanha de meios financeiros para o Fundo Internacional de Solidariedade, a Comissão Permanente do Comité Internacional preparatório tem ainda por objectivo divulgar as finalidades e tarefas do maior encontro juvenil de todo o mundo. ■

IRÃO-IRAQUE

Uma guerra que não cheira só a petróleo

Passados que são quatro anos e meio do início da guerra entre o Irão e o Iraque, o absurdo e o horror do conflito, que provocou já mais de meio milhão de mortos, um número indeterminado de feridos, dezenas de milhar de prisioneiros e pelo menos milhão e meio de refugiados, continuam a agravar-se sem que se vislumbre uma saída. De todos os confrontos que se registam no mundo este parece ser o menos compreensível de todos e, paradoxalmente, o que mais ameaça eternizar-se, num sacrifício de vidas cada vez mais jovens e na destruição de bens materiais que colocam cada vez mais longe a legítima aspiração dos povos à paz e ao progresso.

Tudo começou, aparentemente, com um problema de fronteiras. Esta é a primeira nota de absurdo do conflito Irão-Iraque. Como é possível que dois países sejam arrastados por tal pretexto para uma guerra com as dimensões actuais, quando tanto tiveram de lutar internamente para se libertar das diversas formas de colonialismo que ambos sofreram e sobretudo quando, tanto num como noutro, pareciam estar reunidas as condições básicas para avançar na via da democratização interna?

É claro que não faltam análises, tentativas de explicações das motivações que levaram o Irão e o Iraque a enveredar pela senda da guerra. Do primeiro se diz que encontrou no conflito a oportunidade para tentar a criação de uma república islâmica no Iraque, dado que, diz-se, dois em cada três iraquianos são chiitas, reunindo em torno deste objectivo a unidade popular iraniana que permitiu o derrube do Xá e que começou a dissolver-se com os primeiros atentados à liberdade e à democracia do regime de Komeini.

No que se refere ao Iraque, o empenhamento na guerra visaria sobretudo a quebra do isolamento árabe através da afirmação da capacidade de recuperação de um «território árabe ocupado», para além de um desvio das atenções e do descontentamento interno provocado pela política do Partido Baas no poder.

Serão estas razões invocadas pelos analistas suficientes para explicar uma guerra tão devastadora como esta, cujos estragos materiais ascendem, segundo recentes estimativas, a mais de duzentos biliões de dólares? A responder afirmativamente, estar-se-ia perante mais um absurdo e, o que parece mais grave, a incorrer na simplificação de um conflito que nada tem de simples.

O que de resto é reconhecido, pois ninguém de ânimo leve se atreve a reduzir a guerra Irão-Iraque a uma expressão tão linear. Tentar encontrar um fio condutor das motivações da guerra nos apoios com que contam os países em questão seria, por outro lado, tão irrealista como pretender encurtar caminho através de um labirinto, complexas como são as relações e os interesses entre os países da região do Golfo.

Mas falar no Golfo Pérsico implica quase inevitavelmente sentir o «cheiro» do petróleo, esse ouro negro que precipita as associações de ideias: petróleo, energia, interesses vitais, Estados Unidos...

Chegados a este ponto, uma questão se coloca: quem lucra com a guerra Irão-Iraque?

Se a resposta a esta questão não

explica tudo — e não se pretende de forma alguma afirmá-lo —, a verdade é que ela permite levantar um pouco da ponta do véu que desde o início cobre este terrível e devastador conflito.

Quatro anos e meio de guerra, com o seu rol de vítimas, de destruição das economias, de ataques a alvos civis, de utilização de armas químicas,

de boicotes a centros vitais, de múltiplas acusações mútuas de desrespeito de normas internacionais, tornou evidente que nenhum dos objectivos atribuídos tanto ao Irão como ao Iraque seriam atingidos através das armas.

A neutralidade americana

As mais diversas organizações internacionais, como a ONU, a Conferência Islâmica, os Não-Alinhados, têm apresentado o que parece ser a mais aceitável saída política para a resolução dos diferendos fronteiriços. Trata-se, no essencial, do retorno aos acordos de Argel que asseguram a partilha equitativa das águas do Chatt Al-Arab, artéria vital petrolífera dos dois países, com a garantia recíproca

de não ingerência nos assuntos internos.

Inúmeras diligências têm sido feitas para que as partes em conflito aceitem uma tal solução. Sem resultado. A guerra continua.

Desde o seu início, em 1980, que os Estados Unidos têm procurado retirar vantagens do conflito ao mesmo tempo que se escudam numa aparente e ilusória neutralidade. Recorde-se, por exemplo, como invocaram o pretexto da salvaguarda dos fornecimentos petrolíferos ao Ocidente para desenvolver antigos planos de carácter militar, acompanhando a multiplicação e reforço das suas próprias bases na região com o incentivo à formação do Conselho de Cooperação do Golfo. Formado por seis monarquias petrolíferas árabes, o Conselho conta actualmente, graças ao apoio norte-americano, com o primeiro corpo de forças de intervenção rápida da zona.

Não menos significativos foram os esforços da administração Reagan junto dos seus aliados da NATO para tentar incluir o Golfo Pérsico na sua zona de intervenção.

A pretensa neutralidade de Washington há ainda que acrescentar o nada neutral mecanismo de fornecimento de meios que permitem tanto ao Irão como ao Iraque prosseguir a guerra, recentemente denunciado pela própria imprensa burguesa. Um apoio sem o qual o conflito teria porventura já terminado, uma vez que nenhum dos dois países se encontra actualmente em condições económicas de suportar por si só despesas militares estimadas em 14 a 15 biliões de dólares por ano!

A quadratura do círculo

Não se trata, como é evidente, de um apoio directo. O Iraque recebia as principais ajudas económicas através do Conselho do Golfo, para além de contar com as não menos preciosas informações que são recolhidas pelos Awacs americanos; quanto ao Irão, terá actualmente em Israel, na África do Sul e na Tailândia os seus principais auxílios.

Como se pode constatar, não é necessário um grande esforço dedutivo para concluir da quadratura do círculo...

Mas se isso não bastasse, poder-se-ia ainda meditar na recente decisão dos EUA em restabelecer relações diplomáticas com o Iraque, no anúncio da possibilidade de fornecimento de 45 aviões de combate e, sobretudo, nas explicações dadas por Henry Kissinger através do jornal espanhol «El País», em Fevereiro último.

É necessário, disse Kissinger, estarmos preparados para os efeitos negativos que teria nos países moderados uma perda do controlo dos preços do petróleo pela OPEP. Teremos de os ajudar a manter os programas mínimos de desenvolvimento necessários à sua estabilidade política.

Ora, isso só será possível sem uma vitória total quer do Irão quer do Iraque. Por isso Kissinger sublinha: **O objectivo do Ocidente deve ser impedir uma derrota do Iraque sem que tal destrua ou desorganize o Irão.**

E enquanto o imperialismo norte-americano, como os seus peões regionais, procura as melhores condições para impor os seus planos e estratégias de dominação, fomenta-se a continuação do que já se manifestou útil nos jogos de determinação dos preços mundiais do petróleo e no aprofundar do conflito israelo-árabe. Recorde-se que quando Israel, com o apoio total dos EUA, invadiu o Líbano, em 1982, o chamado mundo árabe estava demasiado dividido para fazer face a essa agressão. E a guerra Irão-Iraque não é uma das causas menores dessa divisão.

Dividir para reinar, uma estratégia velha como o mundo que continua a dar os seus frutos. ■



Imagens da destruição provocada por uma guerra que se arrasta há quatro anos e meio inutilmente. Uma guerra absurda para o Irão como para o Iraque mas que serve os interesses do imperialismo



**40 ANOS
DEPOIS**



A evolução da Europa no pós-guerra

● Duas posições em confronto

Qual a atitude da União Soviética em relação à normalização do pós-guerra na Europa? E qual foi a atitude das «democracias ocidentais»? Responder a estas questões é o objectivo deste artigo, da autoria do prof. Aleksandre Tchubarian, vice-presidente do Comité Nacional de Historiadores Soviéticos. Segundo o autor, a URSS visou, em primeiro lugar, prevenir uma agressão futura por parte da Alemanha, garantir a paz e a segurança no continente; em segundo lugar, conseguir uma solução justa para as fronteiras na Europa, devolvendo aos países e povos que estiveram ocupados pela Alemanha a sua independência e soberania; em terceiro lugar; garantir aos povos europeus o direito de serem eles próprios a determinarem o seu futuro seguindo uma via de desenvolvimento livre e democrático.

Na «Declaração sobre a libertação da Europa», aprovada na Conferência de Yalta, em Fevereiro de 1945, foi expresso que a URSS, os EUA e a Inglaterra coordenariam, durante o período de instabilidade provisória na Europa libertada, a política dos seus Três Governos na ajuda aos povos libertados do domínio da Alemanha nazi e aos povos dos antigos Estados satélites na solução dos seus problemas económicos e políticos vitais, por meios democráticos.

«O estabelecimento da ordem na Europa e a reorganização da vida económica nacional deverá ser alcançada de forma a permitir que os povos libertados destruam os últimos vestígios do nazismo e do fascismo e criem instituições democráticas segundo a sua própria escolha» (1).

Na interpretação deste ponto houve diferenças entre as posições dos Estados Unidos e da União Soviética. O projecto americano previa a instituição de um mecanismo permanente para concretizar a responsabilidade comum das três potências pelo desenrolar dos acontecimentos nesses países.

Os representantes soviéticos consideraram isso como uma tentativa de interferência nos assuntos internos dos países mencionados. A URSS propôs então uma emenda que estabelecia a realização de consultas entre os aliados sobre as medidas indispensáveis (2).

Deste modo a URSS procurou na prática, preservar os povos de interferências externas e garantir-lhes o direito de resolver as questões «segundo a sua própria escolha».

Nas conferências de Yalta e de Potsdam (Julho-Agosto de 1945) foi elaborado e aprovado, depois de fortes debates e discussões, um programa coordenado em relação à Alema-

nha. A sua essência expressou-se na fórmula: desnazificação, desmilitarização, descartelização e democratização da Alemanha. A URSS opôs-se ao desmembramento da Alemanha planeado desde o princípio da guerra por muitas personalidades dos EUA e da Grã-Bretanha.

Nas resoluções de Yalta e especialmente de Potsdam, foram lançadas as bases para uma solução do problema alemão que pudesse conduzir este país por uma via democrática e garantir a paz e a segurança no centro da Europa.

Além disso, em conformidade com as decisões da Conferência de Yalta, foram assinados acordos com os antigos aliados da Alemanha numa base justa e democrática, criando condições sólidas para estes Estados se desenvolverem por via pacífica e democrática.

Foram resolvidas, também de comum acordo, todas as questões de normalização territorial, com base nos princípios do passado histórico e das realidades políticas e a aspiração de garantir o desenvolvimento pacífico da Europa por muitos anos.

A propósito, vale a pena lembrar que muitas delimitações territoriais aprovadas foram introduzidas pelas potências ocidentais. Assim, Churchill propôs as novas fronteiras da Polónia.

No que se refere ao destino dos povos e Estados dos países da Europa Oriental e do Sudeste da Europa,

de que tanto gostam de falar hoje os teóricos e historiadores do Ocidente, devemos lembrar que durante a preparação dos acordos de paz com os antigos aliados da Alemanha as potências ocidentais procuraram, activa e persistentemente, interferir nos seus assuntos internos. Nomeadamente, insistiram em alterações nas composições dos legítimos governos desses países e tentaram controlar e influenciar o seu desenvolvimento económico.

Na esfera política, por exemplo, os representantes dos EUA e da Inglaterra

exigiram a alteração e reorganização dos legítimos governos da Bulgária e da Roménia. A delegação dos EUA propôs que os ministérios fundamentais da Roménia não ficassem sob o controlo de nenhum partido político, procurou conseguir uma amnistia geral, como resultado da qual seriam libertados muitos cúmplices do fascismo acusados de crimes contra o povo romeno.

Na esfera económica os EUA insistiram no estabelecimento, na Bulgária e Roménia, do regime das chamadas «possibilidades de igualdade».



Isso previa o acesso do capital estrangeiro às fontes de matérias-primas, à indústria e ao comércio destes países.

O diplomata norte-americano Campbell apontava mais tarde que os EUA e a Inglaterra tentavam «meter o seu pé na porta que conduz à Europa Oriental». (3)

Os EUA e a Inglaterra exigiram a inserção de artigos especiais de «participação» do capital estrangeiro na vida económica destes países nos acordos de paz com os antigos aliados da Alemanha.

Em relação à Itália e à Finlândia, foram apresentadas as mesmas exigências pelos EUA.

Deve ser assinalado que a URSS se opôs à inclusão de artigos lesivos para a Itália no tratado de paz com esse país, por considerá-los como obstáculos ao desenvolvimento da economia pacífica da Itália. O primeiro-ministro italiano declarou em Maio de 1946 a este respeito que «a tendência geral da Rússia consiste em conseguir o respeito pelo desenvolvimento nacional livre da Itália» e que «o governo italiano está muito reconhecido ao governo soviético por esta posição» (4).

Resultados das eleições

Nas eleições que decorreram na Bulgária, Hungria e Roménia, após a assinatura dos acordos de paz, participaram diferentes partidos e forças políticas, inclusive não socialistas. Nas eleições para a Assembleia Popular da Bulgária, em Novembro de 1945, 88 por cento dos eleitores vota-

ram pela Frente Patriótica, que incluía variados partidos políticos e agrupamentos, inclusive democrático-burgueses (por exemplo o Partido Radical, que tinha grande influência numa parte da pequena burguesia urbana).

Em 27 de Outubro de 1946 decorreram na Bulgária novas eleições à Grande Assembleia Popular. O Partido Comunista Búlgaro recebeu 238 lugares na assembleia, ou seja, 60 por cento. Os partidos da oposição ficaram apenas com 99 mandatos. No governo formado após as eleições participaram, além dos comunistas, representantes da União Popular Agrícola Búlgara, da União Popular («Zveno») e dos sociais-democratas.

Nas eleições parlamentares da Roménia participaram também variadas forças políticas. Pelo bloco de partidos democráticos (chefeados pelos comunistas) votaram 71,8 por cento dos eleitores, o que correspondeu a 348 lugares no parlamento. Os velhos partidos burgueses da oposição obtiveram 35 lugares.

Em Novembro de 1947 realizaram-se eleições na Polónia, que deram uma vitória convincente aos partidos que se apresentaram com o programa de edificação do socialismo: os partidos do Bloco Democrático, com o Partido Operário Polaco à cabeça, receberam 394 lugares de delegados.

Participou ainda nas eleições o Partido Camponês Polaco, em cuja direcção se encontrava Mikolaitchik, ex-dirigente do governo na emigração em Londres e vice-primeiro-ministro do governo polaco de unidade nacional criado em Junho de 1945. Este partido obteve nas eleições apenas 28 lugares.

Portanto, as eleições que decorreram em todos os países da Europa Oriental e Sudeste mostraram claramente que os partidos da oposição que nelas participaram não eram apoiados pela população. Em primeiro lugar porque eles se pronunciavam contra as reformas políticas e socioeconómicas que se impunham. As alterações revolucionárias nestes países



foram resultado de profundos processos revolucionários e constituíram a expressão dos interesses das massas trabalhadoras.

Ao analisar as causas do processo revolucionário, Lênine assinalou: «As revoluções não são feitas por encomenda, não se fazem coincidir com um ou outro momento, mas amadurecem no processo de desenvolvimento histórico e eclodem num momento condicionado por todo um conjunto de causas internas e externas».

As causas e origens das revoluções socialistas e populares-democráticas tiveram por raiz a amplitude da luta antifascista, durante a qual as forças democráticas destes países elaboraram um programa de renascimento revolucionário.

Na Bulgária, onde a Frente Patriótica já tinha sido criada em 9 de Setembro de 1944, foi elaborado um vasto programa de transformações radicais nas esferas políticas e socioeconómicas e prevista a realização da reforma agrária.

Na Polónia, as grandes transformações socioeconómicas foram iniciadas já durante a guerra em 1944, sob a direcção do Comité Polaco de Libertação Nacional.

As reformas na Hungria começaram em Março de 1945.

As forças democráticas na Checoslováquia iniciaram também a realização de um programa de transformações logo após a libertação do país.

Na Jugoslávia, paralelamente às duras batalhas que ainda se travavam, nas regiões libertadas começaram a realizar-se grandes reformas nas esferas socioeconómicas, sob a direcção da Frente Unida Popular-Libertadora.

○ Ocidente afasta-se das posições conjuntas

Não obstante os objectivos distintos dos participantes na coligação anti-hitleriana e as divergências exis-



Mas a tensão não poderia manter-se eternamente. A opinião pública mundial tomou consciência de que «a guerra fria» é um estado de relações anormal que provoca a ameaça de guerra. Nos anos 70 a Europa tornou-se o berço do desanuviamento. Entre os países da Europa Ocidental e a União Soviética e outros países socialistas alargou-se a cooperação. A este processo aderiram os EUA e o Canadá, que assinaram em 1975, em Helsínquia, a Acta Final da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa.

Este documento importantíssimo reforçou os resultados políticos da guerra, confirmando a sua importância perene nos destinos da paz e da segurança na Europa. Na Conferência foram elaborados os princípios da paz europeia, entre os quais a inviolabilidade das fronteiras na Europa estabelecidas como resultado da Segunda Guerra Mundial. A Acta Final proclamou também os princípios de não interferência nos assuntos internos dos Estados, integridade territorial, normalização pacífica das questões litigiosas e igualdade soberana. A conferência de Helsínquia alargou a essência do processo de desanuviamento com todo um amplo sistema de acordos e tratados bilaterais políticos, económicos, técnico-científicos e culturais, criando alicerces sólidos para a consolidação da paz e segurança na Europa. ■

1. A União Soviética nas conferências internacionais no período da Grande Guerra Pátria, 1941-1945, M., 1979, V.4 Conferência da Crimeia, p. 267-269.

2. A emenda aprovada tinha precisamente esta forma. Ver Conferência da Crimeia, p. 36-37.

3. Campbell J. The United States in World Affairs 1945-1947. N. 4, 1947, p. 66.

4. História da Política Externa da URSS, V.II, M., 1981, p. 41.



UNESCO

Porque se retiraram os EUA?

No passado mês de Janeiro realizou-se em Praga, na Checoslováquia, uma sessão alargada do secretariado geral da Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ), para aprovar o plano de actividades para o corrente ano. A reunião foi presidida por Kaarle Nordenstreng, presidente da OIJ, que na ocasião concedeu uma entrevista ao boletim da Organização sobre a questão da retirada dos Estados Unidos da Unesco (organismo das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura).

É essa entrevista que hoje reproduzimos.

P — Qual a sua opinião sobre a retirada dos EUA da Unesco?

R — Em primeiro lugar, considero lamentável que os EUA tenham decidido retirar-se da Unesco. As razões invocadas não são compatíveis com a realidade e não se coadunam com as recomendações apresentadas pelos peritos norte-americanos da cultura, da ciência, educação e informação.

P — Quais as verdadeiras razões que estão por trás dessa decisão?

R — As verdadeiras razões não foram expostas nem sequer à própria Unesco. As verdadeiras razões estão nas tentativas dos círculos dirigentes dos Estados Unidos em controlar o sistema da Organização das Nações Unidas e, de um modo mais geral, o sistema das relações internacionais. Os Estados Unidos querem substituir o princípio de uma nação um voto pelo poder do mais forte e pelo poder do dólar.

P — Acha que o principal motivo da decisão norte-americana reside no compromisso da Unesco em implementar uma nova ordem internacional da informação e da comunicação?

R — Os especialistas norte-americanos sabem tão bem como nós que na realidade as mudanças preconizadas pela Unesco no campo da informação e dos meios de comunicação não são mais radicais do que os proclamados tanto pela Constituição dos EUA como por inúmeros especialistas dos círculos burgueses liberais daquele país.

A linha da Unesco no campo da informação, incluindo a nova ordem, não está em contradição com as largas tradições do pensamento ocidental do liberalismo burguês. Se estudarmos a história do pensamento ocidental verificamos que no começo da revolução francesa e mais tarde na Constituição norte-americana, há elementos muito mais radicais do que os defendidos pela Unesco.

É completamente falso declarar que a Unesco vem defendendo ideias de censura governamental ou de limitação da liberdade de imprensa. Muito pelo contrário, a Unesco procura aumentar essa liberdade, sendo tal acusação uma desculpa mesquinha formulada pela administração norte-americana para justificar a sua retirada.

Os Estados Unidos sentem uma grande preocupação ao presenciar a

• Entrevista com Kaarle Nordenstreng presidente da OIJ

tomada de consciência e o acesso militante dos países em vias de desenvolvimento, em particular através do Movimento dos Não-Alinhados, no que toca às questões de informação. Mas isso é outro assunto. Não obstante, se estudarmos o que defende, o Movimento dos Não-Alinhados, vemos que não é muito mais radical do que os princípios clássicos da descolonização, aprovados pelas grandes potências coloniais no período do pós-guerra.

P — ...e que estão consagrados na Carta das Nações Unidas.

R — Exacto. Ainda que a Carta não chegue possivelmente a reflectir tão bem a questão da descolonização como reflecte o sistema de coexistência pacífica obrigatório para a ordem e leis internacionais.

De qualquer forma, penso que é importante assinalar duas coisas: primeiro, a Unesco não fez nada que violasse as tradições burguesas ocidentais no verdadeiro sentido da palavra. A Unesco não se desviou para se converter em ultra-radical, socialista ou de esquerda. Tem sido centrista. Em segundo lugar, é importante ver

que os Estados Unidos não actuam contra a esquerda ou contra a direita da Unesco, mas sim contra todo o sistema da ordem e leis internacionais.

P — Em resumo, não se trata de uma questão da Unesco, mas antes de uma questão de interesse nacional dos EUA e de quem a formulará e como...

R — Aqui chegamos a um ponto crucial. O que é o interesse nacional dos Estados Unidos? A actual administração pretende que o interesse nacional dos EUA equivale à dominação mundial e a que quem não estiver de acordo seja liquidado.

No entanto, estou certo de que há muitos norte-americanos que, se recebessem uma informação adequada, estariam de acordo com outra interpretação. As pessoas estão neste planeta para conviverem e não para serem dominadas.

E espero que nos próximos anos se consiga chegar a um debate nacional mais intenso nos Estados Unidos para estabelecer o que é o interesse nacional e creio que a actual administração enfrentará então uma crescente oposição.



aTV

Telejornal: gravemente ferido

Atingiu-se na RTP o máximo da falta de vergonha. A manipulação de ordem política já nem usa máscara. Nem sequer mascarilha. Nem a maquilhagem mais subtil. É tudo às claras...

Reunião no PSD para analisar referendo interno. Notícias em barba. A reunião foi considerada "inconclusiva" mas nem por isso deixou de merecer grande destaque. Destaque que se repetiria no "último jornal", antes do Colombo — a provar que um crime nunca vem só. Mas, que desgraça!, o jantar dos ilustres do PSD tinha-se demorado e a reunião ainda não se reiniciara...

Mas não faz mal. A televisão repelia imagens da reunião do CDS — reunião igualmente considerada "inconclusiva" — mas com valor suficiente para ser notícia! Houve ao menos a possibilidade de vermos e ouvirmos Adriano Moreira...

O "espanto" da notícia foi o encontro de Mário Soares com o patronato. Patronato que, segundo o Telejornal, veria com bons olhos a candidatura do Mário Soares. Claro que com contrapartidas, algumas das quais expostas por Salvador Caetano. Entre elas — claro! — a revisão Constitucional...

Estamos perante autêntica manobra de propaganda eleitoral. As claras, sem qualquer simples véu da fantasia.

Não é novidade. Com este Governo, as eleições presidenciais arriscam-se a transformar-se numa autêntica farsa. Sem televisão honesta, não há eleições honestas.

Enquanto a direita se entretém assim nos jogos e joguinhos de intriga doméstica, o PCP prossegue na sua actividade de avaliar, participar e influir nos grandes problemas nacionais. Assim aconteceu, por exemplo, no passado fim-de-semana com o «Encontro Distrital de Saúde». Só que...

Só que Telejornal não estava lá. Saúde? Ora!, ainda se fosse uma fotoquímica do sr. Machete ou do sr. Soares...

No entanto, bem precisa o Telejornal de consultar o médico. Está gravemente doente...

Taimanov: paz e amizade

A presença em Portugal do grande mestre soviético Mark Taimanov suscitou grande interesse no meio xadrezístico. De facto estes importantes contactos não são frequentes, e é pena. Sem eles, a evolução será muito difícil!

Estava o torneio quase no fim quando, pela primeira vez, Telejornal se lhe referiu. Ele, Telejornal, não tomou nenhuma iniciativa para ir ao encontro do grande jogador, nem ao menos para anunciar a sua chegada. A referência à estadia de Taimanov, no telejornal, fez-se através do excerto de uma entrevista concedida pelo GM ao programa Troféu.

Digamos, para já, que foi uma entrevista notável. Com uma grande simplicidade, com um à-vontade exemplar, Taimanov deu preciosas informações sobre o desenvolvimento do xadrez na URSS, sobre o papel que ele desempenha na educação das crianças e dos jovens e da paixão que o povo soviético nutre por aquele desporto.

Taimanov teve ainda tempo para desfazer a má-fé política do entrevistador que, por várias vezes, deu mostras de uma intolerável falta de sensibilidade. Felizmente, Taimanov tem bons nervos e não embarcou em provocações de quem põe as suas manias de perseguição à frente dos interesses dos telespectadores.

Dada a completa ausência da reportagem da RTP no torneio, não nos foi possível saborear nenhuma das partidas de que participou Taimanov. Em contrapartida, pudemos ouvi-lo ao piano, numa interpretação de Chopin, uma interpretação vigorosa e apaixonada.

Mark Taimanov: um homem de valor e, como todos os grandes homens, cheio de simplicidade e de modéstia. Os telespectadores portugueses ficaram encantados com este homem que fala como um sábio e sorri como uma criança.

Pormenor a registar: o torneio de Lisboa, organizado pela Federação Portuguesa de Xadrez e pela Associação Portugal-URSS, chama-se «Torneio Paz e Amizade».

Pois bem: a Televisão portuguesa nunca, nem uma única vez, se referiu ao torneio com o seu verdadeiro nome!

Claro que é indecente. O que, partindo de quem parte, já nem causa admiração...

... Síntese semanal da IMPRENSA

Para o retrato de Soares

No passado fim-de-semana, Soares dissertou para empresários do Norte afirmando a sua disposição para alterar a Constituição da República. Salvador Caetano, falando em nome desses empresários admitiu o apoio a Soares como candidato presidencial exactamente a troco «da revisão de alguns pontos da Constituição». Exactamente a mesma condição que Alberto João Jardim propunha no Conselho Nacional do PSD para este partido apoiar Soares. Ao mesmo tempo, no Porto, um tribunal de opinião pública sobre os salários em atraso revela que muitos desses empresários devem, só no distrito do Porto, 1 milhão e 600 mil contos a 30 mil trabalhadores. A Federação dos Sindicatos do sector têxtil difundiu também dados sobre o mesmo problema: o patronato deve mais de 2,5 milhões de contos a 29 627 trabalhadores de 148 empresas. Estes patrões gostam de Soares.

Soares promete liquidar Abril...

● «No seminário, durante cerca de hora e meia, Soares explicou aos cerca de 400 empresários presentes, sensivelmente nos mesmos termos que de manhã utilizara na Assembleia da República, o seu entendimento sobre a importância da adesão de Portugal à CEE e respondeu de seguida a várias perguntas colocadas pelos empresários. Vale a pena referir que, a propósito da revisão da Constituição, Soares começou por afirmar que «a Constituição não é tabu ou intocável» porque os textos legais devem «adaptar-se à realidade e servi-la», e acrescentou que «no momento próprio — e eu penso que ele se aproxima com toda a probabilidade que val surgir com as presidenciais, esse pode ser o momento azado —, se falará disso com alguma profundidade e algum rigor.»

● «Este seminário serviu depois de pretexto para uma ceia de 80 industriais com Mário Soares, destinada a exprimir apoio a uma eventual candidatura do secretário-geral do PS à Presidência da República. Entre os presentes encontravam-se — de acordo com fontes próximas da reunião — Salvador Caetano, José Oliveira e Aníbal Oliveira (estes dois da Riopelle), Josue Monteiro (dos Cortumes) e Alcino Cardoso (da banca e militante do CDS). Conforme o «DN» apurou, durante a ceia, um empresário definiu a reunião como «um encontro em que há convertidos e em que ainda há cinzentos».

Segundo Ilídio Pinho, Soares «reúne as condições necessárias para conduzir o País na via correcta que o identifique com a Europa», mas tem de desencadear

... A troco de apoio...

● «Em Fevereiro deste ano, era superior a um milhão e 600 mil contos a dívida a 30 mil trabalhadores de 203 empresas do distrito do Porto. A revelação faz parte do libelo de acusação do tribunal de opinião pública, que teve como pano de fundo os salários em atraso. Durante todo o dia, passou pelo amplo anfiteatro da Faculdade de Economia portuense um enorme rol de testemunhos das situações que se vivem em muitas empresas norte-lisboas. Foram relatos em que a fome, miséria, doença, «trabalho forçado» e perseguições apareceram salientados. Os números são impressionantes e o dramatismo de alguns casos esclarecedor quanto à necessidade de alterar as relações de trabalho existentes e à impunidade com que acobertam muitos dos prevaricadores que fazem das leis vigentes letra morta, com a «convivência, ou pelo menos passividade, dos poderes instituídos».

No libelo acusatório pode ler-se que «a prática que se generaliza de não pagamento dos salários em intervalos regulares é não só amoral como expressa e vivamente repudiada pelo ordenamento jurídico nacional e internacional».

data exige «algumas contrapartidas, designadamente a revisão de alguns pontos da Constituição».

(«Diário de Notícias», 14. Abril)

... Destes patrões...

● «Alberto João Jardim disse ontem no Funchal que apoia uma candidatura presidencial de Mário Soares e preconizou o apoio do seu partido, o PSD, a tal candidatura. O apoio de Jardim a Soares decorre de o actual Primeiro-Ministro «querer ser ele próprio agente constitucional de mudança do sistema».

... E Jardim recomenda-o.

● «Alberto João Jardim disse ontem no Funchal que apoia uma candidatura presidencial de Mário Soares e preconizou o apoio do seu partido, o PSD, a tal candidatura.

O apoio de Jardim a Soares decorre de o actual Primeiro-Ministro «querer ser ele próprio agente constitucional de mudança do sistema».

Um acordo PS-PSD quanto às presidenciais, adiantou o dirigente madeirense do PSD, na perspectiva de Soares «querer ser ele próprio agente constitucional de mudança do sistema».

No libelo acusatório pode ler-se que «a prática que se generaliza de não pagamento dos salários em intervalos regulares é não só amoral como expressa e vivamente repudiada pelo ordenamento jurídico nacional e internacional».

Ainda de acordo com aquele documento, esta situação «reflecte dificuldades económicas e

(«o diário», 15. Abril)

A História falseada A verdade ocultada

E. Kulkov
O. Rjchevski
I. Tchellchev

A VERDADE E A MENTIRA SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Qual o conteúdo concreto da literatura burguesa acerca da 2.ª Guerra Mundial?

Quais os métodos mais típicos para falsificar a História e ocultar a verdade?

Salba tudo isto e descubra também a verdade sobre a 2.ª Guerra Mundial.

edições **Avante!**

à venda

edições **Avante!**

POVO LUTA CULTURA

daqui partimos para as nossas iniciativas editoriais

Até amanhã camaradas Manuel Tiago
Obra completas de SOEIRO PEREIRA GOMES

D. Melnikov, L. Tchernaiia

O CRIMINOSO Nº 1

O regime nazi e o seu Führer

● Como se tornou possível em pleno século XX a formação do regime nazi?

● Quais as forças que promoveram e apoiaram Hitler e conseguiram desencadear um genocídio maciço?

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

edições **Avante!**

Este livro descobre a verdadeira personalidade de Hitler baseado em dados documentais e de publicações dos últimos anos.

aTV

Telejornal: gravemente ferido

Atingiu-se na RTP o máximo da falta de vergonha. A manipulação de ordem política já nem usa máscara. Nem sequer mascarilha. Nem a maquilhagem mais subtil. É tudo às claras...

Reunião no PSD para analisar referendo interno. Notícias em barba. A reunião foi considerada "inconclusiva" mas nem por isso deixou de merecer grande destaque. Destaque que se repetiria no «último jornal», antes do **Columbo** — a provar que um crime nunca vem só. Mas, que desgraça!, o jantar dos ilustres do PSD tinha-se demorado e a reunião ainda não se iniciara...

Mas não faz mal. A televisão repetia imagens da reunião do CDS — reunião igualmente considerada "inconclusiva" — mas com valor suficiente para ser notícia! Houve ao menos a possibilidade de vermos e ouvirmos Adriano Moreira...

O "espanto" da notícia foi o encontro de Mário Soares com o patronato. Patronato que, segundo o Telejornal, veria com bons olhos a candidatura do Mário Soares. Claro que com contrapartidas, algumas das quais expostas por Salvador Caetano. Entre elas — claro! — a revisão Constitucional...

Estamos perante autêntica manobra de propaganda eleitoral. Às claras, sem qualquer simples véu da fantasia.

Não é novidade. Com este Governo, as eleições presidenciais arriscam-se a transformar-se numa autêntica farsa. Sem televisão honesta, não há eleições honestas.

Enquanto a direita se entretém assim nos jogos e joguinhos de intriga doméstica, o PCP prossegue na sua actividade de avaliar, participar e influir nos grandes problemas nacionais. Assim aconteceu, por exemplo, no passado fim-de-semana com o «Encontro Distrital de Saúde». Só que...

Só que **Telejornal** não estava lá. Saúde? Ora!, ainda se fosse uma fofuqueira do sr. Macheite ou do sr. Soares...

No entanto, bem precisa o **Telejornal** de consultar o médico. Está gravemente doente...

Taimanov: paz e amizade

A presença em Portugal do grande mestre soviético Mark Taimanov suscitou grande interesse no meio xadrezístico. De facto estes importantes contactos não são frequentes, e é pena. Sem eles, a evolução será muito difícil!

Estava o torneio quase no fim quando, pela primeira vez, **Telejornal** se lhe referiu. Ele, **Telejornal**, não tomou nenhuma iniciativa para ir ao encontro do grande jogador, nem ao menos para anunciar a sua chegada. A referência à estadia de Taimanov, no telejornal, fez-se através do excerto de uma entrevista concedida pelo GM ao programa Troféu.

Digamos, para já, que foi uma entrevista notável. Com uma grande simplicidade, com um à-vontade exemplar, Taimanov deu preciosas informações sobre o desenvolvimento do xadrez na URSS, sobre o papel que ele desempenha na educação das crianças e dos jovens e da paixão que o povo soviético nutre por aquele desporto.

Taimanov teve ainda tempo para desfazer a má-fé política do entrevistador que, por várias vezes, deu mostras de uma intolerável falta de sensibilidade. Felizmente, Taimanov tem bons nervos e não embarcou em provocações de quem põe as suas manias de perseguição à frente dos interesses dos telespectadores.

Dada a completa ausência da reportagem da RTP no torneio, não nos foi possível saborear nenhuma das partidas de que participou Taimanov. Em contrapartida, pudemos ouvi-lo ao piano, numa interpretação de Chopin, uma interpretação vigorosa e apaixonada.

Mark Taimanov: um homem de valor e, como todos os grandes homens, cheio de simplicidade e de modéstia. Os telespectadores portugueses ficaram encantados com este homem que fala como um sábio e sorri como uma criança.

Pormenor a registar: o torneio de Lisboa, organizado pela Federação Portuguesa de Xadrez e pela Associação Portugal-URSS, chama-se «Torneio Paz e Amizade».

Pois bem: a Televisão portuguesa nunca, nem uma única vez, se referiu ao torneio com o seu verdadeiro nome!

Claro que é indecente. O que, partindo de quem parte, já nem causa admiração...

■ **Ulisses**

... Síntese semanal da IMPRENSA ...

Para o retrato de Soares

No passado fim-de-semana, Soares dissertou para empresários do Norte afirmando a sua disposição para alterar a Constituição da República.

Salvador Caetano, falando em nome desses empresários admitiu o apoio a Soares como candidato presidencial exactamente a troco «da revisão de alguns pontos da Constituição». Exactamente a mesma condição que Alberto João Jardim propunha no Conselho Nacional do PSD para este partido apoiar Soares.

Ao mesmo tempo, no Porto, um tribunal de opinião pública sobre os salários em atraso revela que muitos desses empresários devem, só no distrito do Porto, 1 milhão e 600 mil contos a 30 mil trabalhadores. A Federação dos Sindicatos do sector têxtil difundiu também dados sobre o mesmo problema: o patronato deve mais de 2,5 milhões de contos a 29 627 trabalhadores de 148 empresas. Estes patrões gostam de Soares.

Soares promete liquidar Abril...

● «No seminário, durante cerca de hora e meia, Soares explicou aos cerca de 400 empresários presentes, sensivelmente nos mesmos termos que de manhã utilizara na Assembleia da República, o seu entendimento sobre a importância da adesão de Portugal à CEE e respondeu de seguida a várias perguntas colocadas pelos empresários.

Vale a pena referir que, a propósito da revisão da Constituição, Soares começou por afirmar que «a Constituição não é tabu ou intocável» porque os textos legais devem «adaptar-se à realidade e servi-la», e acrescentou que «no momento próprio — e eu penso que ele se aproxima com toda a problemática que vai surgir com as presidenciais, esse pode ser o momento azado —, se falará disso com alguma profundidade e algum rigor.»

(«Expresso», 13. Abril)

... A troco de apoio...

● «Este seminário serviu depois de pretexto para uma ceia de 80 industriais com Mário Soares, destinada a exprimir apoio a uma eventual candidatura do secretário-geral do PS à Presidência da República. Entre os presentes encontravam-se — de acordo com fontes próximas da reunião — Salvador Caetano, José Oliveira e Aníbal Oliveira (estes dois da Riopela), Josué Monteiro (dos Cortumes) e Alcino Cardoso (da banca e militante do CDS). Conforme o «DN» apurou, durante a ceia, um empresário definiu a reunião como «um encontro em que há convertidos e em que ainda há cinzentos».

Segundo Ilídio Pinho, Soares «reúne as condições necessárias para conduzir o País na via correcta que o identifique com a Europa», mas tem de desencadear

data exige «algumas contrapartidas, designadamente a revisão de alguns pontos da Constituição».

(«Diário de Notícias», 14. Abril)

... Destes patrões...

● «Em Fevereiro deste ano, era superior a um milhão e 600 mil contos a dívida a 30 mil trabalhadores de 203 empresas do distrito do Porto. A revelação faz parte do libelo de acusação do tribunal de opinião pública, que teve como pano de fundo os salários em atraso.

Durante todo o dia, passou pelo amplo anfiteatro da Faculdade de Economia portuense um enorme rol de testemunhos das situações que se vivem em muitas empresas nortenhas. Foram relatos em que a fome, miséria, doença, «trabalho forçado» e perseguições apareceram salientados.

Os números são impressionantes e o dramatismo de alguns casos esclarecedor quanto à necessidade de alterar as relações de trabalho existentes e à impunidade com que acobertam muitos dos prevaricadores que fazem das leis vigentes letra morta, com a «convivência, ou pelo menos passividade, dos poderes instituídos».

No libelo acusatório pode ler-se que «a prática que se generaliza de não pagamento dos salários em intervalos regulares é não só amoral como expressa e vivamente repudiada pelo ordenamento jurídico nacional e internacional».

Ainda de acordo com aquele documento, esta situação «reflecte dificuldades económicas e

financeiras, provocadas pela política do Governo». Noutros casos tratar-se-á de «gestão incompetente, irresponsável e oportunista, que se aproveita da permissividade reinante».

O patronato, para além de ser acusado de procurar criar um clima de «instabilidade» para ver alteradas a seu favor as leis laborais, não pagam os salários como forma de «repressão» que visa atingir a «acção e organização do movimento sindical unitário».

Noutro ponto do libelo de acusação diz-se que o não pagamento atempado dos salários está relacionado com os pedidos de subsídios e empréstimos.»

(«Diário de Notícias», 14. Abril)

... E Jardim recomenda-o.

● «Alberto João Jardim disse ontem no Funchal que apoia uma candidatura presidencial de Mário Soares e preconizou o apoio do seu partido, o PSD, a tal candidatura.

O apoio de Jardim a Soares decorre de o actual Primeiro-Ministro «querer ser ele próprio agente constitucional de mudança do sistema».

Um acordo PS-PSD quanto às presidenciais, adiantou o dirigente madeirense do PSD, na perspectiva de Soares «querer ser ele próprio agente constitucional de mudança do sistema» teria «a vantagem de se conseguir a estabilidade governativa por mais algum tempo, o que é necessário para o País em função dos anos difíceis que irão significar os primeiros tempos após o embate da adesão à CEE».

(«o diário», 15. Abril)

D. Melnikov, L. Tchernaia

O CRIMINOSO Nº 1

O regime nazi e o seu Führer

● Como se tornou possível em pleno século XX a formação do regime nazi?

● Quais as forças que promoveram e apoiaram Hitler e conseguiram desencadear um genocídio maciço?

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

edições **Avante!**

Este livro descobre a verdadeira personalidade de Hitler baseado em dados documentais e de publicações dos últimos anos.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Governo pensa na saúde e enquanto pensa vai matando a virtude e espalhando a doença...

E a saúde como pode melhorar se, pra nossos azares, os micróbios se foram instalar no governo de Soares...



Está gordo o homem. Ganha bem. Logo se vê, por este caso, que os ministros não têm salários em atraso...

D. Maria? Que fragrância! Por manequim há quem a tome. — O apetite da elegância num país de fome...



Pensavam num candidato. Euforia. Sensação. O pé descalça o sapato. Oh, que amargura, desilusão!

Abandonados com tal revés a orfandade que ali vai! Orfãos sim, outra vez, antes... de terem pai...



Novamente a direita procura o candidato ideal; sem par alguém assim com a estatura do Marcelo ou do Salazar...

Do Soares, entre o impasse, diz a Direita a preceito: — O pobre não tem classe... Não tem classe... mas dá jeito...



O «friend» de Reagan foi ao Norte com a TV ao desbarato e industriais de grande porte apontaram-no para candidato.

O Soares ao patronato dá ternuras e favores, mas ao povo dá escolhos. — Isto é para os trabalhadores verem com os seus próprios olhos...

Pontos Cardeais

O papel misterioso

Aconteceu no outro dia, quando na AR se debatia a questão da «adesão à CEE». Após a intervenção de Carlos Carvalhas, do PCP, que a certa altura lembrou ao PS e a Mário Soares que outros haviam sido os seus discursos quanto ao capital monopolista europeu, alguém se pôs a distribuir na bancada socialista um papel.

Misterioso papel, à leitura do qual Carlos Laje encolheu os ombros, enterrando o pescoço e sorrindo entre o incrédulo e o comprometido. Enquanto o presidente do PS, António Macedo, franzia o sobrolho à leitura, Igrejas Caeiro lia displicentemente. E, nas bancadas do PSD, onde o papel também chegou, os sorrisos eram gerais.

Mário Soares discursava entretanto e o papel chegou também à bancada do Governo, onde Almeida Santos o leu com irónico sorriso e se apressou a entregar o papel ao Primeiro-Ministro quando ele, discurso acabado, voltou ao seu lugar. Mário Soares leu, de sobrolho carregado e sem sorrir. Depois deixou cair a folha. Mas, antes de sair, pegou-lhe disfarçadamente e enfiou-a

dentro do discurso.

Que papel seria?

Tratava-se apenas da declaração de princípios do Partido Socialista, aprovada em 1974 tal como o Programa, e ainda em vigor. Lá se pode ler. Ainda:

«A autodeterminação do povo português terá de passar por uma diferenciação progressiva perante as estruturas garantidas da dominação capitalista a nível internacional. A transformação das relações de Portugal com a CEE deverá subordinar-se às possibilidades de cada momento, implicando a curto prazo a revisão das condições de ligação no âmbito da assistência financeira e da cooperação tecnológica. A médio e a longo prazo, o desenvolvimento de uma via portuguesa para o socialismo democrático determinará uma autonomia relativa crescente perante o capital monopolista europeu que sofre os efeitos da crise do modelo de acumulação capitalista à escala mundial e se encontra em processo de subordinação progressiva ao imperialismo americano.»...

Sem concerto

Como se sabe — e só sabem aqueles que não andaram na escola apenas a polir os bancos

— há concerto e há concertos.

Concerto, de concertar, é o arranjo, ou melhor, o remendo. Concerto, por seu lado, quer dizer harmonia, ajustamento do que é diferente em um conjunto perfeito. A diferença é grande, pois, tão larga quanto a distância entre a perfeição e a remendice. Ora, segundo pudemos ler no matutino «CM», nem este nem o ministro do Trabalho conhecerão a diferença. Ficámos sem saber qual dos dois é mais ignorante. Mas suspeitamos que o «CM» se limitou a pôr em letra de forma não a expressão do ministro mas o seu verdadeiro pensamento. Segundo o título da página 26 do matutino datado de 15 deste mês, Amândio de Azevedo terá apelado «à concertação dos parceiros sociais».

Das duas três: ou o ministro não acredita na sua «concertação», ou os parceiros que lhe interessam não têm «concerto», ou anda o Governo a precisar de remendo. Será possível remendar este desconcerto e aquele desconcerto?

«Disparate»

«Há mais de um ano que eu ando a dizer ao meu partido que isto é tudo um disparate». Esta queixa fê-la Helena Roseta em entrevista à Rádio Comercial no passado fim-de-semana. E outros lamentos fez. Por exemplo aquele sobre as sensibilidades no seio do PSD. A ex-deputada, que entre outras coisas se salientou por ser extremamente sensível — com a lágrima sempre pronta a saltar —, afirmou que «esta história das sensibilidades está a destruir o PSD, com custos para o País». É. Um dia destes vamos acordar

afogados nas lágrimas dos barões e dos baronetes sociais-democratas.

Aí vêm eles!

Certamente a contar que em Portugal não vai ser fácil tomar um banho de multidão em visita tão curta, de apenas 48 horas, o actor e presidente dos EUA, Reagan, traz com ele a sua própria manifestação de apoio. Segundo informa o bem informado pasquim «O Dia», sempre em dia com a Casa Branca, Reagan traz a Portugal 600 — seiscentos! — jornalistas, mais 400 «agentes de segurança norte-americanos» a que se juntarão «várias centenas de portugueses». Já dá para uma invasão. Mas as intenções do simpático Ronald são absolutamente «pacíficas». O porta-voz da Casa Branca anunciou em Washington que o presidente dos EUA vem a Portugal elogiar o «papel construtivo» que Portugal «vem desempenhando na África Austral» e, ao mesmo tempo, discursará na AR também para elogiar «o surgimento de Portugal como membro da comunidade democrática ocidental através da NATO e da próxima adesão ao Mercado Comum». Além disso, Reagan, diz-se, aprecia o «êxito português em estabelecer uma democracia funcional»... Antes de invadir Portugal, Reagan estará na RFA, onde a democracia funcional «funciona» ao abrigo das «interdições profissionais» que excluem os comunistas de certos trabalhos... E aí visitará um cemitério onde estão enterrados soldados nazis. Mal enterrados.

VOCE TEM
O TIPO DE
PERFIL QUE NÓS
PREFERIMOS



SOARES REUNIU COM EMPRESARIOS

Epulav